



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA
CENTRO DE ARTES, HUMANIDADES E LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO PROFISSIONAL EM
HISTÓRIA DA ÁFRICA, DA DIÁSPORA E DOS POVOS INDÍGENAS

SUZANA LIMA RIBEIRO

RELATÓRIO DE PRODUÇÃO DO MATERIAL PARADIDÁTICO:
“A FEIRA NEGRA: Construindo nossas histórias”

CACHOEIRA

2020

SUZANA LIMA RIBEIRO

RELATÓRIO DE PRODUÇÃO DO MATERIAL PARADIDÁTICO:
“A FEIRA NEGRA: Construindo nossas histórias”

Relatório Técnico apresentado à banca de defesa do Programa de Pós-Graduação Mestrado Profissional em História da África, da Diáspora e dos Povos Indígenas da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, como requisito para obtenção do Grau de Mestre, na área de concentração em História da África, da Diáspora e dos Povos Indígenas.

Orientadora: Prof.^a Dr. Martha Rosa Queiroz

Coorientador: Prof. Dr. Sérgio Armando Diniz Guerra Filho

CACHOEIRA

2020

-
- R484r Ribeiro, Suzana Lima
Relatório de Produção do material paradidático “A Feira Negra: construindo
nossas histórias”. / Suzana Lima Ribeiro. Cachoeira, BA, 2020.
100f., il.
- Orientação: Profa. Dra. Martha Rosa Figueira de Queiroz
Coorientação: Prof. Dr. Sérgio Armando Diniz Guerra Filho
- Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia,
Centro Artes, Humanidades e Letras, Mestrado Profissional em História da África,
da Diáspora e dos Povos Indígenas, Bahia, 2020.
1. Negros – Educação - Brasil. 2. Negros – Identidade Racial – Feira de
Santana (BA). 3. Cultura afro-brasileira – Estudo e ensino. 4. Ensino – Legislação
– Brasil. I. Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Centro de Artes,
Humanidades e Letras. II. Título.

CDD: 344.8107

Ficha elaborada pela Biblioteca Universitária do CAHL - UFRB. Responsável pela
Elaboração – Juliana Braga (*Bibliotecária – CRB-5/1396*)
(os dados para catalogação foram enviados pelo usuário via formulário eletrônico)

SUZANA LIMA RIBEIRO

RELATÓRIO DE PRODUÇÃO DO MATERIAL PARADIDÁTICO:
“A FEIRA NEGRA: Construindo nossas histórias”

Dissertação apresentada ao programa de Mestrado Profissional em História da África, da Diáspora e dos Povos Indígenas da UFRB, sob orientação da Prof^a. Dr^a. Martha Rosa Figueira Queiroz e coorientação do Prof. Dr. Sérgio Armando Diniz Guerra Filho.

Aprovado, 08 de outubro de 2020

Comissão Examinadora:



Prof^a. Dr^a. Martha Rosa Figueira Queiroz (UFRB – Orientador)



Prof^a. Dr^a. Mayara Plascido Silva (IFBA – Examinador externo)

Prof^a. Dr^a Rita de Cassia Dias Pereira de Jesus (UFRB – Examinador interno)

Cachoeira-Ba
2020

AGRADECIMENTOS

Depois de cumprir essa longa jornada que foi o mestrado, é preciso registrar meus agradecimentos às pessoas que foram fundamentais para a conclusão deste trabalho.

Primeiramente, agradeço à Deus por ter conseguido alcançar meus objetivos. A toda minha amada família por torcer para o meu sucesso, em especial a mainha, Marinalva Lima Ribeiro e painho, Hildebrando Ribeiro Aragão, que sempre incentivaram e se esforçaram muito para permitir que seus filhos seguissem o caminho dos estudos; a meu irmão Henrique, que sempre esteve do meu lado, a meus tios, tias, primos e primas, minha amiga Adila e Marcela, a minha sogra Lúcia, meu sogro Joseval, meus sobrinhos e sobrinhas, minhas cunhadas, pessoas que sempre me incentivaram a realizar o curso de mestrado, obrigada por todo apoio. Aos meus queridos avós paternos, Olga (in memória) e José (in memoria) e avós maternos, Enedino (in memória), e Josenita meu muito obrigada por todo o carinho e por me apresentar tantas histórias e compartilhar memórias fascinantes de suas experiências e vivências no Recôncavo, nos Sertões da Bahia e principalmente na Feira de Santana de antigamente.

Aos meus amigos e colegas do mestrado, pessoas maravilhosas que me auxiliaram muito na realização do trabalho, especialmente: Katia Maria, Thaia Porto, Lucilene, Mayane, Guilherme. Ao meu grande amigo e irmão, Moisés Bonniek, que me acompanha desde a graduação na UEFS e que sempre esteve presente em todos os momentos importantes da minha vida, inclusive na minha turma de mestrado. Levo você comigo para o resto da vida.

Ao meu companheiro Exelby que esteve ao meu lado em toda essa trajetória, nas pesquisas, na construção do material, do relatório, na defesa, me amparou nas minhas angústias, nas minhas inseguranças e me apoiou incondicionalmente em minhas decisões. Muito obrigada pela paciência, compreensão, apoio, carinho, amor e por todas as nossas conversas. Esse trabalho é seu também.

Aos professores do Mestrado que indicaram novos caminhos, enriquecendo meu trabalho. A minha orientadora, Martha Rosa Figueira Queiroz, que compreendeu a proposta do trabalho e o abraçou trazendo importantes contribuições. À banca de qualificação, professoras Rita Dias e Mayara Plácido pelas orientações dadas que foram fundamentais para finalização do trabalho.

Aproveito para agradecer aos gestores do CAHL/UFRB por aprovar a licença capacitação o que permitiu a continuidade dos estudos e agradecer a compreensão de colegas como Ozana que ajudou a amenizar a rotina cansativa do trabalho e das viagens para desenvolver minha pesquisa.

Agradecer a todos os pesquisadores e pesquisadoras que se debruçam com afinco sobre as riquíssimas experiências da população negra Feira de Santana. Cada dissertação ou tese defendida constroem uma nova perspectiva sobre a história da cidade, e foi o contato com essas pesquisas que me permitiu ter uma compreensão mais aprofundada da ancestralidade negra da Princesa do Sertão.

E a todos/as que me apoiaram com palavras, gestos e incentivos os meus sinceros agradecimentos!

RESUMO

Trata-se de um relatório onde apresenta-se os caminhos trilhados para o desenvolvimento do livro “A Feira Negra: construindo as nossas histórias”, material didático voltado para os estudantes do 8º e 9º ano do Ensino Fundamental II, elaborado com o propósito de contribuir com a educação para as relações étnico-raciais, a partir da discussão sobre a relevância da presença da população e da cultura negra na cidade de Feira de Santana. No relatório são destacadas as referências teóricas, conceitos e experiências consideradas significativas para compreensão dos processos de implementação da lei 10639/2003 no cotidiano educacional e na narrativa dos materiais didáticos sobre a cidade. São elencadas as produções historiográficas sobre a população negra no município, principais fontes utilizadas para subsidiar a construção do conteúdo do livro, finalizando com a descrição da construção do material didático.

Palavras-Chave: Educação antirracista. Educação para as relações étnico-raciais (Lei 10639/03). História local (Feira de Santana). Produção de Material Didático. Ensino Fundamental II (Anos finais).

ABSTRACT

This is a report presenting the paths taken for the development of the book “A Feira Negra: building our stories”, educational material for students in the 8th and 9th grade of Elementary School II, prepared for the purpose of contribute to education for ethnic-racial relations, from the discussion on the relevance of the presence of the black population and culture in the city of Feira de Santana. The report highlights the theoretical references, concepts and experiences considered significant for understanding the implementation processes of Law 10639/2003 in educational daily life and in the narrative of teaching materials about the city. Listed are the historiographical productions about the black population in the municipality, the main sources used to subsidize the construction of the book's content, ending with the description of the construction of the didactic material.

Keywords: Anti-racist education. Education for ethnic-racial relations. Local history - Feira de Santana. Courseware. Elementary School II - Final years.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa de Feira de Santana na Região Semiárida baiana, situada no Polígono da Seca	29
Figura 2- Escultura instalada na Avenida Getúlio Vargas, próxima ao prédio da Prefeitura.	32
Figura 3- Esculturas feitas em couro e madeira	32
Figura 4-Casarão Olhos d'Água.....	33
Figura 5- Monumento ao Tropeiro	33
Figura 6- Monumento ao Vaqueiro	34
Figura 7-Imagem do vaqueiro do painel Lênio Braga (Rodoviária de Feira de Santana)	34
Figura 8-Museu Casa do Sertão.....	35
Figura 9- Gráfico de Número de estudantes matriculados no Ensino Fundamental, na faixa etária 6 a 14 anos de idade, segundo a autoafirmação de raça.....	47
Figura 10- Capa do livro Pequena história de Feira de Santana.....	74
Figura 11- Capa do material didático Maria Quitéria: A Injustiçada	76
Figura 12- Capa do material didático Feira de Santana: Do nascimento à emancipação	77
Figura 13-Capa do material didático Um Quilombo Urbano chamado Rua Nova.....	78
Figura 14- Capa do material didático Feira uma cidade princesa	79
Figura 15- Capa do livro Quitéria e o Bando de Cleonice	81
Figura 16- Capa do livro Sant'Anna da Feira: Terra de Lucas	82
Figura 17-Ilustração da capa do material didático Feira Negra: Construindo as nossas histórias.	87
Figura 18-Ilustração do primeiro capítulo do material didático	88
Figura 19-Ilustração da abertura do segundo e terceiro capítulo do material didático	88
Figura 20-Ilustração de abertura do quarto capítulo do material didático	89

LISTA DE TABELA

Tabela 1- Composição racial de Feira de Santana –2010	39
Tabela 2- Grupos Raciais em Feira de Santana – anos de 1872 e 1940	40
Tabela 3- Número de estudantes matriculados no Ensino Fundamental, na faixa etária 6 a 14 anos de idade, segundo a autoafirmação de raça	47
Tabela 4- Porcentagem da população residente (bairro) por cor (2010).....	99

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
1- RACISMO, ANTIRRACISMO E A EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS.....	14
1.1-RACISMO NO BRASIL: UM BREVE HISTÓRICO.....	14
1.2-ANTIRRACISMO E EDUCAÇÃO: LUTAS MOVIMENTO NEGRO.....	19
1.3- A LEI Nº 10.639/03 E A EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS: AVANÇOS E DESAFIOS.....	24
2- EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS EM FEIRA DE SANTANA...29	
2.1- “PRINCESA DO SERTÃO”: UMA CIDADE NEGRA.....	29
2.2- LEI Nº 10.639/03 EM FEIRA DE SANTANA.....	46
2.3- RELATO DE VIVÊNCIA - COLÉGIO ESTADUAL CORIOLANO DE CARVALHO.....	57
3- CONSTRUÇÃO DO MATERIAL DIDÁTICO.....	70
3.1- O MATERIAL DIDÁTICO E A LEI Nº 10639/03.....	70
3.2- A CONSTRUÇÃO DO PARADIDÁTICO.....	83
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	90
REFERÊNCIAS.....	92
ANEXO.....	99

INTRODUÇÃO

O presente relatório tem como objetivo apresentar os percursos que envolveram o processo de construção do material didático “A Feira Negra: Construindo as nossas histórias”, destinado aos estudantes do Ensino Fundamental II, 8º e 9º anos, das escolas públicas e particulares de Feira de Santana. O material didático tem como propósito contribuir com a educação para as relações étnico-raciais, a partir da discussão sobre a relevância da presença da população e da cultura negra na cidade de Feira de Santana.

O meu interesse pela temática antecede a minha inserção no mundo acadêmico. Foi através de vivências e conversas com meus pais, avós, parentes e vizinhos mais velhos do bairro Jardim Cruzeiro que essa Feira antiga e essencialmente negra (apesar de não explícita) surgiu para mim. Por meio dessas memórias e narrativas, conheci histórias do lendário “Lucas da Feira” e compreendi algumas dinâmicas de trabalho da antiga grande Feira Livre. Através de minha avó Olga, pude conviver um pouco com as práticas da Umbanda, com as rezas que utilizavam folhas contra mau-olhado (quebranto), e também participei de Caruru de Sete Meninos. Através do meu pai, tive contato com os saberes das folhas de cura e fui apresentada ao tradicional Samba de Roda da Quixabeira. Através de minha mãe, conheci histórias do antigo Jardim Cruzeiro, bairro em que cresci e que hoje é considerado central, mas que, quando meus pais lá foram morar, era considerado um bairro suburbano, onde, segundo minha mãe, “era puro mato, tinha que pegar água nas fontes e estudar sob a luz do fifó”, dentre várias outras histórias. Histórias essas que, infelizmente, não ouvíamos no colégio.

Somente com o ingresso na universidade, tive acesso ao acervo de dissertações e teses produzidas sobre Feira de Santana e pude aprofundar um pouco mais os conhecimentos acerca desses assuntos tão próximos à minha vivência e que tanto despertaram minha atenção.

O interesse pelo estudo relacionado à cidade me acompanhou em todo o percurso do curso de Licenciatura em História da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS) (2002 a 2007). Nesse período, ensaiei os primeiros passos na pesquisa, com a confecção de um projeto sobre ocupações urbanas, especificamente a ocupação do antigo campo de aviação, em 1987, atual bairro George Américo em Feira de Santana, porém não desenvolvi monografia, pois no período, não havia no currículo de Licenciatura em História a exigência de Trabalho de Conclusão de Curso.

Através de disciplinas como “História da África”, com a professora Lucilene Reginaldo, e de discussões em grupos de estudo, comecei a desenvolver conceitos sobre identidade, racismo e outras temáticas relacionadas à questão negra.

Porém, foi na atuação em sala de aula, na condição de professora negra, das redes pública e particular de Feira de Santana, no enfrentamento diário de diversos problemas relacionados a atitudes discriminatórias, preconceitos, racismo, dificuldade de construção de uma identidade negra, comportamentos de autorrejeição e rejeição ao seu outro assemelhado étnico, que surgiram as indagações quanto aos silenciamentos sobre a história do negro em Feira de Santana nos currículos escolares e se despontou a necessidade de desenvolver essa discussão na sala de aula.

Uma análise sobre a população de Feira de Santana leva à constatação de que esta é uma cidade predominantemente negra. Dados do censo demográfico do IBGE revelam que, no ano de 2010, 23% da população feirense se autodeclarou preta e 55% se autodeclarou parda, ou seja, 78% da população feirense é composta por negros e negras.

Essas estatísticas populacionais são refletidas nas escolas. A grande maioria dos estudantes feirenses são afrodescendentes e essa característica é mais marcante nas escolas públicas, onde a maior parte dos estudantes são oriundos de comunidades periféricas, predominantemente negras.

Porém, apesar desse contexto, nas escolas feirenses, pouco se investe em discussões relacionadas às realidades dos estudantes, à história da cidade, tampouco à presença da população negra na construção do município. Observa-se que a abordagem sobre a história de Feira de Santana acontece em situações pontuais, como no período comemorativo do aniversário do município, e o assunto geralmente resume-se ao mito fundador do casal de portugueses, Ana Brandão e Domingos Barbosa de Araújo, ou então remete-se à figura de Maria Quitéria, quando se fala de Independência da Bahia. O negro e a negra geralmente são invisibilizados na história da cidade, sendo mencionados raramente, quando se citam histórias como a de Lucas da Feira, narrativas que quase sempre revelam apenas um viés pejorativo quanto a este personagem.

Em minha experiência em sala de aula, pude observar que, de modo geral, os estudantes de Feira de Santana desconhecem a atuação do negro na constituição histórica da própria cidade, pouco refletem sobre a situação social da população negra no seu cotidiano e não reconhecem referências negras positivas próximas à realidade deles, ou seja, os estudantes não se veem representados na história de sua própria cidade e essa conjuntura certamente dificulta a construção de uma identidade racial.

Segundo Ana Célia da Silva:

A representação de um grupo ou indivíduo é fundamental para a construção ou desconstrução da(s) sua(s) identidade(s), autoestima e autoconceito, uma vez que o indivíduo ou grupo pode perceber-se e conceitualizar-se a partir desse “real” e internalizá-lo (SILVA, 2011, p 31)

Agrega-se a essa situação a escassez de material didático que subsidie o/a docente em trabalhar a história da cidade a partir de uma matriz cultural negra, que valorize o protagonismo dessa população e que permita ao estudante construir referências positivas, seja de lugar, pessoas ou grupos do município.

A partir dessa percepção, surgiu a necessidade de formular um material didático que aliasse a educação para as relações étnico-raciais à história local de Feira de Santana, na tentativa de diminuir o silenciamento sobre a presença da população negra na cidade, sendo, ao mesmo tempo, um material pedagógico significativo e contextualizado à realidade vivida dos estudantes feirenses.

O Programa de Pós-Graduação Mestrado Profissional em História da África, da Diáspora e dos Povos Indígenas, que tem como objetivo formar profissionais aptos a desenvolverem, de forma inovadora, projetos e produtos pedagógicos concernentes à aplicação da Lei nº 10.639/2003, foi uma oportunidade de transformar essas minhas inquietações numa proposta de material didático.

Ao ingressar no mestrado, as diversas disciplinas ajudaram-me a aguçar a percepção sobre discussões e conceitos fundamentais a respeito do tema, a exemplo da disciplina “Metodologia de Pesquisa e Produção de Materiais Didáticos”, que proporcionou discussões sobre a confecção e materialidade do produto; ou da disciplina “Políticas, Teorias e Experiências Curriculares da Educação”, que colaborou com a reflexão sobre formação docente, bem como sobre os caminhos de implementação da Lei nº 10.639/03 na sala de aula. Todos esses aprendizados contribuíram para o desenvolvimento e a consolidação da minha intenção em produzir um material didático para a educação das relações étnico-raciais aliada à História local.

Sabemos que a Lei nº 10.639/2003 é um marco histórico e simboliza a conquista das lutas antirracistas, na e pela educação, pois instituiu, no currículo oficial de escolas públicas e privadas de ensino básico, a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, bem como a temática da questão Indígena (acrescida pela Lei nº 11.645/2008).

A supracitada Lei promoveu avanços na escrita dos livros didáticos e estimulou estudos sobre a História da África e dos africanos, bem como pesquisas sobre a contribuição do povo negro nas áreas sociais, econômicas e políticas pertinentes à História do Brasil. No entanto, ainda existem,

nesse âmbito, muitas lacunas, principalmente no que tange à produção de materiais didáticos que priorizem uma educação antirracista numa perspectiva local.

O Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana tem como objetivo central colaborar para que todo o sistema de ensino e as instituições educacionais cumpram as determinações legais com vistas a enfrentar todas as formas de preconceito, racismo e discriminação e garantir o direito à equidade educacional. Um dos objetivos específicos do Plano Nacional é “Promover o desenvolvimento de pesquisas e produção de materiais didáticos e paradidáticos que valorizem, nacional e regionalmente, a cultura afro-brasileira e a diversidade” (2004, p. 28).

Partindo desses pressupostos, a produção do material didático coaduna com a legislação e a implementação das diretrizes supracitadas, visto que o material didático produzido visa colaborar com promoção da valorização da cultura, da história e da contribuição do povo negro na formação de Feira de Santana, ajudando a minorar os silenciamentos do sujeito negro na história da cidade, trazendo o tema para o espaço de debate escolar.

Muitas vezes, as práticas escolares adotadas pelos professores em sala de aula não valorizam a vivência dos estudantes e as histórias do seu entorno, ficando geralmente relegadas à História Geral e do Brasil, tornando-se algo distante e desconexo da realidade do estudante. Evocar as histórias de luta do povo negro na cidade, as histórias que são encontradas no dia a dia do estudante, quando ele dobra a esquina, desce a rua do seu bairro, nos grafites das paredes, nas comunidades rurais, torna mais clara a percepção de que as raízes africanas estão presentes no ambiente desse estudante, na sua vivência. Permite ao educando perceber-se como sendo parte integrante daquela história, daquela cultura, não simples espectador do ensino destas, mas sujeito.

Segundo Silva, em seu artigo intitulado “A importância do estudo de história regional e local na educação básica” (2013, p.10):

(...) a História Regional e Local, se configura como um valioso instrumento metodológico para o professor de história, pois a abordagem de conteúdos voltados para o local e o regional possibilita a elaboração de um olhar diferenciado acerca do saber histórico, capaz de acusar uma visão crítica entre os educandos, bem como, permite a efetivação da noção de cidadania no ambiente escolar, uma vez que o objeto de estudo se apresenta como familiar à realidade de vida dos estudantes.

Comungando com essa ideia, acredito que é possível estabelecer relações muito positivas entre o estudo da presença da população negra na cidade de Feira de Santana e os processos de

formação de identidade do estudante. Pois tais relações permitem ao estudante compreender a presença negra em situações vividas cotidianamente, o que torna o conhecimento mais significativo e mais acessível, podendo ser um fio condutor para o entendimento da sua realidade e para a construção da sua identidade.

Dessa forma, o objetivo central do trabalho é produzir um suporte pedagógico que auxilie na discussão da educação para as relações étnico-raciais através da história local de Feira de Santana, evidenciando o protagonismo negro na constituição histórica da cidade e, ao mesmo tempo, problematizando os lugares ocupados por esses sujeitos na sociedade.

Os objetivos secundários são: problematizar a situação social e econômica da população negra feirense; retratar as formas de resistência negra frente aos processos de escravização na cidade; demonstrar a formação de quilombos urbanos e rurais e os aspectos socioculturais dessas comunidades; identificar grupos político-culturais e personalidades negras em Feira de Santana.

Para explicar a fundamentação e a construção do material didático, estruturei este relatório em três capítulos. No primeiro, trabalho conceitos e debates que foram importantes para a construção do material didático e ajudaram a identificar e desenvolver a temática. No segundo, exploro o contexto feirense, propondo uma discussão preliminar sobre algumas formas de silenciamento e esquecimento das experiências da população negra na história da cidade; depois, apresento um breve panorama referente às pesquisas sobre a aplicação da Lei nº 10.639/03 na cidade, finalizando com a análise do relato de experiência em uma vivência do Colégio Coriolano de Carvalho. No último capítulo, analiso brevemente alguns paradidáticos que abordam a história de Feira de Santana, avaliando a forma como são trabalhados textos e ilustrações referentes à temática negra; por fim, apresento o processo de produção do material didático.

1 - RACISMO, ANTIRRACISMO E A EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS

1.1 RACISMO NO BRASIL: UM BREVE HISTÓRICO

A progressiva mobilização e atuação do Movimento Negro no combate à discriminação, na denúncia do mito da democracia racial e na afirmação de uma identidade negra positivada trouxe avanços em diversas frentes de combate contra o racismo no Brasil, principalmente na área da educação.

Graças à luta de várias gerações do Movimento Negro, foram construídas e implementadas diversas políticas públicas relacionadas à promoção da igualdade racial e à superação do racismo, programas de acesso e permanência de estudantes negros ao ensino superior, legislações educacionais voltadas à valorização da cultura e da história negra nos currículos escolares e várias outras ações que visam uma perspectiva emancipatória e crítica da questão racial. Porém, muitos desafios ainda precisam ser vencidos para superar a situação desigual enfrentada pela população negra no Brasil.

Indicadores socioeconômicos – divulgados por organismos de estatística e de pesquisa como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) – atestam que grandes diferenciais raciais marcam praticamente todos os campos da vida social brasileira, seja na saúde, renda, acesso a empregos, violência, expectativa de vida, acesso e permanência na educação escolar, ou seja, ao longo da história, a população negra tem tido a sua “cidadania mutilada”, conforme analisou Milton Santos (1996/1997).

Além dessa conjuntura de abissal desigualdade racial, enfrentamos atualmente um contexto histórico e político complexo para as lutas identitárias no Brasil. A ascensão de setores conservadores/ultradireitistas ao poder político, além de tantos outros retrocessos, trouxe a público discursos que contestam e desqualificam os dados científicos e históricos que comprovam a atuação do racismo no Brasil. O representante máximo do poder público executivo nega a existência do racismo no país, realizando declarações como “Racismo é coisa rara no Brasil”, reafirmando o mito da democracia racial, minimizando as lutas históricas da população negra e naturalizado o racismo estrutural que opera de maneira silenciosa e nem sempre identificável na sociedade.

Provavelmente incentivado por essa conjuntura política, um irromper de declarações, crenças e atos racistas nas redes sociais, na mídia, na imprensa, na TV, nas empresas, nos campos de futebol, nos discursos de estudantes e professores é presenciado a todo momento e de maneira explícita.

A escola, enquanto instituição inserida nessa estrutura social, não está livre desse problema. Educadores, gestores das escolas, estudantes, pais, comunidade e funcionários são sujeitos sociais que partilham ideologias e representações circulantes na sociedade, dentre as quais o racismo, e podem, por conta de problemas na formação, falta de conhecimento, ou mesmo por posicionamento político-ideológico, reproduzi-las no seu dia a dia, na forma de tensões, agressões, piadas,

discriminação, negação do racismo, silenciamentos, indiferença quanto à temática etc. E todas essas atitudes são um forte indicativo da persistência e da força do mito da democracia racial brasileira.

Vários estudiosos, através de suas pesquisas e análises da temática étnico-racial, empenharam-se em comprovar e captar as dinâmicas e peculiaridades do racismo no Brasil, a exemplo de pesquisadores como Munanga (1999, 2009), Neusa Santos (1983), Carlos Hasenbalg (2005), Petrônio Domingues (2005), Clóvis Moura (2014), Lilia Schwarcz (1993), Ana Célia Silva (2004), Silvio Almeida (2018), Nilma Lino Gomes (2017), entre tantos outros.

O racismo enquanto conceito e realidade já foi objeto de diversas interpretações. Silvio Luiz Almeida, em seu livro “O que é Racismo Estrutural?” (2018), organiza os debates sobre as atuações do racismo em três concepções: Racismo individualista – nessa concepção, o racismo é visto como um fenômeno ético ou psicológico, de caráter individual ou coletivo, atribuído a grupos isolados; concepção considerada frágil, por se limitar apenas a efeitos comportamentais. Racismo institucional – nessa visão, o racismo não se resume a comportamentos individuais, mas é tratado como resultado do funcionamento das instituições, as quais passam a atuar em uma dinâmica que, indiretamente, atribui desvantagens e privilégios a partir da raça, tendo o poder como elemento central da relação racial; segundo o autor, essa visão é um avanço importante na discussão de racismo, porém as instituições não são a origem do racismo, e sim reprodutoras da ordem social em que estão inseridas: “as instituições são racistas porque a sociedade é racista” (p 36). Racismo estrutural – o racismo é visto como decorrente da própria estrutura social, ou seja, do modo normal como se constituem as relações políticas, econômicas, jurídicas, educacionais e até familiares, não sendo uma patologia social e nem um desarranjo institucional, “Comportamentos individuais e processos institucionais são derivados de uma sociedade cujo racismo é regra e não exceção” (p. 38).

Percebe-se que, na concepção estrutural, o racismo está eficazmente institucionalizado, mas também difuso no tecido social, psicológico, econômico, político e cultural da sociedade.

Apesar desse avanço no desenvolvimento das teorias, a concepção individualista sobre racismo ainda é a mais recorrente nas discussões e debates do nosso cotidiano, inclusive nos ambientes escolares. As contestações ao racismo ainda ficam muito restritas ao efeito comportamental direto, superficial, não se aprofundando o assunto numa perspectiva institucional ou estrutural.

Quanto ao conceito de racismo, o professor Kabenguele Munanga revela que

(...) o racismo seria teoricamente uma ideologia essencialista que postula a divisão da humanidade em grandes grupos chamados raças contrastadas que têm características físicas hereditárias comuns, sendo estas últimas suportes das características psicológicas, morais, intelectuais e estéticas e se situam numa escala de valores desiguais. O racista cria a raça no sentido sociológico, ou seja, a raça no imaginário do racista não é exclusivamente um grupo definido pelos traços físicos. A raça na cabeça dele é um grupo social com traços culturais, lingüísticos, religiosos, etc. que ele considera naturalmente inferiores ao grupo ao qual ele pertence (2003, p. 8).

Segundo Nilma Lino Gomes:

(...) o racismo constitui-se um sistema de dominação e opressão estrutural pautado numa racionalidade que hierarquiza grupos e povos baseada na crença da superioridade e inferioridade racial. No Brasil, ele opera com a ideologia de raça biológica, travestida no mito da democracia racial que se nutre, entre outras coisas, do potencial da miscigenação brasileira. A ideologia da raça biológica encontra nos sinais diacríticos “cor da pele”, “tipo de cabelo”, “formato do nariz”, “formato do corpo” o seu argumento central para inferiorizar os negros, transformando-os (sobretudo a cor da pele) nos principais classificatórios dos negros e brancos no Brasil (2012, p. 25).

Assim, segundo Munanga (2003) e Gomes (2012), o grande problema é que, no contexto das relações de poder e de dominação, as classificações da raça criam hierarquias e legitimam uns em detrimento de outros, criando desigualdades.

O racismo nasce no Brasil na época da escravidão, mas é no final do século XIX e início do XX que o discurso ganha contornos científicos.

A adoção, pela elite brasileira, das teses de inferioridade/superioridade racial vindas da Europa e Estados Unidos iniciou-se em 1870, tendo grande aceitação pela comunidade acadêmica no período que compreende os anos de 1880 a 1930.

A chegada dessas teorias causou grande impacto nos diversos estabelecimentos científicos de ensino e pesquisa e serviram de base para a interpretação científica do desenvolvimento nacional e para a formação de uma identidade da nação republicana e pós-escravista.

Lilia Schwarcz, em seu livro “O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil” (1993), analisa como os pensamentos e ideais dos intelectuais, que estavam envolvidos na questão eugênica no Brasil, foram se estabelecendo e se adaptando à realidade brasileira. A elite do país no século XIX foi buscar fundamentos em meio ao novo ideário científico, baseando-se no *darwinismo* social, no positivismo, no evolucionismo e no determinismo biológico e geográfico, para explicar e teorizar a situação racial do país e também propor caminhos

para a construção da nacionalidade, tida como problemática por conta da mestiçagem e dos riscos da degeneração decorrentes dela.

As elites intelectuais brasileiras não só consumiram essas novas concepções, mas também as reconstruíram e reformularam de acordo com os interesses do projeto de formação de identidade nacional. A aceitação da perspectiva de existência de uma hierarquia racial e o reconhecimento dos problemas da degeneração inerente a uma sociedade eminentemente mestiça somaram-se à ideia de que a miscigenação permitiria alcançar a predominância da raça branca. Assim, a maioria dos estudos da época vislumbravam o embranquecimento da população brasileira a partir da mistura das raças em gerações consecutivas, que levariam, inevitavelmente, ao desaparecimento da população negra.

Essas teorias racistas vigoraram até os anos 30, quando foram substituídas por um tratamento mais sutil da questão racial, baseado na ideia da democracia racial, popularizada pelo sociólogo Gilberto Freyre.

A partir dos trabalhos de Freyre em seu livro “Casa Grande e Senzala” (1933), há uma interpretação do Brasil que desloca o eixo de discussão de raça para a discussão de cultura. Ao contrário das ideias das teorias raciais as quais traziam o negro como raça que deveria desaparecer na sociedade, Freyre enaltece a mistura de sangue, demonstrando a mestiçagem com um valor positivo no quesito cultural, mas sem trazer para debate os conflitos e as desigualdades de poder inerentes à questão racial.

Assim nasce a ideia da democracia racial, de harmonia entre as raças, a qual, apesar de sofrer fortes contestações científicas desde as décadas de 1950 e 1960, por estudiosos como Florestan Fernandes, repercute fortemente até hoje na mentalidade da população brasileira.

Hasenbalg explica-nos que “(...) o mito da ‘democracia racial’ brasileira é indubitavelmente o símbolo integrador mais poderoso criado para desmobilizar os negros e legitimar as desigualdades raciais vigentes desde o fim do escravismo” (HASENBALG, 2005, p. 250).

Segundo Munanga, no livro “Rediscutindo a mestiçagem no Brasil”, o mito da democracia racial

(...) exalta a ideia de convivência harmoniosa entre os indivíduos de todas as camadas sociais e grupos étnicos, permitindo às elites dominantes dissimular as desigualdades e impedindo os membros das comunidades não-brancas de terem consciência dos sutis mecanismos de exclusão da qual são vítimas na sociedade. Ou seja, encobre os conflitos raciais, possibilitando a todos se reconhecerem como brasileiros e afastando das comunidades subalternas a tomada de consciência de suas características culturais que teriam contribuído para a construção e expressão de uma identidade própria. Essas

características são "expropriadas", "dominadas" e "convertidas" em símbolos nacionais pelas elites dirigentes (1999, p. 80).

É interessante perceber – como nos alerta Amilcar Pereira (2010, p.60), fazendo referência aos estudos de George Andrews (1997) – a relação entre a ideia de democracia racial e as condições de repressão democrática política no Brasil, na medida em que foi justamente próximo ao período Estado Novo (1937-1945) que surgiu e se concretizou a ideia de democracia racial e foi no período da ditadura militar (1964-1985) que o discurso da unidade nacional baseada na ideia de “democracia racial” se tornou mais evidente, demonstrando que o conceito de democracia racial está intimamente vinculado às tensões que cercam a democracia política do país.

O mito da democracia racial ainda é muito presente no imaginário e no discurso da população brasileira, sendo reforçado periodicamente pelo discurso político conservador atual. Esse discurso esconde os conflitos raciais existentes, naturaliza os espaços subordinados que os negros e negras ocupam na sociedade e invisibiliza as relações de poder entre as populações negra e branca. O resultado é uma sociedade que ainda propaga o discurso de igualdade e harmonia racial, disfarçando a relação direta existente entre o racismo e as desigualdades sociais dele resultantes.

Por isso, a construção de estratégias que visem o combate do racismo e o elucidar do mito da democracia racial é uma tarefa crucial para um projeto de sociedade mais igualitária.

A educação, enquanto instrumento emancipatório e de construção de cidadania, tem, pois, um papel fundamental no enfrentamento da desconstrução do mito da democracia racial, à medida que possibilita o desenvolvimento de olhar crítico perante a sociedade, dando subsídios para a luta contra o racismo.

O Movimento Negro, desde o início do século XX, percebeu o papel estratégico da educação e logo a inseriu como uma de suas pautas principais de luta.

Assim, no intuito de perceber a importância crucial da educação nas lutas antirracistas, busco, no próximo ponto, compreender as lutas do Movimento Negro e a perspectiva educacional como papel prioritário de ação emancipatória.

1.2- ANTIRRACISMO E EDUCAÇÃO: LUTAS DO MOVIMENTO NEGRO

De acordo o autor Sales Augusto dos Santos, em sua tese “Movimento negro, educação e ações afirmativas” (2007), a educação sempre esteve como uma das frentes da luta do Movimento

Negro. Para Santos, “há uma forma de combate ou um instrumento de luta contra o racismo que é consensual entre os Movimentos Sociais Negros, qual seja, a luta por educação formal e a reivindicação de políticas educacionais não eurocêtricas.” (2007, p.49).

Ainda segundo Santos, as lutas antirracistas no Brasil começaram no período escravista. O autor compreende que a luta contra a escravidão também era uma luta contra o racismo, visto que o preconceito e a discriminação racial eram inerentes à sociedade escravista brasileira e manifestavam-se em todas as suas formas típicas, considerando o escravismo como um meio extremo de opressão racial. Assim, as lutas dos negros contra o escravismo – como o afrouxamento ou a recusa do trabalho, a rebeldia coletiva dos escravizados, fugas, formação de quilombos e rebeliões nas senzalas – eram consideradas lutas antirracistas, nas quais o foco era a liberdade.

Mas, ao tematizar as ações desencadeadas do Movimento Negro após a abolição, Santos afirma que tão logo a escravidão foi formalmente extinta, a educação tornou-se uma das reivindicações prioritárias dos Movimentos Negros.

Segundo Nilma Lino Gomes (2017):

Entende-se como Movimento Negro as mais diversas formas de organização e articulação das negras e negros politicamente posicionados na luta contra o racismo e que visam à superação desse perverso fenômeno na sociedade. Participam dessa definição os grupos políticos, acadêmicos, culturais, religiosos e artísticos com o objetivo explícito de superação do racismo e da discriminação racial, de valorização e afirmação da história e da cultura negras do Brasil, de rompimento das barreiras impostas aos negros e às negras na ocupação dos diferentes espaços e lugares na sociedade (p. 23 e 24).

As primeiras formas de lutas coletivamente organizadas contra o racismo no pós-abolição aparecem mais visivelmente em São Paulo e Rio de Janeiro, por meio de associações e clubes que visavam promover a recreação e a cultura entre os negros, motivado pelas discriminações sofridas pela população negra nas associações frequentadas pela população branca. Muitas dessas organizações negras se empenharam em colocar a educação nas suas próprias agendas e várias criaram escolas em suas sedes. Com o passar do tempo, tenderam a construir outras formas de lutas, a exemplo dos jornais, que divulgavam, além de eventos sociais, assuntos de natureza econômica e política e faziam denúncias e protestos relacionados às questões raciais, formando a então Imprensa Negra nos anos 20.

Esses jornais tinham um papel educativo, informavam e politizavam a população negra e davam destaque à educação. Várias matérias vinculavam a ideia da ascensão social do negro à via da educação formal.

Nos anos de 1930, destaca-se a Frente Negra Brasileira (FNB), uma das mais importantes instituições negras do início do século XX, que chegou a reunir cerca de 60 mil associados em diversos estados do país e que mais tarde tornou-se um partido político. A FNB também se preocupou com a educação formal dos negros, que, segundo a instituição, seria uma condição primordial para a ascensão moral e o progresso material dos negros na sociedade. Segundo Sales (2007), comentando a visão de Florestan Fernandes, a FNB buscava a inclusão e assimilação dos negros na sociedade, mas nos moldes do “padrão branco”, objetivando a ascensão econômica e social. A FNB subsidiou cursos de alfabetização para crianças e adultos, além de inglês e música. Com o advento do Estado Novo, o presidente Getúlio Vargas fechou todos os partidos políticos; entre eles, a FNB.

Na década de 1940, o Teatro Experimental do Negro (TEN), grupo liderado por Abdias do Nascimento, nasceu com o intuito de formar atores e dramaturgos negros com visão crítica da realidade racial no Brasil. Esse grupo tinha como objetivo trazer ao público temáticas que envolvessem a herança africana na sua expressão brasileira e a contestação da discriminação racial. O TEN alfabetizava seus participantes de forma reflexiva e crítica quanto às questões raciais e sociais, promovia atividades acadêmicas e militantes e publicava o jornal “Quilombo” (1948-1950), em que se reivindicava o ensino gratuito para todas as crianças e o incentivo governamental para a admissão de estudantes negros nas instituições de ensino secundário e universitário. Além disso, no programa educacional dessa organização, propunha-se o combate ao racismo com base em medidas culturais e de ensino, baseadas na formação de uma imagem positiva do negro ao longo da história. Em face das pressões e perseguições da ditadura militar brasileira, o TEN é extinto em 1968, quando seu principal fundador, Abdias do Nascimento, vai para o autoexílio, nos Estados Unidos.

Em 1978, várias entidades negras mobilizadas contra a discriminação racial fundam, em São Paulo, o Movimento Unificado Contra a Discriminação Racial (MUCDR), que, em 1979, passa a se chamar Movimento Negro Unificado (MNU). Segundo Amilcar Pereira, o MNU propunha o combate ao racismo também no âmbito educacional, porém não somente numa proposta integradora, mas questionando a escola e, principalmente, a História. Segundo o autor, A Carta de

Princípios do MNU, redigida em 1978, já apresentava uma importante reivindicação que também se tornou característica do Movimento Negro contemporâneo, “ a luta pela reavaliação do papel do negro na História do Brasil” (PEREIRA, 2012, p.99).

Do grupo Palmares, umas das organizações negras contemporâneas ao MNU, surge outra proposta importante, a de considerar o dia 20 de novembro (dia da morte do herói negro Zumbi dos Palmares) como Dia da Consciência Negra, data a ser enaltecida em substituição ao 13 de maio (Dia da Abolição da Escravatura).

Ao longo da década de 1980, o Movimento Social Negro e intelectuais e pesquisadores da área da educação produziram um amplo debate sobre a importância de um currículo escolar que refletisse a diversidade étnico-racial da sociedade brasileira. Na agenda de reivindicações, estava a reformulação dos currículos escolares visando a valorização do papel do negro na História do Brasil e a introdução de matérias como História da África e Línguas Africanas.

Uma das estratégias bem-sucedidas utilizadas pelo MNU nesse período foi a atuação direta em escolas, não somente dando palestras, informando professores e estudantes sobre a história do negro no Brasil, mas também produzindo material didático, como cartilhas, com o objetivo de apresentar aspectos pouco conhecidos da História do país, especialmente a história dos negros no Brasil aliada a uma tentativa de aumento de autoestima por parte das crianças negras (PEREIRA, 2010, p. 205-209).

Segundo Gomes (2017), a partir da década de 1980, com o processo de redemocratização, passou a se configurar outro perfil de Movimento Negro, com a ênfase especial na educação. Alguns ativistas conseguiram seguir no mundo acadêmico, iniciaram uma trajetória como intelectuais engajados e focaram suas pesquisas na análise do negro no mercado de trabalho, no racismo presente nas escolas, analisaram estereótipos raciais nos livros didáticos, desenvolveram pedagogias e currículos com enfoque nas relações étnico-raciais e discutiram a importância do estudo da história da África nos currículos escolares.

Em função de todas essas discussões a níveis nacional e internacional, foi elaborada, em 1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), a Lei nº 9.394/1996, cujo artigo 26 destaca que o ensino de História deve considerar a diversidade das contribuições dos indígenas, africanos e europeus na formação do povo brasileiro. Também foram elaborados os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), que, por conta das reivindicações das organizações negras, tornaram-se objeto de avanço na luta contra o racismo com a aprovação dos Temas Transversais (Pluralidade Cultural),

reconhecendo a escola como espaço privilegiado para a eliminação das diferentes formas de discriminação.

A década de 90 constitui um período singular na história das relações raciais brasileiras. A “Marcha Zumbi contra o Racismo, pela Cidadania e a Vida”, em 1995, representou um momento de reivindicação com propostas de políticas públicas para a população negra, inclusive com políticas educacionais, sugeridas para o governo federal. É no governo de Fernando Henrique Cardoso que, pela primeira vez, admite-se oficialmente a existência de preconceito e discriminação raciais em nossa sociedade. Considero relevante também mencionar a edição do livro “Superando o racismo na escola”, que contém 11 artigos versando sobre educação e relações raciais, organizado pelo professor Kabengele Munanga, publicado pela primeira vez em 1999. Esse livro pode ser considerado mais um dos resultados (na área da educação) dos debates entre sociedade civil e governo federal ocorridos na década de 1990.

Nos anos 2000, especialmente a partir da “III Conferência Mundial Contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata”, realizada em Durban, África do Sul, em 2001, observa-se um avanço nas discussões sobre a dinâmica das relações raciais no Brasil, sobretudo no que se refere às diversas formas de discriminação vivenciadas pela população negra no país. Em consequência, na primeira gestão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, é criada, em 2003, a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), representação histórica da reivindicação do Movimento Negro, e a questão racial então é incluída como prioridade na pauta de políticas públicas do país.

Todo esse processo de lutas organizadas dos negros resulta na Lei nº 10.639/03, que altera a LDB, tornando obrigatório o ensino de História e Cultura Africana e Afro-Brasileira nas escolas.

A Lei nº 10.639/03 e seus desdobramentos legais, promulgados nos anos seguintes – como as “Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana” e o “Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana” – representam avanços no currículo escolar brasileiro, atingindo todos os níveis e modalidades de ensino.

Assim, o Movimento Negro, ao longo da história, considerou o tema da educação como ponto crucial no enfrentamento do racismo e com isso tem obtido importantes conquistas. É fundamental que os estudantes das escolas brasileiras tenham uma formação emancipatória, que

promovam a construção/afirmação de sua identidade, que conheçam mais sobre a história da África, dos africanos, da luta dos negros e povos indígenas no Brasil. Mas, para isso, ainda são necessários muitos esforços no sentido de que o instrumento legal se torne algo concreto e efetivo na educação brasileira.

1.3- A LEI Nº 10.639/03 E A EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS: AVANÇOS E DESAFIOS

A promulgação da Lei nº 10.639/03 representa um passo importante no processo de superação do racismo e de implementação da educação para as relações étnico-raciais nas escolas.

Segundo a Resolução nº 1, de 2004, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana:

A Educação das Relações Étnico-Raciais tem por objetivo a divulgação e produção de conhecimentos, bem como de atitudes, posturas e valores que eduquem cidadãos quanto à pluralidade étnico-racial, tornando-os capazes de interagir e de negociar objetivos comuns que garantam, a todos, respeito aos direitos legais e valorização de identidade, na busca da consolidação da democracia brasileira.

Dessa forma, a Lei nº 10.639/03 é um instrumento essencial para tornar a escola um lugar que possibilite um trabalho de conscientização e que democratize o ensino ao considerar a diversidade étnico-racial na construção da cultura e história de nosso país, transformando a sala de aula em um espaço de esclarecimento e enfrentamento da problemática da questão racial.

Podemos verificar muitos avanços ocorridos após a promulgação da referida Lei, como: ações relacionadas ao aumento de oferta de cursos de formação de professores para a diversidade étnico-racial; novas perspectivas na pesquisa sobre relações raciais no Brasil; maior entendimento do trato pedagógico e democrático da questão étnico-racial; e crescimento no número de materiais didáticos que trabalham na perspectiva da educação para as relações étnico-raciais. Porém, percebemos que, no cotidiano escolar, ainda existem diversos entraves e percalços relacionadas a gestão, à grande necessidade de formação de professores e a condições materiais, os quais impedem a efetiva concretização dessa política educacional.

Pensando nos avanços e entraves desse processo de implementação e tendo em vista a necessidade de uma avaliação das experiências em um panorama nacional, foi publicado, em 2012,

um livro importante, intitulado “Práticas Pedagógicas de Trabalho com Relações Étnico-Raciais na Escola na Perspectiva da Lei nº 10.639/03”, organizado por Nilma Lino Gomes e que apresenta os resultados de uma extensa pesquisa de abrangência nacional, realizada pela Universidade Federal de Minas Gerais(UFMG), sobre a implementação da Lei nº 10.639/03 nas escolas.

Os resultados da supracitada pesquisa, feita ao longo do ano de 2009, buscaram identificar, mapear e analisar práticas pedagógicas em 36 escolas de todas as regiões do Brasil, na perspectiva da Lei nº 10.639/03, indicando os níveis de compreensão e graus de enraizamento da temática africana e afro-brasileira nas instituições escolares em âmbito nacional.

Além de outros tópicos, a pesquisa focou em 4 dimensões avaliativas nas escolas: Estrutura física e aparência da escola; Envolvimento da gestão e do coletivo; Formação continuada e material de apoio; e Avanços e limites do trabalho.

A pesquisa defrontou-se com experiências e práticas bastante diversas. Algumas refletem o grau elevado de comprometimento do coletivo de professores(as) e gestores(as), bem como a participação da comunidade e da gestão municipal ou estadual de educação na Implementação da Lei. Outras explicitam o lugar marginal em que a temática é colocada pela escola e, por vezes, pela própria gestão educacional do município ou do estado.

Quanto à aparência e estrutura física, a maioria das escolas apresentam um bom estado de conservação e algumas apresentam murais e cartazes que fazem referências aos projetos ali executados ou expressam valores como igualdade, beleza, autoestima e valorização dos(as) negros.

Em relação ao envolvimento da gestão e do coletivo com a proposta de implementação da Lei nº 10.639/03, observou-se que a sustentabilidade das práticas pedagógicas relacionadas às temáticas étnico-raciais está estreitamente relacionada com a influência do apoio e posicionamento político-ideológico da gestão escolar e de seu corpo docente, os processos de formação continuada de professores na temática étnico-racial e a inserção no Projeto Político Pedagógico (PPP). Não esquecendo a influência da cultura escolar, do currículo, da organização dos tempos e espaços, bem como da disponibilidade de recursos didáticos.

As práticas pedagógicas relacionadas às temáticas étnico-raciais que apresentam resultados mais positivos são aquelas que demonstram maior envolvimento de profissionais da escola e têm apoio da gestão e/ou da coordenação. Geralmente, acontecem em escolas com uma dinâmica de trabalho mais aberta ao entorno, à comunidade, aos grupos culturais existentes na região. São

também escolas em que os processos de formação continuada ofertados pelo MEC, pelas Secretarias de Educação, pelos sindicatos, pelas Universidades e pelos Núcleos de Estudos Afro-brasileiros (NEABs) contam com maior participação do corpo docente (seja por iniciativa própria, seja por estímulo da escola).

De modo geral, a pesquisa mostrou avanços no envolvimento crescente de coletivos de professores(as) em projetos interdisciplinares, o que revela uma tendência de superação de práticas individualizadas. Porém, as datas comemorativas ainda são o recurso que os(as) docentes mais utilizam para realizar os projetos interdisciplinares e trabalhos coletivos voltados à Lei nº 10.639/03. É possível encontrar práticas nas quais o dia 20 de novembro é trabalhado em uma perspectiva pouco crítica, servindo-se apenas como uma justificativa de que a escola está implementando a Lei.

Quanto à formação continuada e material de apoio, a pesquisa analisou as bibliotecas e os acervos relacionados à temática étnico-racial disponíveis, além da formação continuada da equipe. Os dados revelaram que os professores estão experimentando novas formas de abordagem pedagógica das relações raciais e aprendem junto com os estudantes sobre a África. Porém, o aprendizado sobre a história do negro no Brasil e principalmente sobre o continente africano se mostra superficial e carente de uma formação continuada mais densa. Dessa forma, nota-se que a política de formação continuada de professores para a diversidade étnico-racial é necessária e precisa ser fortalecida urgentemente.

A pesquisa não analisou os livros didáticos utilizados, mas fez análise sobre as Bibliotecas e os acervos que tratam da temática étnico-racial disponíveis. Nesse levantamento, foi demonstrado um panorama das bibliotecas no qual se percebe desorganização de acervos, falta de funcionário, escassez de exemplares, dificuldades de empréstimo e de acesso aos materiais.

Os acervos de algumas escolas apresentaram uma biblioteca com boa quantidade de livros, incluindo os de temática étnico-racial, mas geralmente são livros voltados ao público infanto-juvenil. Ou seja, muitas vezes o material não é apropriado à idade do estudante.

É possível encontrar maior quantidade de materiais de apoio e paradidáticos para a discussão da diversidade étnico-racial brasileira produzidos para a educação infantil e os anos iniciais do ensino fundamental. Para adolescentes, jovens e adultos, tal produção ainda é restrita, o que obriga os(as) docentes a se dedicarem ainda mais na busca de novas alternativas e estratégias que enriqueçam a prática pedagógica.

O Programa Nacional Biblioteca da Escola, embora seja reconhecido como uma política importante do Ministério da Educação, não consegue atender a essa demanda, principalmente quando envolve as especificidades regionais e locais. Outro ponto diagnosticado foi que os materiais, as publicações e pesquisas já existentes sobre África e questões afro-brasileiras produzidas pelas universidades, geralmente, não mantêm diálogo com a educação básica, seja com professores ou discentes, o que revela despreocupação em democratizar, divulgar o conhecimento produzido.

Quanto aos avanços e limites do trabalho, observou-se que os pontos principais que dificultam a efetivação da Lei nº 10.639/03 nas escolas são a falta de formação continuada dos docentes, a falta de recursos didáticos apropriados para professores e estudantes, a falta de apoio financeiro e a resistência da comunidade escolar (professores/gestão/família) para a implementação da temática em sala de aula.

Observou-se que os estudantes demonstram que o trabalho tem conseguido sensibilizá-los, informá-los sobre a dimensão ética do racismo, do preconceito e da discriminação racial (não discriminar, não colocar apelidos pejorativos, tratar com igualdade), mas lhes oferece pouco conhecimento conceitual sobre a África e sua relação com as questões afro-brasileiras (conhecimentos históricos, geográficos, políticos, literários e artísticos sobre a realidade afro-brasileira e africana, conceitos de racismo, preconceito, discriminação, entre outros). Geralmente, apresentam-se conhecimentos estereotipados e exóticos sobre a África e sobre a história do negro no Brasil.

Importante reconhecer que, do ponto de vista da educação das relações étnico-raciais, a construção de uma postura ética pelos estudantes é um grande avanço. No entanto, faz-se necessário o investimento mais incisivo na formação de professores e na produção de materiais didáticos que explorem a questão conceitual, histórica e política das relações étnico-raciais para uma ampliação do debate sobre a história e cultura africana e afro-brasileira.

Assim, a pesquisa é importante por fazer um diagnóstico das ações já implantadas em nível nacional, buscando observar o desenvolvimento e os avanços alcançados, mas também por identificar os possíveis problemas que impedem que a Lei 10639/03 seja efetivamente concretizada, objetivando assim uma mudança de percurso para que a implementação da Lei supracitada ocorra de forma plena.

Trazendo para a nossa realidade, percebe-se a fundamental importância social do mestrado profissional em História da África, Diáspora e dos Povos Indígenas e do NEAB na formação continuada de professores e na produção e divulgação de materiais didáticos específicos sobre a temática. Uma parceria contínua com as escolas, visando a formação dos professores, a realização de projetos e o incentivo das discussões teóricas sobre temas relacionados à produção de materiais didáticos e paradidáticos de qualidade e de fácil acesso ao professor(a) e estudantes da educação básica são desafios que devem ser enfrentados e cada vez mais estimulados, considerada a crucial necessidade desses subsídios para a implementação das práticas pedagógicas adequadas à educação para as relações étnico-raciais. Pois, conforme Paulo Freire,

“É preciso que a educação esteja – em seu conteúdo, em seus programas e em seus métodos – adaptada ao fim que se persegue: permitir ao homem chegar a ser sujeito, construir-se como pessoa, transformar o mundo, estabelecer com os outros homens relações de reciprocidade, fazer a cultura e a história” (1996, p. 39).

Todas essas reflexões e conhecimentos aqui apresentados foram necessários e ajudaram a desenvolver a temática do material didático proposto. A análise dos conceitos, do histórico e da atuação do racismo, bem como do mito da democracia racial, ajudou a identificar e compreender melhor o racismo camuflado no dia a dia. O histórico das lutas antirracistas do Movimento Negro que focaram no viés educacional demonstrou o quanto a educação tem um potencial transformador da realidade e o quanto se batalhou para tornar legal a Educação voltada às relações étnico-raciais. A avaliação sobre a implementação da Lei nº 10.639/03 ajudou a entender as necessidades das escolas para a efetivação dessa Lei e reafirmou a minha ideia de trabalhar o material didático, haja vista a necessidade de materiais adequados para o público adolescente, os quais trabalhem a realidade com um olhar que considere a existência estrutural do racismo, que seja voltado para o protagonismo negro e que atenda a especificidades locais, possibilitando assim a perspectiva de uma leitura mais crítica da realidade por parte dos estudantes.

Por se localizar na porta de entrada do grande Sertão baiano e por ter suas raízes, sua memória histórica e identidade construídas nas tradições sertanejas, Feira de Santana foi denominada de "Princesa do Sertão" (em 1919), pelo escritor Ruy Barbosa, e de "Boca do Sertão" (em 1928), pelo jornalista Assis Chateaubriand.

Dados disponibilizados pela Secretaria de Planejamento do Estado da Bahia indicam que o município pertence ao território de identidade¹ Portal do Sertão, fortalecendo ainda mais a ligação da cidade com a região sertaneja.

As origens do povoamento da região de Feira de Santana remetem aos "Sertões dos Tocós" (FREIRE, 2007, p.29), localidade pertencente à sesmaria da família Guedes de Brito, que, junto com os Garcia D'Ávila, foi a responsável por boa parte da colonização do Sertão nordestino.

A pecuária já havia se instalado nessa região desde os primeiros anos do século XVII, quando, no contexto das expedições sertanistas, os portugueses expulsaram os habitantes originais dessas terras, os índios Tocós, Paiaíás, e começaram a construir currais de gado às margens dos rios Paraguaçu e Jacuípe.

João Peixoto Viegas, ao receber concessões de sesmarias dessas terras, começou a instalação de fazendas de gado, dando início à povoação de São José das Itapororocas. Registros históricos indicam que, desde 1693, o povoado já fazia parte da Comarca de Cachoeira, sendo elevada à categoria de Freguesia no ano de 1696.

Com a morte de Viegas, as terras da sesmaria começaram a ser fracionadas e vendidas, favorecendo o surgimento de outras fazendas; dentre elas, a Santana dos Olhos d'Água, de propriedade de Domingos Barbosa e Ana Brandão.

Segundo a historiografia "tradicional dominante"², versão mais propagada sobre a história do município, a origem de Feira de Santana tem relação direta com esse casal, identificado por

¹ A Secretaria de Planejamento do Estado da Bahia conceitua territórios de identidade como um espaço físico, geograficamente definido, geralmente contínuo, caracterizado por critérios multidimensionais, tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política, as instituições e uma população com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, nos quais se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade, coesão social, cultural e territorial. O Território de Identidade Portal do Sertão compreende 17 cidades: Água Fria, Amélia Rodrigues, Anguera, Antônio Cardoso, Conceição da Feira, Conceição do Jacuípe, Coração de Maria, Feira de Santana, Ipecaetá, Irará, Santa Bárbara, Santanópolis, Santo Estêvão, São Gonçalo dos Campos, Tanquinho, Teodoro Sampaio e Terra Nova.

²Celeste Pacheco, ao analisar a historiografia específica sobre as origens de Feira de Santana, divide as pesquisas em três tendências: a Tradicional Dominante – de autoria de Rollie Poppino e Guimarães Cova, enaltece a figura do casal Araújo/Brandão para explicar as origens do povoamento; a Intermediária – inclui autores como Pedro Tomás e Raimundo Pinto, que aceitam a ideia tradicional do povoamento, mas fazem referência a Peixoto Viegas, apesar de sem a devida problematização; e a Polêmica – que engloba autores como Godofredo Filho e Monsenhor Renato

alguns pesquisadores como um casal de portugueses, que, por serem católicos fervorosos e não terem filhos, doaram uma faixa de terra para erguer uma capela em homenagem a São Domingos e a Senhora Sant'Anna.

Essa localidade – por estar situada no caminho de uma das principais rotas que davam acesso a vários pontos dos Sertões mais distantes e por possuir nascentes, lagoas e rios – serviu como parada de descanso para tropeiros, vaqueiros e também para animais que vinham pelas estradas de boiadas em direção ao litoral. A localidade começou a atrair pessoas, formando um povoado em torno da capela e neste uma feira livre, onde se comercializava gado e uma variedade de outros produtos. A feira se expandiu, tornando-se, posteriormente, uma das mais importantes feiras livres do Nordeste.

Com o rápido crescimento econômico e comercial, o povoado foi desmembrado de Cachoeira, em 1833, e elevado, por decreto imperial, à categoria de Vila. Quarenta anos depois, em 1873, a Vila foi transformada em cidade, com o título de Cidade Comercial de Feira de Santana.

Assim, Feira de Santana, na condição de Princesa do Sertão, insere-se no recorte regional sertanejo, destacando-se das demais cidades do interior da Bahia por seu progresso, impulsionado inicialmente pela pecuária e pela feira livre, tendo hoje sua economia fortemente ligada ao comércio.

Resquícios da história da “Feira Sertaneja” ainda podem ser percebidos atualmente no aspecto visual da cidade. Um exemplo é o monumento situado em frente à Prefeitura Municipal, do artista plástico feirense Juraci Dórea, o qual faz alusão à outras famosas esculturas suas, feitas de couro e madeira, representando o cotidiano do homem nordestino sertanejo.

Galvão, que fazem uma revisão crítica, apontando a família Peixoto Viegas como principal responsável pelo povoamento.

Figura 2- Escultura instalada na Avenida Getúlio Vargas, próxima ao prédio da Prefeitura.



*Fonte: Site do Folha do Estado da Bahia. Disponível em:
<http://www.m.jornalfolhadoestado.com/noticias.php?id=28923>*

Figura 3- Esculturas feitas em couro e madeira



Fonte: TERCEIRA Escultura do Tanque Novo. In: ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileiras. São Paulo: Itaú Cultural, 2020. Disponível em: <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/obra21768/terceira-escultura-do-tanque-novo>

Outro exemplo é o Casarão Olhos d'Água, tombado pelo Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural (IPAC), tido pela história oficial como a primeira habitação erguida em Feira de Santana, pelos fundadores da cidade, o casal católico, português, Domingos Barbosa de Araújo e Ana Brandão. Segundo a Secretaria Municipal de Turismo(2016), existe o projeto de transformar o Casarão em um Museu do Vaqueiro.

Figura 4-Casarão Olhos d'Água



Fonte: Site Bahia na Política: Disponível em: <http://www.bahianapolitica.com.br/noticias/48285/casarao-olhos-dagua-vai-abrigar-o-museu-do-vaqueiro.html>

O Monumento ao Tropeiro, localizado na praça de mesmo nome, Praça do Tropeiro, remete à memória das longas viagens desses homens para comercializar seus produtos. O Monumento ao Vaqueiro, que, antes da depredação, estava localizado na Avenida Olímpio Vital (centro da cidade), trazia a figura do vaqueiro e toda a sua indumentária tradicional (a roupa de couro, o facão e o laço) como um símbolo antropológico da identidade cultural da cidade.

Figura 5- Monumento ao Tropeiro



Fonte: <https://olhandodajaneladotrem.blogspot.com/2016/12/feira-de-santana-bahia-as-obras-que.html>

Figura 6- Monumento ao Vaqueiro



*Fonte: site do Folha do Estado da Bahia. Disponível em:
<http://www.m.jornalfolhadoestado.com/noticias.php?id=28923>.*

O painel de Lênio Braga (1967), localizado na Estação Rodoviária da cidade, também obra tombada pelo IPAC, da mesma forma exalta a cultura nordestina, com a famosa feira livre e a emblemática figura do vaqueiro, que aparece envolta na civilização do couro, representada em seus equipamentos e vestuário.

Figura 7-Imagem do vaqueiro do painel Lênio Braga (Rodoviária de Feira de Santana)



Fonte: Disponível em: <<http://www.leniobraga.com.br/paineis/painel-da-rodoviaria-de-feira-de-santana-ba/>>

Na literatura, alguns intelectuais – como Godofredo Filho (1904-1992), no “Poema da Feira de Sant’Ana” (1926), e o memorialista Eurico Alves Boaventura (1909-1974), em seu livro “Fidalgos e Vaqueiros” (1989) – também evocam fortemente a memória e identidade sertaneja da cidade, reivindicando a importância histórica da aristocracia rural, da “civilização do pastoreio”, da casa da fazenda, da tradição e dos costumes sertanejos da cidade.

Além disso, a cidade ainda conta com o Museu Casa do Sertão inaugurado em 1978, situado na UEFS, instituição que se tornou referência na preservação e divulgação da cultura sertaneja de Feira e região.

Figura 8-Museu Casa do Sertão



Fonte: <https://bomdiafeira.com.br/noticias/35807/museu-casa-do-sertao-realiza-4-edicao-do-projeto-sabado-divertido/>

Percebe-se que existe um esforço de preservação da memória sertaneja na cidade, onde se afirma uma história marcada pelos caminhos das boiadas, pela figura do vaqueiro e do tropeiro.

O autor Jackson Caldas, ao analisar a idealização do Museu Casa do Sertão, convida-nos a perceber como a narrativa sobre a cultura popular e sertaneja foi sendo reconstruída na cidade. Segundo o autor, entre os anos de 1960 e 1970, havia um contexto de disputa intelectual sobre a memória coletiva da cidade, em que um grupo de letrados e descendentes de famílias da aristocracia rural da cidade (entre eles, Eurico Alves Boaventura³), intelectuais da Fundação Universidade de Feira de Santana e membros da associação Lions Clube propuseram a construção de um espaço para salvaguardar as memórias de um passado feirense imbuído da cultura sertaneja. Essa proposta

³Eurico Alves nasceu em Feira de Santana em 1909 e com 14 anos foi para Salvador, onde cursou ginasial e formou-se em Direito. Nesse período, estava em voga entre a “intelectualidade” estudos sobre o Darwinismo Social. Segundo Sento Sé, o autor do livro “Fidalgos e Vaqueiros” (1989) é o grande porta-voz de uma suposta aristocracia rural, decadente, que perde seu poder na ascensão do comércio e desenvolvimento urbano da cidade.

seria uma reação ao apagamento e ao desmonte simbólico da Feira Sertaneja, engendrados pelas transformações urbanizadoras e progressistas que a cidade experimentava desde os primeiros anos da República⁴.

Tomando como base o pensamento de Durval Albuquerque (2009), nota-se nesse momento uma construção imagético-discursiva da memória da cidade, em que foram selecionadas certas imagens, conceitos, enunciados e expressões, de acordo com as intencionalidades e interesses de grupos ou indivíduos que disputaram e construíram essa memória, traçando um perfil social, sedimentando maneiras de agir e pensar sobre o espaço.

Assim, a partir da construção dessas narrativas, houve um reestabelecimento das memórias da Feira Sertaneja, mas também uma dissociação do sertanejo enquanto negro, favorecendo a continuidade do silenciamento em relação às experiências de trabalho, cultura e formas de vida desse segmento étnico-racial, que teve uma grande participação no crescimento e na formação da identidade da cidade.

Segundo Le Goff (1996, p.117):

A memória coletiva foi posta em jogo de forma importante na luta das forças sociais pelo poder. Tornarem-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva.

Os esquecimentos e silêncios sobre as experiências da população negra na cidade podem ser constatados em diversas situações, seja na história oficial do município – ao considerar exclusivamente o elemento branco, “lusitano” e cristão como figura representante da civilização e principal responsável pela fundação da cidade, difundindo e cristalizando uma história com perspectiva eurocêntrica; seja na escrita espacial da cidade – na qual raramente se percebem referências nítidas relacionadas ao povo negro: em nomes de ruas, bairros, monumentos ou locais de preservação de memória negra. E inclusive no próprio ambiente escolar, em que também se propaga um grande silêncio acerca das influências históricas, reminiscências, experiências, resistências e trajetórias da população negra na cidade.

⁴Autores como Clovis Ramaiana (2011), Mayara Pláscido (2012) e Ana Maria Oliveira (2008) analisam as ações dos agentes públicos e os discursos construídos na imprensa no período de 1890 a 1960 que visavam estabelecer um novo modo de viver urbano em contraposição ao passado da cidade arraigado na cultura rural, sertaneja.

Segundo Stuart Hall, em seu livro “Identidade cultural na pós-modernidade” (1999, p. 13), a identidade é “formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam”. Uma vez que a identidade é construída de acordo com a forma como o sujeito é interpelado, a identificação não é automática, está ligada a todo um sistema de referências do meio. Então, se o negro é representado de forma negativa na história da cidade, silenciado ou mesmo negado, se a escola está inserida num sistema que trata a temática de forma indiferente, não valoriza essa ancestralidade, tudo isso certamente interfere na formação da identidade negra dos jovens.

Nesse sentido, Santomé (1995, p. 161) afirma:

“(…) as culturas ou vozes dos grupos sociais minoritários/marginalizados que não dispõem de estruturas importantes de poder costumam ser silenciadas, quando não estereotipadas e deformadas, para anular suas possibilidades de reação”.

Vários autores da historiografia feirense já denunciaram, em diversos momentos, as estratégias de construção desse silenciamento ou até mesmo a negação das experiências da população negra na cidade.

A pesquisadora Karine Damasceno problematizou o silêncio produzido sobre a cor na documentação judicial entre os anos de 1896 e 1920, revelando ser um indicativo da influência dos debates sobre a questão da raça que se expandiram pelo Brasil a partir da segunda metade do século XIX. Segundo a autora, “no contexto das primeiras décadas da República, omitir a cor nos processos constituía uma estratégia para invisibilizar a população negra” (2011, p.80).

Clóvis Ramaiana, analisando os processos de urbanização ocorridos nos anos de 1920 a 1960 em Feira de Santana, revela que os ideais de civilidade, para além das modificações operadas na paisagem da cidade, contribuíram para “interditar operações de discurso, silenciando agentes, impedindo-os do acesso à possibilidade de expressar suas culturas e memórias” (2011, p.124).

Ao destacar o combate das autoridades e da elite da cidade contra as heranças da cultura negra, o autor demonstra como os novos padrões civilizatórios trazem como marca a busca de apagamento dessa memória:

Para começo de caminhada interditou às camadas suburbanas, ou, pelo menos, tentou fazê-lo, o acesso aos instrumentos memorizadores das festas e religiosidades carimbando, nessas práticas populares, os duros estigmas de barbarismo, selvageria e sujeira. Censurados e estigmatizados, os encontros de fé e folguedo foram remetidos ao obscuro universo da marginalidade, do perigoso, irracional e, portanto, desqualificado enquanto ponto de sociabilidades ou instrumento de formação de memórias. Ao mesmo tempo, pela dura crítica conduzida em órgãos de imprensa e pelas ações policiadoras, socializava-se uma noção de ordem cartografizada que produziria, por sua vez, uma memória urbanizada,

ou seja, uma urbe sem marcas que pudessem lembrar o passado negro ou indígena. (2011, p. 60)

Igor Santos(2017, p. 250-251), por sua vez, comenta que figuras como Lucas da Feira, que marcaram a memória coletiva, foram constantemente depreciadas na história da cidade, a qual cita como exemplo os “doutores” Virgílio Cesar Martins Reys e Arthur Cerqueira da Rocha Lima, que, em 1896, escreviam o livro “Lucas da Feira o Salteador”, narrativa que tentava acabar com o mito heroico que persistia sobre tal homem, mesmo 47 anos depois da sua morte.

Além disso, Santos (2010), ao analisar a obra “Fidalgos e Vaqueiros”, de Eurico Alves Boaventura, e suas representações sobre o povo sertanejo, revela uma hipervalorização da mestiçagem produzida pelo português e o indígena, a qual resultaria em um miscigenado não negro. Santos declara que, dentro das ideias de civilização de Eurico Alves, havia como um dos fundamentos principais a desafricanização dos sertões⁵, ao defender a anulação da contribuição negra na formação do sertão, bem como na de Feira de Santana.

A negação da influência da população negra em Feira de Santana na obra “Fidalgos e Vaqueiros” também foi objeto de estudo de Frederico Sento Sé. O autor revela o posicionamento de Boaventura em construir uma memória com o intuito de negar a influência do sujeito negro tanto na miscigenação sertaneja, quanto nos valores culturais e de identidade dessa região. Segundo Sento Sé (2010), a negação do povo negro na obra de Eurico Alves se deu pela possibilidade da construção de uma ‘verdade histórica’, ao evidenciar uma permanente tentativa de apagar a contribuição do negro na sociedade sertaneja. Leituras como essas cristalizam memórias e excluem o papel das populações negras na construção da história da cidade.

Mas, apesar dessas inúmeras tentativas de silenciamento, os dados estatísticos confirmam a herança afrodescendente estampada na cor da pele da população feirense. E os novos rumos das pesquisas historiográficas revelam que Feira de Santana, além de ser uma cidade de raízes sertanejas, é ao mesmo tempo uma cidade com raízes negras.

Os dados referentes à composição racial do censo demográfico do IBGE 2010 revelam que Feira de Santana é uma cidade predominantemente negra.

⁵A idealização do Sertão sem negros foi construída desde o início do século XX através de autores como Euclides da Cunha(1902), Luiz Viana Filho (1946), Caio Prado Junior(1999) e Werneck Sodré(1962). Eles afirmam a insignificância numérica do contingente populacional negro e a pouca influência dessa população, seja na formação da composição étnica sertaneja, seja na participação histórica ou na formação cultural do sertão.

Tabela 1- Composição racial de Feira de Santana –2010

Cor/raça	Quantidade numérica	Porcentagem
Parda	310851	55,84%
Preta	128440	23,07%
Branco	110870	19,92%
Amarela	5358	0,96%
Indígena	1118	0,2%
Sem declaração	5	0%
Total	556642	100%

Fonte- IBGE 2010

Ao analisar os dados, é interessante perceber que a cada 5 pessoas moradoras da cidade, pelo menos 1 se declara preta, e que o número de pessoas autodeclaradas pretas (23,07%) supera o de pessoas autodeclaradas brancas (19,2%).

Dados do IBGE apontam ainda que todos os 44 bairros oficializados na pesquisa em 2010 apresentaram mais de 55% da população formada por negros e negras, sendo que alguns bairros, como Campo do Gado Novo e Aeroporto, apresentaram mais de 90% da população autodeclarada negra.⁶

Além disso, Flávio Gomes (2015), ao catalogar as comunidades quilombolas do Brasil, revela que, em Feira de Santana, existem seis comunidades quilombolas: Lagoa da Negra, Lagoa Salgada, Roçado, Lagoa Grande, Matinha dos Pretos e Candéal, sendo as três últimas certificadas pela Fundação Cultural Palmares, vinculada hoje ao Ministério da Cidadania.

Culturalmente, Feira de Santana também tem muitas influências negras. Somente no bairro Rua Nova, considerado um quilombo urbano pela pesquisadora Flavia Santana⁷, existem pelo

⁶ Ver Anexo - Tabela 4- Porcentagem da população residente/ bairro, por cor. p 96.

⁷ Em 2016, a pesquisadora Flávia Santana Santos produziu um material didático intitulado “Um quilombo chamado Rua Nova” como produto final do Mestrado História da África Diáspora e dos Povos Indígenas, que conta a história da formação do bairro de Rua Nova, evidenciando as experiências dos povos negros formadores do bairro, bem como a riqueza cultural negra encontrada na localidade.

menos treze entidades que desenvolvem atividades culturais baseadas em tradições de matrizes africanas e que – segundo a Associação das Entidades Culturais, Ritmos Afros e Escolas de Samba de Feira de Santana (A.E.C.R.A.F.S) – teriam suas origens associadas a terreiros de candomblé, a exemplo dos Afoxés Filhos de Ogun, Movimento Cultural O’Guian, Pomba de Malê, Blocos Afro Sorriso Negro, Filhos de Malê, Bloco Afro Cultural Zenza, Bloco Cultura Afro, Nelson Mandela, Império Africano, Congo, Muzembela, Escola de Samba Grêmio Recreativo Escravos do Oriente e Grêmio Recreativo Nativo de Santana.

Além da evidente relevância da população negra na cidade, várias pesquisas historiográficas vêm comprovando a importância histórica dessa população no município. Essas pesquisas têm o papel fundamental de desconstruir a invisibilidade produzida e trazer à tona os sujeitos históricos ausentes nas discussões sobre a história de Feira de Santana.

O brasilianista Rollie E. Poppino, autor do livro “Feira de Santana” (1968), foi um dos precursores na construção de um panorama da conjuntura econômica, social, política e étnica de Feira de Santana e suas freguesias e serviu de fonte para inúmeros trabalhos sobre o município.

Em seus estudos, Poppino apresenta dados que revelam a significativa presença negra na região desde a formação da cidade.

Na capela, ou distrito de Santana da Feira só um quarto dos residentes eram de descendência europeia. 25% dos habitantes se compunham de negros, enquanto metade da população da capela se constituía de mulatos ou mamelucos (...). Pode-se afirmar que, na paróquia como um todo, em 1835, os negros e mulatos predominavam. (1968, p. 93)

No capítulo intitulado “Tendências da população em Feira de Santana, de 1860 a 1950”, o autor deixa explícita a relevância numérica da população negra na cidade ao demonstrar a distribuição dos vários elementos raciais de acordo com os censos dos anos 1872 e 1940.

Tabela 2- Grupos Raciais em Feira de Santana – anos de 1872 e 1940

	1872		1940	
	Caboclos	5%	2.327	-
Branços	28%	14.653	12%	10.122
Negros	25%	12.761	28%	23.553

Mulatos	42%	21.718	60%	49.593
Total	100%	51.459	100%	83.268

Fonte- Poppino, Rollie E. "Feira de Santana" (1968) (1968, p. 248)

Também é interessante notar a descrição da especificidade dos vaqueiros locais em 1950, vistos como diferentes dos vaqueiros de outras regiões, por serem predominantemente negros, evidenciando a importância dos mesmos na sociedade do município.

Em todo o resto do sertão, os vaqueiros ainda eram predominantemente caboclos. Conquanto os mulatos se tornassem cada vez mais comuns entre eles, o certo é que vaqueiros negros eram quase desconhecidos. Até o observador ocasional poderia distinguir, prontamente, em Feira de Santana, os vaqueiros locais dos que traziam rebanhos do sertão para a feira do gado. (p. 254)

Assim, para Poppino, a população negra esteve muito presente na história da cidade; no entanto, afirma o autor, a escravatura nunca tivera um papel importante na economia do município.

Depois do trabalho de Poppino, lançado em 1968, somente em 1990 é desenvolvida uma discussão sobre a temática negra da cidade, pela pesquisadora Zélia Jesus de Lima, que traz um estudo sobre o contexto da escravidão e rebeldia escrava em Feira de Santana no período entre 1807 e 1849, focando especificamente na trajetória do negro escravizado Lucas da Feira e nos fatores que contribuíram para o surgimento do bando que ele liderou, bem como nas relações que o bando estabelecia com os diversos grupos sociais da cidade.

Outro trabalho inovador sobre o tema, realizado 17 anos após o de Lima, é a dissertação de Luiz Cleber Moraes Freire, cujo título é "Nem tanto ao mar, nem tanto à terra: agropecuária, escravidão e riqueza em Feira de Santana, 1850-1888" (2007). Contrariando a tese de Poppino, de que a mão de obra escravizada teve um papel pouco importante na economia do município, o autor trouxe um novo olhar sobre a escravidão em Feira de Santana ao defender que as fazendas de gado e a agricultura do município eram atividades amparadas principalmente no trabalho escravo.

A escravidão em Feira de Santana já estava marcada desde o século XVII, quando João Peixoto Viegas povoou a região com gados e escravos. Tempos se passaram, o número de habitantes e de escravos cresceu e se diversificou. A força de trabalho escrava era responsável por quase todos os serviços realizados, fossem eles no campo ou na vila. (2007, p.89)

A partir de inventários de terras, o autor analisou a geração de riqueza, a formação de fortunas e o prestígio dos senhores de escravos, apresentando importantes dados acerca do

cotidiano, procedência e diversificação do trabalho escravo nas fazendas de gado, nas culturas agrícolas e na zona urbana.

A partir daí vários autores e autoras desenvolveram suas pesquisas tendo como o foco a população negra feirense. Flaviane Ribeiro Nascimento, em seu trabalho monográfico “As experiências vivenciadas pelas mulheres negras escravizadas na região de Feira de Santana, na segunda metade do séc. XIX” (2009), avaliou como essas mulheres construíram cotidianamente espaços de autonomia e estratégias de sobrevivência no sistema escravista.

Em estudo posterior (2012), a autora fornece grandes contribuições acerca da dinâmica da escravidão em Feira de Santana ao analisar os significados da libertação inscrita em cartas de alforria do período entre 1850 e 1888. Nessa dissertação, demonstraram-se as expectativas e experiências de liberdade possíveis à população escrava na região, buscando discutir os significados, estratégias e especificidades que permearam a prática de alforriar. Além disso, a autora buscou os significados de “viver por si” e as experiências de algumas demandas de libertandos diante da Justiça.

Em 2014, Ana Paula Cruz Carvalho da Hora, em sua dissertação “Negócio entre senhores: O comércio de escravos em Feira de Sant’Anna (1850-1888)”, investigou o dinâmico comércio de escravos que se estabeleceu em meados do século XIX entre a cidade de Feira de Santana e regiões circunvizinhas como Cachoeira, Santo Amaro, Salvador e até mesmo com outras províncias, como Rio de Janeiro. A autora revela a participação de grandes e pequenos agropecuaristas e comerciantes da cidade no comércio de escravos e as formas que encontraram para obter lucros, demonstrando que Feira de Santana teve uma acentuada participação na transferência do trabalhador escravo para outras províncias e que também era catalisadora de grande número de cativos, o que transformava a cidade em um polo de movimentação do comércio de escravos.

Ainda na perspectiva dos estudos sobre a escravidão feirense, em 2015, Yves Samara Santana de Jesus desenvolve a temática sobre a família escravizada na freguesia de São José das Itaporocas no período de 1785 a 1826, enfatizando a importância dos laços familiares como meio de resistência ao contexto escravista. Além disso, a autora analisa o casamento e o compadrio como instrumentos de formação dessa família, demonstrando que esses vínculos também funcionavam como meios para se alcançar a liberdade. Ao explorar o universo de escolhas afetivas dos cativos, a autora também revela a presença de escravos africanos de diversas etnias em Feira de Santana, destacando os angolas, nagôs, jejes e mina.

Em 2017, Igor Santos, em sua tese “A Horda Heterogênea: crime e criminalização de ‘comunidades volantes’ na formação da nação, Bahia (1822-1853)”, analisa, entre os diversos grupos, o bando de Lucas da Feira e retoma as discussões iniciadas por Lima (1990), trazendo novas fontes e problematizações referentes à dinâmica do bando e à possibilidade da colaboração de Lucas e seu grupo com grandes comerciantes, políticos ou oficiais da região, bem como à relação de Lucas com os grupos sociais subalternos da localidade.

Direcionando o debate historiográfico para as experiências negras nos primeiros anos da República em Feira de Santana, temos três autoras que focalizam seus estudos na relação de gênero, raça e classe. A pesquisadora Reginildes Santa Bárbara (2007) procurou desvendar o cotidiano das lavadeiras dos bairros Tanque da Nação e Calumbi no período entre 1929 e 1964. Ela explora as memórias, experiências de vida e de trabalho dessas mulheres, demonstrando a construção de uma rede de solidariedade estabelecida nas relações de vizinhança e parentesco, bem como suas táticas de sobrevivência.

Karine Damasceno, em sua dissertação “Mal ou bem procedidas: cotidiano e transgressão das regras sociais e jurídicas em Feira de Santana, 1890-1920” (2011), direciona seu estudo para as experiências das mulheres “pobres” e negras em Feira de Santana na transição do século XIX para o século XX, destacando o cotidiano de exclusão, as transgressões do padrão de feminilidade que a elite da época considerava adequado, a invisibilidade por que passavam essas mulheres, seus arranjos de sobrevivência, sociabilidades e conflitos com outros grupos da cidade.

Já Keilane Souza de Santana (2017) traz para o espaço de debate a trajetória de empregadas domésticas durante o período de implantação do projeto de civilidade em Feira de Santana, analisando as estratégias de resistências contra a opressão dos patrões, bem como as relações de compadrio enquanto táticas de sobrevivência.

A experiência de trabalhadores pobres nos anos seguintes ao fim da escravidão (período de 1890 a 1930), em um cenário de transformações civilizadoras na cidade foi objeto de reflexão da pesquisadora Mayara Plácido Silva. A autora analisou as experiências dessas pessoas (carroceiros, padeiros, lavradores, lavradoras, sapateiros, carregadoras, magarefes, ganhadeiras), marcadamente negras, moradoras da área urbana (becos, travessas e subúrbios) e rural do município, ressaltando a repressão e marginalização de seus costumes e hábitos, bem como a atuação desses sujeitos em negociar maneiras de subsistir frente ao processo de construção de uma “civilidade” feirense. Já em sua tese, “‘Revolução sem sangue’ na ‘decantada pátria de Lucas’” – Experiências de

trabalhadores/as negros/as e migrantes no Pós-abolição”. Feira de Santana (1890-1930)”, de 2017, a autora investiga as disputas por autonomia, os conflitos e as estratégias de sobrevivência de “lavradores pobres” negros, ex-escravos e migrantes egressos do cativeiro, tendo como base de análise a pequena lavoura e a criação de animais.

A presença das religiões de matriz africana e a repressão policial foi o foco investigado por Josivaldo Pires de Oliveira. Com o recorte entre os anos de 1938 e 1970, o autor evidencia que o poder público, amparado na legislação penal de 1890, fazia uma “criminalização silenciosa” do Candomblé, associando-o à feitiçaria e ao curandeirismo, justificando a repressão a essa religião. Ao mapear a presença dos candomblés na vida espiritual da sociedade feirense, o autor revela que pessoas de diferentes classes sociais da cidade participavam dos cultos nos terreiros de Candomblé.

Em linha semelhante, Gabriela do Nascimento Silva (2016) trabalha a perseguição policial e jurídica ao Candomblé e às práticas mágico-curativas na cidade de Feira de Santana durante os anos de 1890 a 1940. A autora analisa a criação de uma imagem pejorativa do negro através da produção de discursos médicos e jurídicos e da imprensa local da época. Demonstra as formas de repressão policial e jurídicas sofridas pelo Candomblé, inferindo que os terreiros podem ter se afastado dos centros da cidade para fugir da repressão e para continuar perto de seus membros, que, no processo de reestruturação do centro da cidade, estavam migrando para as periferias.

Nessas pesquisas, algumas personalidades negras também foram trazidas para o espaço de debate, a exemplo de Aloísio Resende, estudado por Alexandra Pereira (2009). Num contexto de 1900 a 1941, em que as manifestações religiosas e culturais de origens africanas eram constantemente recriminadas pelo poder instituído da época, a autora pesquisa a atuação do jornalista e poeta Aloísio Resende, que publicava crônicas e poesias enfatizando o cotidiano das pessoas negras, descrevendo os costumes das religiões afro-brasileiras e dos terreiros da cidade. Já Daiane Silva Oliveira, em sua dissertação “Instrução de pobres e negros em Feira de Santana: as escolas do professor primário Geminiano Alves da Costa (1890 a 1920)”, trabalhou o processo de escolarização feirense no início do período republicano, trazendo como protagonista o professor negro Geminiano Costa e as experiências das aulas que ministrava nas “Escolas para pobres”, criadas e mantidas por associações filantrópicas feirenses.

As comunidades rurais negras de Feira de Santana foram foco de pesquisa de Elane Bastos de Souza (2010) e de Railma dos Santos Souza (2016). Ambas trazem discussões que abordam tanto a perspectiva histórica quanto a contemporânea dos quilombos da Matinha dos Pretos e

Candeal, comunidades certificadas como remanescentes de quilombos, pela Fundação Cultura Palmares. Elane Souza, a partir do tripé terra-território-quilombo, analisa o processo de formação do povoado de Matinha dos Pretos, e Railma Souza aborda lutas que envolvem a criação do distrito de Matinha, a aquisição das terras e o acesso a estas, bem como o processo de implementação da modalidade de Educação Escolar Quilombola nas escolas das comunidades.

Na perspectiva das manifestações culturais negras em Feira de Santana, temos trabalhos de Fabrício Mota (2008), que analisa identidades negras na música *Reggae* da Bahia nos anos 80 e 90, trazendo a perspectiva de a cidade ser um dos nascedouros do estilo musical na Bahia. Renata Carvalho (2015) reflete acerca das produções artísticas e performances dos grupos de *rap* e grafite em Feira de Santana. Eduardo Miranda (2014) analisa os elementos gráfico-visuais traçados pelos corpos-territórios do Afoxé Pomba de Malê, com ênfase nos desfiles durante as Micaretas de Feira.

Os estudos realizados por esses pesquisadores sobre a população negra em Feira de Santana, apesar de serem muito recentes, estão em constante crescimento e evidenciam o quanto essa população foi protagonista na história da cidade.

Interessante notar que a maior parte das pesquisas surgiram a partir da última década. Certamente, esse aumento no volume de estudos relacionados ao negro em Feira relaciona-se à implantação das políticas de ações afirmativas para o acesso ao ensino superior, que permitiu a entrada de mais estudantes negros(as) nas universidades, possibilitando a construção de novas narrativas históricas a partir de grupos antes silenciados.

Na UEFS, por exemplo, no final dos anos 90 e nos primeiros anos do século XXI, em consonância com a movimentação internacional e nacional contra a discriminação e a favor do combate a todas as formas de intolerância, o Núcleo de Estudantes Negros e Negras da UEFS (NENNUEFS), em parceria com lideranças e entidades representativas do Movimento Negro de Feira de Santana – por exemplo: a Frente Negra Feirense, a Associação de Escolas de Samba, Ritmos Afros e Afoxés de Feira de Santana, a Liga de Cultura Negra de Feira de Santana, o Grupo de Capoeira Angoleiros do Sertão, dentre outros – construíram uma mobilização em prol da adoção das políticas de ações afirmativas na Universidade, reivindicaram a adoção do sistema de reserva de vagas para negros, sendo o mesmo implementado no processo de seleção para o vestibular 2007.1. Essas políticas, além de contribuírem para a diversidade e pluralidade de saberes nas instituições universitárias, também estimularam o debate sobre a questão racial na cidade.

Segundo Nilma Lino Gomes,

Quanto mais se amplia o direito à educação, quanto mais se universaliza a educação básica e se democratiza o acesso ao ensino superior, mais entram para o espaço escolar sujeitos antes invisibilizados ou desconsiderados como sujeitos do conhecimento. Eles chegam com seus conhecimentos, demandas políticas, valores, corporeidade, condições de vida, sofrimentos e vitórias. Questionam nossos currículos colonizados e colonizadores e exigem propostas emancipatórias (2012, p 99).

A realização desses novos estudos tem permitido a retomada da memória e da escrita desta Feira negra, considerando como formas de resistência os lugares de moradia a exemplo das vielas e becos do centro, os bairros suburbanos da antiga cidade e os quilombos rurais, assim como as experiências de trabalho nas feiras livres, os laços de solidariedades e as manifestações religiosas e culturais, afirmando, dessa forma, o protagonismo da população negra na história de Feira de Santana.

É de fundamental importância que esses estudos cheguem às escolas e às salas de aula, para que os estudantes, a partir de suas realidades, problematizem os silenciamentos sobre a população negra e a entenda enquanto formadora da história da cidade, assim é possível a criação de referenciais positivos que auxiliarão no processo de construção da identidade negra por parte desses estudantes.

2.2- LEI Nº 10.639/03 EM FEIRA DE SANTANA

A Lei nº 10.639/03, ao estabelecer a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Africana e Afro-brasileira nas escolas públicas e privadas do Brasil, representou um passo importante para a educação das relações étnico-raciais.

Em Feira de Santana, a redação do Plano Municipal de Educação vigente entre os anos de 2016 e 2026, deixa evidente a necessidade da implementação da Lei nº 10.639/03 ao reconhecer que

(...) Feira de Santana também traduz, explicitamente para o cotidiano, as ações desencadeadoras de desigualdades sociais e o exercício do preconceito, discriminação e racismo observado em outras regiões do Brasil. Comprova-se tal fato ao olhar a geografia das periferias urbana e rural demarcadas pelos índices alarmantes de homicídios de adolescentes e jovens; ou ao verificar quem é a população carcerária, quem encabeça os índices de mortalidade infantil, evasão e repetência escolar; e quem são os subempregados, desempregados, vítimas da violência sexual. Nesse referencial sobre a realidade, devemos levar em consideração o fator cor/raça como demarcador para a elevação dessas desigualdades (p.111).

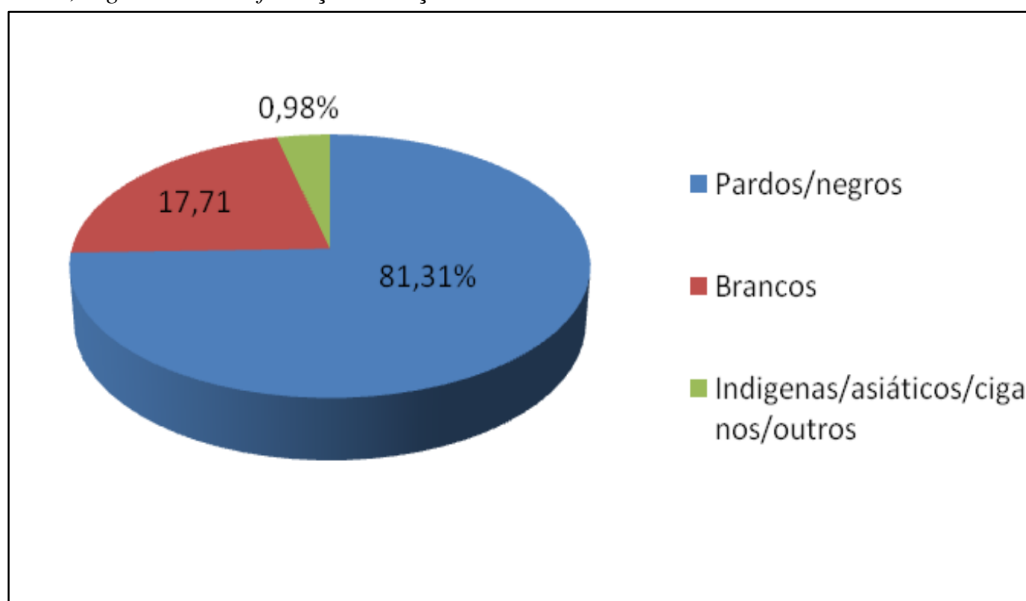
A materialização de uma Política de Educação para as Relações Étnico-Raciais torna-se mais urgente, visto que os estudantes de Feira de Santana, das redes pública e particular, dos ensinos infantil, fundamental e médio são majoritariamente negros. De acordo com o gráfico referente ao quantitativo dos estudantes por raça e cor, do ano de 2012, observando-se somente o recorte do ensino fundamental, percebe-se que cerca de 81,31% dos estudantes do município eram afrodescendentes.

Tabela 3- Número de estudantes matriculados no Ensino Fundamental, na faixa etária 6 a 14 anos de idade, segundo a autoafirmação de raça

Total de estudantes matriculados em 2012 – 69.692

Raça	%	Nº
Pardos /Negros	81,31	56.668
Branco	17,71	12.345
Indígenas/Asiáticos/outros	0,98	679

Figura 9- Gráfico de Número de estudantes matriculados no Ensino Fundamental, na faixa etária 6 a 14 anos de idade, segundo a autoafirmação de raça



Fonte: Plano Municipal de Educação vigente entre os anos de 2016 e 2026

Observando-se os dados referentes a cor/raça dos estudantes feirenses e a percepção dos diversos conflitos que envolvem a temática étnico-racial vivenciados diariamente na sociedade, fica evidente que a escola tem grande contribuição a dar na formação das crianças e jovens para a superação das práticas de discriminação e preconceito raciais.

Dessa forma, ao elaborar o Plano Municipal de Ensino para os anos de 2016 a 2026, foi construído um conjunto de objetivos e estratégias a serem cumpridos nesse período; dentre os quais, elencaram-se 30 metas referentes à Educação para as Relações Étnico-Raciais, sendo a primeira “Garantir, através de ato legal, a implementação das Leis Federais 10.639/2003 e 11.645/2008 na Educação Básica e Ensino Superior, no Município de Feira de Santana a partir da vigência do plano” (p. 181). Nas metas posteriores, percebe-se que há: priorização de pontos referentes à garantia dos princípios da Lei nº 10.639/03 na elaboração dos currículos escolares; fomento de políticas para a promoção da igualdade étnico-racial; e especial atenção à formação continuada de docentes, coordenadores, diretores e funcionários na área, bem como à criação de espaços de discussão como fóruns e congressos. O incentivo às escolas para a produção/distribuição de material didático referente à temática estão presentes nos pontos que seguem:

21.16 Garantir até 2017 a seleção/produção e distribuição de livros e materiais didáticos voltados para o conhecimento e valorização da história e cultura africana, afro-brasileira, indígena, quilombola e cigana, considerando os aspectos locais;

21.17 Assegurar que os materiais didáticos e livros que forem selecionados pelos professores nas unidades escolares contemplem as questões étnico-raciais, assim como incentivar a produção de material didático, pelos professores da rede de ensino, considerando aspectos locais, a partir da aprovação desse plano;(p.183)

Buscando um panorama sobre o andamento da efetivação da educação para as relações étnico-raciais em Feira de Santana e da utilização da história local como instrumento de implementação da legislação, foram pesquisados alguns trabalhos que analisam a temática em escolas municipais e estaduais no município. As pesquisas, em sua maioria, são produzidas por professoras e registram resultados de experiências de educação, bem como avaliações, reflexões e sugestões no que diz respeito à educação étnico-racial.

Foram analisados 6 trabalhos, concluídos entre os anos de 2005 e 2019, que tiveram como objeto de estudo 5 escolas estaduais, 5 escolas municipais e 1 projeto comunitário de Educação de Jovens e Adultos. Quais são: Instituto de Educação Gastão Guimarães (Centro da cidade), Colégio Estadual Governador Luiz Viana Filho (Bairro Cidade Nova), Colégio Estadual Uyara Portugal

(Conjunto Sérgio Carneiro), Colégio Estadual Ernestina Carneiro e Projeto Atiba (Bairro Rua Nova), Escola Municipal Joaquim Pereira Santos, Escola Municipal Rosa Maria Esperidião Leite, Escola Núcleo Municipal Crispiniano Ferreira da Silva (as três situadas no Distrito Matinha dos Pretos), duas escolas municipais, identificadas como escola A e escola B (Bairros Rua Nova e Santa Mônica).

Por trabalharem perfis diversificados de colégios do ensino básico, situados em diferentes localidades da cidade (centro, periferia e distrito), tanto da rede municipal como da estadual, acredito que a análise dessas pesquisas proporcionará uma boa perspectiva sobre a implementação da Lei nº 10639/03 nas escolas da cidade.

Assim, seguindo uma ordem cronológica, em 2005, apenas dois anos após a promulgação da Lei nº 10639/03, Rosângela Souza da Silva, em sua dissertação intitulada “Racismo e discriminação racial no cotidiano escolar: Dizeres e fazeres de uma escola pública de nível médio em Feira de Santana - Bahia”, analisou como os(as) professores(as) do Instituto de Educação Gastão Guimarães estavam enfrentando, através de seus discursos e práticas educativas, as questões que envolvem o racismo e a discriminação racial na sala de aula.

Segundo Silva, o colégio era formado por estudantes e professores majoritariamente negros. No entanto, foi constatada a ausência da problematização das questões étnico-raciais no fazer da sala de aula, na elaboração dos currículos e nos projetos político-pedagógicos. Os docentes das diversas áreas de conhecimento (Letras e Artes, Ciências Humanas, Ciências Exatas e Ciências Naturais) demonstraram dificuldades e inseguranças ao lidar com as questões de racismo e discriminação racial em sala de aula, reproduzindo, muitas vezes, discursos que levavam à minimização e/ou naturalização dos conflitos raciais ali vividos, revelando uma falta de compreensão do impacto do racismo na sociedade e na vida dos estudantes negros.

A pesquisadora indicou também como as lacunas pertinentes à formação do professor têm um papel preponderante no despreparo dos docentes, que apresentaram conhecimentos superficiais sobre a história do negro, suas lutas, e suas contribuições no Brasil e no continente africano.

Sobre os materiais utilizados em sala de aula, os professores revelaram que os livros da época camuflavam a informação de como se deve enfrentar a situação da discriminação no país.

Apesar desse contexto, observaram-se algumas iniciativas de professores(as) que revelaram “avanços” do ponto de vista didático-pedagógico no enfrentamento do racismo, a exemplo de professores que, de forma autodidata, buscavam aportes na História para análises de questões

estruturais e conjunturais, como alternativas para enfrentar esses conflitos. Não é mencionada a utilização da história local como instrumento pedagógico.

A autora aponta ainda algumas ações necessárias para a implantação e implementação da Lei nº 10639/03 na cidade, como a ampliação de cursos para a formação de professores (as), nos quais predominem a perspectiva pluricultural e antidiscriminatória; o aumento na produção e circulação de livros didáticos e materiais paradidáticos que tragam referenciais positivos dos afro-brasileiros e demais grupos discriminados historicamente; implementação de ações mais efetivas nas áreas ligadas às políticas educacionais brasileiras que ainda minimizam o peso das questões étnico-raciais.

Passada uma década da promulgação da Lei nº 10639/03, foram realizadas duas pesquisas que investigaram a correlação da educação para as relações étnico-raciais com a cultura negra local em dois importantes territórios negros de Feira de Santana: um urbano, o bairro Rua Nova, e um rural, o distrito Matinha dos Pretos.

Maria Priscila dos Santos de Jesus, em sua dissertação “Educação e relações raciais: um olhar sobre a educação de jovens e adultos no bairro da Rua Nova na cidade de Feira de Santana”(2013) buscou compreender até que ponto os espaços educativos localizados no bairro da Rua Nova que são voltados para a educação de jovens e adultos têm conseguido contemplar, a partir de suas práticas pedagógicas, a diversidade cultural presente na localidade em que estão inseridos.

O bairro Rua Nova é uma comunidade considerada periférica, onde a presença negra é bastante evidente, tanto na composição étnica dos habitantes, como na composição cultural, o que se nota nos inúmeros terreiros de candomblé, na quantidade significativa de blocos afros, afoxés, bandas de *reggae* e escolas de samba que dão à localidade uma posição de referência negra urbana no município.

Estudantes e professores do Colégio Estadual Ernestina Carneiro e do Projeto Atiba (criado em 2003 por iniciativa de colaboradores integrantes do Afoxé Pomba de Malê, grupo cultural sediado no bairro Rua Nova) foram entrevistados acerca das experiências e percepções sobre questões étnico-raciais vividas nesses espaços educativos. No Colégio, os discentes revelaram experiências negativas relacionadas a discriminação e preconceito racial no ambiente escolar, às vezes reproduzidos pelos próprios docentes. A maioria dos educadores também sinalizaram a falta de preparo acadêmico para lidar com a temática; no entanto, informaram que vinham

comprometendo-se em trabalhar essas questões em sala de aula, reconhecendo a necessidade e a importância dessa problematização.

No Projeto Atiba, houve poucos relatos de conflitos relacionados a discriminação. No entanto, apesar de a relação estabelecida entre o Projeto e o Afoxé Pomba de Malê servir de referência para os estudantes e educadores, como um modelo diferenciado de fazer a Educação de Jovens e Adultos no bairro da Rua Nova, a autora revela ser perceptível a falta de relação dos conteúdos do curso com às temáticas étnico-raciais, salvo a disciplina “Construindo Cidades”, que tem a questão racial entre seus focos.

As discussões relacionadas ao negro apareciam durante as aulas, seja na Escola seja no Projeto, de forma espontânea e sem a devida atenção. Além disso, a maior parte das ações relacionadas à educação das relações étnico-raciais eram isoladas, restringindo-se somente às disciplinas da área de Humanas, em especial, a disciplina de História. Ao verificar o PPP do colégio e do projeto Atiba, percebeu-se também a ausência da referência direta à Lei nº 10639/03.

Na pesquisa, foram registrados relatos de queixas dos próprios estudantes sobre o pouco envolvimento da escola com a comunidade e com os grupos culturais presentes no bairro. A autora conclui que não é possível afirmar que as práticas pedagógicas dão conta de contemplar o contexto cultural territorial no qual os espaços educacionais estão inseridos.

Assim, verifica-se que, apesar de todo um ambiente favorável à inserção de práticas pedagógicas contextualizadas ao meio, existe um grande despreparo da comunidade escolar para aproveitar as especificidades do local como uma alternativa para contemplar a Lei nº 10.639/03.

Já a professora Maria Cristina de Jesus Sampaio analisa questões sobre o currículo, práticas pedagógicas e a materialização da Lei nº 10.639/03 em correlação com a cultura negra local em três escolas municipais da comunidade rural quilombola Matinha dos Pretos: Escola Municipal Rosa Maria Esperidião Leite, Escola Municipal Crispiniano Ferreira Silva e Escola Municipal Joaquim Pereira Santos.

Certificada, em 2014, como comunidade remanescente de Quilombo pela Fundação Cultural Palmares, o distrito rural Matinha dos Pretos é rico em repertórios culturais da cultura negra

A origem do nome “Matinha dos Pretos”, segundo a tradição oral, deve-se ao fato da existência de uma densa mata de caatinga nessa zona, na qual os escravizados fugidos das senzalas de fazendas da região, em especial os da Fazenda Candeal II, buscavam refúgio, dando origem, no século XIX, a uma comunidade de quilombo. Sendo assim, essa localidade é um território marcado por repertórios culturais notadamente afro-brasileiros,

tais como: samba de roda, bata de feijão, boi de roça, reisado, farinha da, benzedeiros, candomblés, chula, rezas e novenas (SAMPAIO, 2011, p.61).

Vislumbrando a especificidade dessa comunidade, a autora buscou compreender até que ponto são propostas, no ambiente escolar, ações pedagógicas relacionadas à história e cultura afro-brasileira e africana tendo como base a cultura local, compreendendo tais ações como uma alternativa para a efetivação prática de uma proposta educativa preconizada na Lei nº 10.639/03.

Sampaio revela que os PPP's reconhecem as características socioculturais e as especificidades da comunidade. Porém, percebe-se que a maioria dos docentes, com exceção dos professores de História, demonstraram conhecimentos superficiais sobre a Lei nº 10.639/03 e suas diretrizes, bem como pouca propensão em trabalhar na sala de aula assuntos relacionados à cultura negra local.

Apesar desse contexto, a pesquisadora destaca exemplos de alguns educadores que, mesmo refletindo carência de formação, conseguiam pautar as suas práticas pedagógicas em uma proposta de fortalecimento da história, cultura e identidade negra dos seus educandos. Nas atividades desenvolvidas no pátio do colégio – como em datas comemorativas e mostra de ciências –, era muito comum aparecer manifestações e conteúdos referentes à cultura negra local, geralmente propostos pelos próprios estudantes, tais como: o samba de roda, a capoeira, a apresentação das ervas de cura, a chula e o trançado de cabelo.

O Colégio também desenvolvia alguns projetos específicos que trabalhavam a questão étnico-racial, como desfile da beleza dos jovens negros e negras na Matinha dos Pretos; participação da Escola no desfile cívico do aniversário da cidade, em que os estudantes apresentavam performances relacionadas a temas como Maculelê, Capoeira e Samba de roda; e Semana 20 de novembro. Porém, essas temáticas não estavam efetivamente no currículo oficial da Escola e não constituía para gestores e professores uma peça fundamental para a formação socioeducacional dos educandos.

A autora percebe essas ações como um trabalho inicial, que tem o intuito de contribuir com a materialização do que preconiza a Lei nº 10.639/03 e suas diretrizes, em diálogos com elementos da cultura negra local, mas ainda são ações consideradas circunstanciais nas escolas.

Sampaio finaliza sua pesquisa reiterando que, para o desenvolvimento de um trabalho educativo pautado nas determinações da Lei nº 10.639/03, é preciso garantir uma boa formação para professores e gestores, assegurar condições materiais e pedagógicas e pensar a escola e seu

currículo como espaços de suma importância no combate ao racismo estrutural que define as relações sociais em nossa sociedade.

Em 2016, a pesquisadora Railda Neves Souza objetivou identificar na fala dos(as) professores(as) de História do ensino fundamental II, do Colégio Estadual Uyara Portugal, os limites e possibilidades da aplicação da Lei nº 10639/03.

Segundo a autora, todos os professores detectaram a existência de conflitos relacionados à questão étnico-racial no Colégio. O próprio PPP da instituição, apesar de não fazer referência direta à Lei nº 10639/03 no corpo do texto, deixa evidente a importância do respeito à diversidade étnica, afirmando que a etnia negra é a mais comum na escola e que o maior desejo desta é trabalhar a autoestima dos estudantes. Todavia, foram raras as atividades relacionadas à elevação da autoestima realizadas na sala de aula, demonstrando que elas ainda não existem como atividade coletiva orientada pela Escola.

Conforme Souza, alguns professores esforçam-se em inserir a discussão da valorização da cultura afro-brasileira no processo de ensino e aprendizagem, principalmente no ensino de História; porém, ainda de maneira pontual, utilizando-se de datas como pretexto pedagógico para trabalhar o tema, a exemplo do Dia Nacional da Mulher Negra (25 de julho), o Novembro Negro e o Dia Internacional Nelson Mandela - Pela Liberdade, Justiça e Democracia (18 de julho), entre outras datas. Apesar de não ser o ideal, esses eventos demonstraram que a Escola tem realizado esforços na tentativa de afirmar a importância das atividades voltadas para a educação das relações étnico-raciais e tem gerado aprendizados para os diferentes sujeitos, como o aumento da sensibilidade e a adesão de professores e estudantes que começaram a colaborar com os eventos.

De acordo com a pesquisadora, a realização de projetos que apresentam o negro como protagonista na formação da sociedade brasileira contribuiu para quebrar os silêncios e auxiliou no trabalho relacionado à autoestima na Escola, proporcionando mudanças na forma como os estudantes se identificavam ou se dirigiam a colegas e professores negros, aumentando a procura pelas atividades que valorizassem a questão racial. Contudo, retomada a rotina, praticamente não existia discussão acerca do evento e muito menos uma continuidade de debates que problematizassem as desigualdades sociais e raciais no cotidiano do estudante no ambiente escolar.

Apesar da falta de apoio e das deficiências da formação dos profissionais da educação, percebe-se nos professores a certeza da necessidade de se trabalhar a temática em destaque e as

tentativas de ultrapassar os limites impostos tanto pelo cotidiano determinado pelo currículo, quanto pela falta de aparatos pedagógicos que amparem ou que forneçam suporte às suas ações.

Após 15 anos da promulgação da Lei nº 10639/03, Maria Santana de Araújo traz para o debate o processo de institucionalização e implementação da legislação no âmbito do sistema municipal de educação e nas escolas municipais de Feira de Santana no período de 2003 a 2012.

Sabe-se que é papel do Conselho Municipal de Educação propor, normatizar, e fiscalizar as ações referentes a pautas relacionadas à educação, inclusive trazer propostas e proporcionar meios para implementação da Lei nº 10639/03. Porém, segundo a autora, ao investigar as pautas de reuniões do Conselho, pouquíssimos foram os registros de discussões que tiveram como ponto de pauta a referida Lei. De acordo com Araújo (2018), “a questão da desigualdade de tratamento destinada à população negra não foi prioridade do Conselho, na verdade o silêncio e a omissão representaram uma escolha” (p. 148).

Araújo revela ainda que as ações no sentido de implantação dessa nova política educativa no município só começam a ocorrer a partir do ano 2006, e sem a interferência do Conselho Municipal de Educação, quando grupos da sociedade civil e do Movimento Negro local e de Salvador, de forma autônoma, reuniram-se em um seminário sobre educação e a questão étnico-racial, com ênfase na Lei nº 10.639/03.

A primeira atividade do governo municipal voltada para a temática ocorreu em 2007, quando, em virtude de uma ação judicial movida pelo Ministério Público Federal, a Secretaria Municipal de Educação viu-se obrigada a incluir, em sua agenda de jornada pedagógica, a discussão sobre o tema. Nesse mesmo ano, tendo em vista a elaboração do Plano Municipal de Educação para os anos de 2011 a 2021 (que foi reformulado em 2015, tendo sua vigência renovada para os anos de 2016 a 2026), a Secretaria de Educação Municipal convocou grupos de discussão sobre educação, retirando daí as metas relacionadas à Educação para as relações étnico-raciais. Essas constatações demonstram o descaso do Poder Público com a implementação da Lei nº 10.639/03 no município.

Vislumbrando perceber a efetivação da Lei no ambiente escolar, a autora desenvolve um estudo comparativo entre duas escolas da rede pública municipal de ensino. As escolas escolhidas, denominadas de A e B, oferecem o Ensino Fundamental e são localizadas em bairros com perfis socioeconômicos e culturais diferenciados. Uma no bairro Rua Nova, como já citado anteriormente, uma comunidade periférica, reconhecidamente negra. E outra no bairro Santa

Mônica, que contém grande concentração de condomínios de classe média alta e raramente é associado a problemas sociais como os que estigmatizam o bairro da Rua Nova.

Segundo a autora, tanto na escola A quanto na B, a Lei nº 10.639/2003 não ocupou um lugar de destaque na organização pedagógica. Temas ligados à relação étnico- racial, geralmente, eram abordados através de ações dispersas, sem uma efetiva atenção. Os planejamentos indicam pouca atenção quanto à reflexão do próprio entorno, sobretudo no que tange à aproximação com os universos socioculturais que envolvem a escola, os quais poderiam contribuir para o trabalho pedagógico.

Assim, Araújo revela que a presença do tema requer a mobilização de diferentes órgãos e deve abranger desde a formação dos profissionais até a inclusão da educação das relações étnico-raciais na organização pedagógica da escola.

Em 2019, a psicóloga Crislinda de Oliveira Santos Mendes, em sua dissertação intitulada “Nem Tão Negra Assim: As narrativas de jovens estudantes sobre identidade e reconhecimento”, reflete sobre as problemáticas raciais e o impacto na autoimagem e identidade racial de jovens estudantes negros e negras do ensino médio do Colégio Estadual Governador Luiz Viana Filho, situado no Bairro Cidade Nova, em Feira de Santana.

A pesquisa é realizada a partir de relatos de um grupo focal de estudantes que contam suas experiências relacionadas às questões da autoestima, estética negra e cabelo negro em ambientes de convívio como a escola, a família e a comunidade. A autora constatou que, entre os estudantes, existe um grande anseio pela discussão da temática racial, pois problemas relacionados a autoestima e episódios de racismos são constantes.

Os professores também percebem os problemas causados pelo racismo ao constatarem que os estudantes negros possuem uma menor participação em sala, por vergonha da exposição de falar para a turma, e geralmente possuem baixa autoestima. Apesar do despreparo para abordar a temática em sala de aula, os docentes mostraram-se abertos para o debate.

Na escola, existem discussões sobre a temática, porém, geralmente concentradas em período próximo ao evento do 20 de novembro, não sendo percebidos projetos voltados para essas discussões no currículo escolar.

A autora conclui sua pesquisa demonstrando que os momentos em que os estudantes negros puderam ser vistos e se fizeram ouvir nas discussões sobre pautas raciais, contribuíram bastante

para a formação da sua identidade negra, sendo tais experiências bastante positivas tanto para os estudantes quanto para a escola.

Após análise dessas pesquisas, reconhece-se que ocorreram avanços no decorrer desses 17 anos de vigência da Lei nº10.639/2003. Em 2005, a pesquisa de Rosangela Souza da Silva citou as seguintes constatações:

- Ainda há reflexões sobre as questões étnico-raciais, que sequer ecoaram nos ouvidos da maioria dos profissionais da educação;
- As produções sobre racismo e a discriminação racial ainda não construíram elos com os trabalhos de boa parte dos agentes educacionais;
- Os diálogos que travamos nesta produção revelaram que ainda existem incompreensão, tergiversação e trivialização das práticas racistas e discriminatórias ocorridas nos espaços escolares. (p. 107)

Ao comparar com as pesquisas posteriores percebe-se que houve, ao longo desses quase 20 anos, uma maior sensibilização dos professores e da escola quanto ao tratamento da temática. A grande maioria dos docentes têm conhecimento da obrigatoriedade da Lei e acredita ser importante trabalhar a história e cultura afro-brasileira e africana durante todo ano letivo. Percebe-se também o desenvolvimento de um olhar mais crítico de professores e estudantes frente às nuances do racismo na escola e na sociedade.

As autoras aqui apresentadas demonstraram os esforços dos(as) professores(as) em trabalhar à temática étnico-racial, embora a maioria das ações nesse sentido ainda partam de iniciativas isoladas, pontuais ou em forma de projetos considerados extracurriculares, sem uma vinculação direta com os conteúdos ensinados em sala de aula, demonstrando a ausência de uma verdadeira sistematização do assunto pensada para o cotidiano escolar.

Nas pesquisas, identificaram-se ainda várias barreiras no processo de implantação da Lei nº 10.639/2003, que envolvem: o desinteresse do Poder Público em incentivar ações e fiscalizar o cumprimento da Lei; problemas na formação dos profissionais de educação em relação à temática; inexistência de um projeto político-pedagógico que contemple a diversidade étnica local; a falta ou insuficiência de material didático e paradidático que subsidiem um trabalho em que se tornem visíveis as facetas de racismo e que levem em conta a realidade do estudante, tanto no espaço escolar, como em sua comunidade.

Além disso, percebeu-se uma grande desconexão das escolas com as vivências dos sujeitos que as compõem, assim como com o seu entorno. Poucas foram as manifestações culturais locais abordadas nas escolas e em nenhuma entrevista citou-se o desenvolvimento de estudos, mesmo que

preliminares, sobre a história do negro numa perspectiva local, temática essa sobre a qual já existe uma considerável bibliografia. A problematização da temática negra tomando como perspectiva a realidade do estudante poderia contribuir bastante para o trabalho pedagógico relacionado às relações étnico-raciais, pois traria a possibilidade de se trabalhar com as vivências dos estudantes, através da história e da cultura local, como uma alternativa para a efetivação prática de uma proposta educativa contextualizada e seguindo o que preconiza a Lei nº 10.639/03.

Nota-se a necessidade do desenvolvimento de ações mais efetivas na criação de meios para a implementação da supracitada Lei nas escolas, tais como a elaboração de propostas curriculares e educacionais para o enfrentamento das questões raciais, a capacitação massiva e constante de professores e profissionais da educação, a ampliação do acesso a informações e estudos acadêmicos voltados aos assuntos ligados à temática étnico-racial e o incentivo à produção de materiais didáticos voltados à construção de uma identidade negra positiva e que tenham comunicação mais direta com a realidade do estudante.

2.3-RELATO DE VIVÊNCIA - COLÉGIO ESTADUAL CORIOLANO DE CARVALHO

Com o objetivo de compreender como as estratégias para a efetivação da Lei nº 10.639/03 vêm ocorrendo na escola e na produção didática, apresento algumas reflexões obtidas na intervenção em uma turma do 9º ano, no Colégio Estadual Coriolano de Carvalho.

Esta intervenção foi realizada em junho de 2019, buscando um contato direto com a realidade da Educação Básica na rede pública de Feira de Santana, com o intuito de colher elementos para pensar a construção do material didático e perceber até que ponto os estudantes (re)conhecem referências negras na história e na cultura da cidade de Feira de Santana.

As informações contidas neste texto sobre o Colégio foram retiradas de observações, de conversas com professores e do PPP, documento concluído em 2013 e atualizado em 2018.

O Colégio Estadual Coriolano Carvalho, fundado há mais de 40 anos, está localizado entre os bairros Sobradinho e Baraúnas e oferece o Ensino Fundamental (6º ao 9º ano) e o Ensino Médio (1º ao 3º ano), nos turnos matutino e vespertino.

A estrutura física da Escola é relativamente boa, possui secretaria, sala da diretoria, sala de informática, sala de vídeo, sala de professores, biblioteca, cozinha, dispensa, depósito, sanitários e nove salas de aula, sendo que seis destas comportam 30 estudantes e três comportam

adequadamente 35 estudantes. Porém, notam-se problemas na ventilação, climatização e acústica das salas de aula e na pintura das paredes de toda a Escola; além disso, há carência de espaço de lazer e de um auditório.

A Escola ainda conta com uma biblioteca, que funciona de forma insatisfatória. Não há uma pessoa para organizar os livros e realizar empréstimo destes e é perceptível a necessidade de melhoria do acervo, pois são poucos os livros que podem ser usados para trabalhar com os estudantes, havendo somente um ou dois exemplares de cada obra.

Há também um laboratório de informática, que é utilizado pelos estudantes na realização de pesquisas individuais ou em grupo; no entanto, o acesso está precário devido à defasagem dos materiais e à inadequada climatização da sala (ventiladores quebrados).

A equipe escolar é composta por parte administrativa (01 diretora geral, 01 vice-diretor, 01 secretária, 03 funcionários administrativos, 03 serviços de apoio à limpeza, 02 merendeiras e vigilantes) e parte pedagógica (26 professores, que, em quase sua totalidade, têm graduação completa ou pós-graduação).

A comunidade externa possui, em média, condição socioeconômica baixa. Apesar de a escola estar localizada praticamente no centro da cidade, recebe uma demanda oriunda de bairros periféricos, que convivem com problemas como falta de saneamento básico, precariedade da saúde pública, violência e tráfico de drogas.

A grande maioria dos estudantes do Colégio são negros e negras. Segundo dados do PPP, dos 245 estudantes matriculados no ano de 2018, 51% são do sexo feminino e 49% do sexo masculino. Quanto à renda mensal das famílias desses estudantes, quase 50% das famílias vivem com apenas um salário mínimo e 18% delas sobrevivem com menos de 01 salário. Há um grande número de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família, com nível de instrução Fundamental II e Ensino médio.

Todos os estudantes têm acesso à internet e utilizam essa ferramenta para se comunicar, fazer pesquisas escolares, como também para se divertir e se informar. Quanto à religião, quase metade dos estudantes segue a Católica e a outra metade a Protestante. Não foi registrado no PPP o número de adeptos de religião de matriz africana, apesar da diretora declarar que alguns estudantes seguem essas religiões.

Ainda conforme o PPP, entre os principais problemas vivenciados na Escola, verifica-se o número considerável de estudantes que apresentam autoestima baixa, falta de iniciativa, distorção

idade/série, dificuldades quanto à habilidade para redigir, expressar ideias e/ou formular um pensamento crítico frente ao processo de aprendizagem. Há também registro de alta evasão dos estudantes. O documento destaca ainda que o Colégio sofre com problemas relacionados a preconceito e discriminação racial e deixa evidente que é tarefa da escola atender a diversidade social, cultural e econômica na busca da inclusão para todos os indivíduos, sendo o maior desafio criar uma proposta de ensino que valorize e reconheça práticas culturais e conhecimento produzido pelos estudantes.

No que se refere à educação para as relações étnico-raciais, o PPP traz considerações sobre o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Indígena e faz uma breve explanação do que trata as Leis nº 10639/03 e nº 11645/08, justificando que a inclusão dos conteúdos nos currículos da educação básica é obrigatória e objetiva a formação de cidadãos conscientes de sua identidade. Em relação ao Ensino médio, além desses parâmetros, a Escola pretendia colocar, a partir do ano 2018, a disciplina “Cultura Africana” em um dos Eixos que faziam parte da grade curricular; porém, segundo relatos dos professores, as discussões acerca dessa demanda não avançaram.

Além disso, constam no PPP diversos projetos interdisciplinares que foram ou estão sendo desenvolvidos na Escola. Dentre eles, chama a atenção o projeto Consciência Negra, que acontece anualmente entre os meses de setembro e novembro, em que se propõe a utilização, em sala de aula, de recursos didáticos diversificados – como vídeos, mapas, músicas e textos diversos – com o objetivo de proporcionar o debate sobre a temática negra, relacionando-a com as diferentes disciplinas, culminando em apresentações das turmas na semana do dia 20 de novembro.

Outro projeto em destaque é o “Conhecendo Feira de Santana: Um olhar voltado para a Princesa do Sertão”, realizado em 2014. O Projeto surgiu por meio de uma conversa informal sobre os conhecimentos dos estudantes do 3º ano a respeito da História de Feira de Santana. Ficou constatado que eles sabiam muito pouco acerca do município. Diante dessa realidade, decidiu-se desenvolver um trabalho para que os estudantes conhecessem sua cidade como espaço de vivência, socialização e também como espaço cultural. Dentro desse Projeto, a questão étnico-racial foi abordada na disciplina História, colocando como ponto de análise a história de Lucas da Feira.

A redação do PPP e a realização dos projetos relacionadas à temática demonstram que a Escola tem se preocupado em propor atividades voltadas à educação para as relações étnico-raciais. Porém, ao serem questionados sobre a materialização dessas ações pedagógicas no cotidiano,

poucos professores afirmaram se responsabilizar por trabalhar a temática em sala de aula, assim como poucos se encarregavam da organização anual dos projetos.

A intervenção em sala de aula foi realizada em uma segunda-feira, no dia 3 de junho de 2019, na turma 9º ano B, no 2º e 3º horário vespertino. A turma tinha 20 estudantes matriculados, mas no dia só compareceram 9 deles, com idades entre 14 e 18 anos, sendo 4 meninas e 5 meninos. Na sala, o ventilador estava quebrado, a turma reclamava do calor e estava meio apática.

Inicialmente, fiz uma apresentação pessoal, expondo minha condição de feirense, negra, moradora por muito tempo do bairro Jardim Cruzeiro (localidade vizinha ao colégio), ex-estudante de escola pública, de universidade pública e então mestranda da UFRB. Em seguida, explanei rapidamente sobre a temática e o objetivo do encontro, que consistia em fazer um levantamento acerca das percepções e conhecimentos sobre o negro na História, de forma geral, e, de forma mais específica, em Feira de Santana, tendo como finalidade construir um material didático que trabalhasse esse assunto numa perspectiva local.

Apresentei alguns livros paradidáticos que trabalham a temática negra, para os estudantes se familiarizar com a proposta. Ao manusearem os materiais didáticos, alguns demonstraram interesse; outros, nem tanto. Ao questionar a turma sobre o que gostavam de ler, alguns declararam que não gostavam de ler nada e não tinham o hábito de pegar livro na biblioteca da escola, além do livro didático. Apenas uma estudante relatou que já tinha lido um livro paradidático no 6º ano, estimulada pela professora, e que tinha gostado da experiência.

Ao indagar sobre o acesso à internet e se já buscaram nesta algo relacionado à temática, todos confirmaram que tinham acesso e utilizavam constantemente as redes sociais. Alguns comentaram que ouviam música, como as do grupo Racionais. Algumas meninas relataram que assistiam a vídeos sobre como cuidar de cabelo crespo e que percebiam diversas situações relacionadas ao preconceito em seu dia a dia, principalmente envolvendo a estética negra.

Após essa conversa, no intuito de fazer um diagnóstico sobre os conhecimentos acerca da temática, pedi aos estudantes que se reunissem em dois grupos e escrevessem, de forma espontânea, o que sabiam sobre a população negra na História e em específico em Feira de Santana. Inicialmente, os estudantes mostraram-se relutantes, mas depois se envolveram na proposta, muitos pareceram receosos em escrever de forma espontânea e solicitaram a ajuda do celular e do livro.

No decorrer da atividade, solicitei que escolhessem para o grupo um nome que fosse considerado uma referência negra. O grupo 1 colocou o nome de Elisa Lucinda, por já ter ouvido alguns poemas dela em redes sociais. O grupo 2 não escolheu nome.

O primeiro grupo produziu um cartaz no qual foram apresentadas frases de efeito com o intuito de trabalhar a autoestima e palavras de ordem contra o racismo, como: “Diga não ao racismo”, “# Negro Livre”, “Você é linda independente de sua cor”, “Não escute opiniões que te coloquem para baixo”.

O grupo 2 elaborou o cartaz colocando frases que criticavam o racismo vivido no nosso dia a dia. O cartaz teve como título “Não existe racismo no Brasil!” e logo abaixo colocaram alguns gráficos, retirados de um dos materiais didáticos que apresentei, mostrando a situação de desvantagem entre negros e brancos em relação a trabalho, mortalidade infantil e expectativa vida, desconstruindo assim o título apresentado. Além disso, colocaram a frase “Proibida a entrada de negros e cachorros”, retirada de uma reportagem da internet, que criticava uma loja na Austrália, denunciada por racismo, por ter exposto esse comunicado no estabelecimento em 2017.

Sobre a África, colocaram: “Na África, os africanos já conheciam a escravidão. Esses escravos, porém, não eram simples mercadorias, objetos de compra e venda.”, mas, ao serem indagados sobre essa construção, demonstraram insegurança e resistência para explicá-la.

Percebe-se que os(as) estudantes apresentam sensibilidade e percepção crítica sobre a dimensão ética do racismo, preconceito e discriminação racial e sobre o impacto disso na sociedade. Eles(as) conseguiram fazer relações com a ideia do racismo estrutural e da democracia racial. Mas, quanto a uma contextualização histórica a nível do continente africano ou história do Brasil, apresentaram informações rasas. Em conversas, no decorrer do encontro, ao serem indagados com relação a seus conhecimentos sobre a temática negra na História, os estudantes manifestaram palavras soltas como “escravidão”, “navios”, ou frases como “Antes os negros apanhavam, mas hoje estão melhor.”; contudo, sem aprofundamento, demonstrando a preponderância de imagens negativas e de passividade da população negra na história. Ao serem questionados sobre a população negra e a cidade de Feira de Santana, não apresentaram nenhum tipo de referência.

Na segunda parte do encontro, realizei uma dinâmica mais direcionada aos conhecimentos sobre grupos, locais e pessoas que são consideradas referências de luta contra o racismo e de valorização da cultura negra em Feira de Santana. Inicialmente, apresentei imagens de grupos

culturais, personalidades históricas e de ruas de bairros da cidade relacionados à temática, todos os estudantes demonstraram interesse em descobrir quem eram as pessoas e quais os lugares. A intenção era que os estudantes os observassem e os identificassem, levando em conta seus conhecimentos prévios sobre o negro em Feira de Santana. Um estudante reconheceu o bairro Rua Nova, por morar próximo à localidade. Outro estudante identificou o Grupo Quixabeira, por já tê-lo visto na televisão. Perguntei qual relação tinham aquelas pessoas e lugares com a temática, mas não souberam responder. Depois, tentei buscar o máximo de informações dos estudantes, perguntando suas percepções sobre as imagens, o que as pessoas retratadas faziam, em qual contexto. Solicitei que colocassem as imagens em um cartaz e lhes entreguei legendas para que as associassem às imagens. Alguns acertaram, por dedução, fazer a correspondência entre imagem e legenda; outros, não. No final, pedi para que cada estudante fizesse a leitura de uma legenda diferente, apresentando o personagem ou local para a turma.

Com essa dinâmica, constatou-se que os estudantes tinham pouquíssimas informações sobre referências negras em de Feira de Santana. Percebeu-se, porém, que a discussão se remetendo à realidade do estudante e da temática negra na cidade pareceu mais motivadora e de melhor compreensão para desenvolvimento do tema.

Do ponto de vista da educação para as relações étnico-raciais, percebe-se o avanço relacionado à construção de uma postura ética pelos estudantes no que diz respeito ao racismo e à discriminação, como também à percepção desses problemas na sua realidade. No entanto, faz-se necessário uma maior atenção ao trabalho relacionado à história africana, história do negro no Brasil e principalmente no protagonismo negro na história local.

Realizei também uma análise do livro didático de História (8º e 9º ano) usado pelos estudantes na Escola, que continua sendo um dos materiais pedagógicos mais utilizados pelos professores e estudantes das redes públicas de ensino, sendo considerado por muitos como um depósito de verdades. Contudo, como nos lembra Silva (2004), muitos processos civilizatórios e muitas visões de mundo são silenciados ou mesmo minimizados nos materiais didáticos, veiculando-se a visão das classes dominantes. Assim, por serem um material didático de tamanha repercussão, os livros didáticos merecem atenção.

Sabemos que a historiografia tradicional transmitiu, por muito tempo, a ideia depreciativa do negro passivo e submisso, que teria aceitado sem reação a sua escravização, além de ter feito poucas referências positivas do negro na História geral e do Brasil. A elaboração da ideia de que o

Brasil era um país de democracia racial foi outra tentativa de subordinação dos negros aos mecanismos de dominação. Porém, atualmente, as inovações historiográficas nos trouxeram inúmeras perspectivas em relação ao tema. E, com a promulgação das Leis nº 10.639/03 e nº 11639/03, surge a necessidade de um amplo movimento direcionado à revisão dos currículos em todos os níveis de ensino e da composição dos assuntos dos livros didáticos.

Em 2002, Lucilene Reginaldo, em seu artigo “Vagas informações, fortes impressões”, analisou como era abordada a África nos livros didáticos de História utilizados nas escolas públicas de Salvador e Feira de Santana nos anos de 1990. A autora relata que, nessa época, os conteúdos já apresentavam algumas mudanças no que tange à inserção de assuntos referentes aos povos indígenas, à resistência escrava e ao racismo, muito por conta das pressões dos movimentos sociais e inovações dos estudos acadêmicos; porém, ainda persistia um grande silêncio ou, no máximo, uma abordagem ínfima sobre a história da África nos currículos e nos manuais didáticos.

Já Marli Solange Oliveira, em 2009, ao analisar as mudanças e permanências das representações dos negros em livros didáticos de história fundamental II como o “Projeto Radix”(2005), “História: das cavernas ao terceiro milênio”(2006), “A África está em nós: História e Cultura Afro-brasileira(2006)”, revelou que ainda persistiam vários estereótipos e representações negativas em relação aos negros, em que estes sempre apareciam no passado (como se os negros não existissem na atualidade) e sempre como vítimas e em situações ligadas ao trabalho pesado, aos castigos físicos, à escravidão, representações presentes inclusive na seleção iconográfica. Além disso, Oliveira constatou um caráter estritamente etnocêntrico sobre a construção do processo histórico tido como universal e inquestionável.

A autora apontou ainda que o ensino de História já tinha incorporado algumas abordagens mais recentes do caráter revisionista das pesquisas acadêmicas, a exemplo das tentativas de reconhecimento da identidade e dos valores históricos e culturais dos negros no Brasil, mas ainda de forma muito tímida, e revela que

(...) valorizar a história, a identidade e a cultura dos negros no processo histórico não significa abandonar a visão eurocêntrica, retirar o sofrimento, a dor e a reificação do negro em ser escravo, mas apresentá-lo também com uma história, uma cultura, sentimento e, principalmente, resistência ao sistema de escravidão imposto (113 e 114).

Já Pereira (2016), ao analisar como são abordadas as temáticas da Abolição e Pós-abolição em livros didáticos de História de 8º e 9º ano do ensino fundamental, revela que, apesar de predominar o modelo eurocêntrico da divisão quadripartite que alicerça a escrita da História, as

editoras e escritores, por força da Lei, tiveram que inovar e inscrever, nos materiais didáticos veiculados, a História da África, as lutas sociais e aspectos culturais e políticos dos afrodescendentes no Brasil

O autor destaca que ainda persiste relativa defasagem dos assuntos apresentados nos livros em relação às inovações das produções acadêmicas historiográficas atuais, , por exemplo, explorar melhor o olhar do escravizado perante a sua situação, seus projetos de liberdade, suas memórias do cativeiro, suas relações cotidianas e as redes de solidariedade construídas pela população negra. Além disso, percebe-se pouco espaço, nesses livros, dedicado às lutas políticas empreendidas pelos negros no Brasil no século XX, sendo que a contribuição dos afrodescendentes na formação da sociedade brasileira ainda é mais destacada durante a vigência do sistema escravista, como força de trabalho.

Apesar das permanências, nota-se a presença cada vez maior, nos livros didáticos, de conteúdos que atendem à Lei nº 10639/03. Nesse sentido, o autor evidencia que as teses propagadas anteriormente, segundo as quais os livros didáticos não abordam a História da África, dos afro-brasileiros, têm sido enfraquecidas constantemente, a cada processo seletivo do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD).

Percebe-se, ao longo das análises, que há diversas permanências de uma visão antiquada e racista da temática, mas também houve muitos progressos, principalmente no que se refere a uma maior inserção da história da África e do negro no Brasil nos livros didáticos.

Ao analisar os livros utilizados na Escola Coriolano de Carvalho, da coleção “História e Cidadania”, de Alfredo Boulos Júnior, 8º e 9º anos, percebem-se diversos aspectos que coadunam com as análises supracitadas.

O material didático do 8º ano divide-se em três unidades temáticas. Na 1ª unidade, “Dominação e resistência”, são exibidas, logo na abertura, três imagens. A primeira consiste em uma gravura que retrata o trabalho escravo em um engenho, representando a dominação dos colonizadores sobre os escravizados. A segunda e a terceira imagens demonstram, respectivamente, uma Festa de Reis em 1776 e um grupo de Congada atual em 2013. Essas ilustrações afirmam que, se por um lado, houve dominação; por outro, também houve resistência negra – no caso, demonstrou-se a resistência cultural do Brasil Colonial, que se perpetuou até a atualidade.

No primeiro capítulo da unidade, intitulado “Africanos no Brasil: Dominação e Resistência”, o autor inicia a discussão trazendo personalidades negras – como os intelectuais

Ubiratan de Castro e Milton Santos, a ginasta Daiane dos Santos e o *rapper* Rappin Hood –, no intuito de trabalhar o conhecimento dos estudantes sobre as contribuições dessas personalidades negras para a sociedade.

Após isso, inicia-se o questionamento sobre a escravidão no continente africano, demonstrando as especificidades do escravismo antes e depois da chegada dos europeus. O texto se desenvolve trazendo informações sobre o tráfico de escravos, os portos de embarque, a condição e os tipos de trabalho desenvolvidos pelos escravizados, a alimentação e a violência por eles sofrida. Nota-se que, além desses assuntos, seria interessante que o autor explorasse temas como a vida nas senzalas, o papel do parentesco entre os cativos e a formação da família escrava e do compadrio, para demonstrar que, mesmo vivendo sob um sistema opressor, esses homens e mulheres souberam negociar, criar laços familiares, possuíam projetos pelos quais lutavam, tinham uma vida além do trabalho.

Em seguida, são trabalhadas as formas de resistência, são citadas como exemplo a religião de matriz africana, a capoeira, festejos (como congado, reisado) e as irmandades. Destaque é dado aos quilombos, o autor foca na história do Quilombo dos Palmares, fazendo relação com as lutas do Movimento Negro, que transformou o dia 20 de novembro no Dia da Consciência Negra, e a luta pela terra dos remanescentes quilombolas atualmente. No decorrer do texto, é apresentado um mapa com a localização dos principais quilombos do Brasil. Percebe-se a atitude de valorizar e divulgar a resistência negra desencadeada pelos negros escravizados e, na contemporaneidade, por seus descendentes.

Porém, o conceito de racismo é trabalhado de forma rasa, resumindo-se a uma caixa de texto na qual se explica que o “Racismo é um problema a ser enfrentado por todos os brasileiros, independente da cor e da origem. Manifestações como esta ocorrida em 1995, em comemoração aos trezentos anos da morte de Zumbi, fazem parte da luta contra o racismo”. Percebe-se uma simplificação da discussão e pouco aprofundamento nas consequências do racismo hoje.

Em relação às ilustrações do negro escravizado, verifica-se um cuidado em selecionar imagens que não tragam o negro em situação de humilhação ou castigo. Ao longo do livro, são apresentadas gravuras que demonstram aspectos do dia a dia do negro, como o enterro de uma mulher negra e a fotografia de uma família negra de classe média no início do século XX.

Estão presentes alguns trechos de textos de africanistas, como Alberto da Costa Silva, e pesquisadores renomados, como João José Reis. Em uma atividade, utiliza-se um trecho do Tratado

de Paz proposto em 1789 por trabalhadores escravizados do Engenho Santana de Ilhéus, retirado do livro de Negociação e Conflitos(2009), o que demonstra a inserção do protagonismo da população escrava, uma vez que se tem aí os negros contando sua própria história, na condição de sujeitos dela.

Depois disso, o negro volta a aparecer, no 2º capítulo, agora como escravizado na sociedade mineradora. O texto traz informações sobre a população no século XVIII, revelando que 78% dela era formada por negros e mestiços. Ao traçar uma divisão de classe da época, o autor apresenta três classes: os ricos, que eram os grandes comerciantes e donos de minas; as classes médias, formada por profissionais liberais, donos de vendas, garimpeiros, artesãos (citando, dentre estes, Aleijadinho); e os homens livres pobres, que, segundo o autor, “perambulavam pelos arraiais pedindo esmolas e comida, brigando nas vendas e praticando furtos” e, “sendo negros e mestiços em sua imensa maioria, eram perseguidos e chamados de vadios pelas autoridade”. Perceba-se que, justamente na classe mais depreciada pelo discurso do autor, predominavam os negros e mestiços. Nas outras classes sociais, não houve a marcação de cor; mesmo quando Aleijadinho (que foi um artista negro, filho de escrava) é citado como integrante da classe média, não é citada a cor do artesão. Assim, o autor cria uma associação do negro com um estereótipo negativo.

Segundo Nilma Lino Gomes (2001, p.24):

Os estereótipos representam uma atitude negativa com relação a um grupo ou a uma pessoa, baseando-se num processo de comparação em que o grupo do indivíduo é considerado como o ponto positivo de referência. (...). A presença dos estereótipos nos materiais pedagógicos, e especificamente nos livros didáticos, pode promover a exclusão, a cristalização do outro em funções e papéis estigmatizados pela sociedade, a auto-rejeição e a baixa auto-estima, que dificultam a organização política do grupo estigmatizado.

A 3ª Unidade, “Terra e Liberdade”, traz na abertura a imagem do trabalho em terras quilombolas. No decorrer do texto, são desenvolvidas várias temáticas relacionadas a lutas negras, como a Independência do Haiti, a Conjuração Baiana e rebeliões regenciais como a Revolta dos Malês e a Balaiada.

Ao falar do Segundo Reinado e da vinda de imigrantes ao Brasil, o livro traz um box explicativo sobre o racismo da elite imperial, falando brevemente sobre teorias racistas que afirmavam a superioridade dos brancos sobre os negros e a política de branqueamento da população brasileira. Porém, a explanação fica no Período Imperial, o autor não traz os desdobramentos do assunto para a atualidade.

Ao tratar da Abolição, Boulos Júnior destaca a resistência escrava e o Movimento Abolicionista como fundamentais no processo de fim da escravatura, realçando abolicionistas negros como André Rebouças, José do Patrocínio, Luiz Gama e Francisco de Paula. Também deixa evidente a ausência de políticas públicas para a inserção do ex-escravizado na sociedade dos recém-libertos e para a convivência com um racismo silencioso numa sociedade em que poucos ascendiam socialmente. Sobre as lutas empreendidas pelos negros após a abolição, aparecem no texto referências à organização de clubes esportivos e centros religiosos, além da imprensa negra.

Já o livro do 9º ano é dividido em quatro unidades temáticas. Em seu primeiro capítulo, “Industrialização e Imperialismo”, apresenta uma breve discussão sobre teorias racistas do século XIX, indicando que elas serviram como justificativa para a dominação imperialista na Ásia, África, América e Oceania. Revela ainda que hoje não se aceita mais a ideia de existência de raças humanas nem a da superioridade de um povo sobre o outro, afirmando que só existe uma raça, a raça humana, e confirmando que nenhum povo é superior a outro. Percebe-se que corpo do texto, é apresentada uma discussão, que, dependendo da forma como for encaminhada em sala de aula, pode levar à negação da necessidade de reconhecimento das diferenças, bem como a toda uma construção política do Movimento Negro sobre os termos “raça” e “negro”. Somente em uma pequena nota explicativa, sem muito aprofundamento, aborda-se (brevemente) que raças humanas não existem no sentido biológico, possuindo o conceito de raça uma existência social, da qual deriva o racismo.

O autor continua o assunto tratando do Imperialismo na África em terras da atual Argélia, Congo, Egito e Sudão; revela que houve diversas revoltas, destacando a Rebelião Ashanti. No capítulo 5, ao retomar a discussão da Primeira República, é dado um bom espaço à discussão da Revolta da Chibata.

Ao tratar da Independência da África e Ásia, o autor inicia o capítulo 10 com três imagens de cidades grandes e modernas que ficam no continente africano, questionando o porquê de essas imagens serem tão pouco divulgadas na mídia. Percebe-se aí a intenção de desconstruir os estereótipos sobre a massiva representação do continente africano como uma grande savana, cheio de animais selvagens.

Quanto à Independência Africana, o autor traz o negro como protagonista do processo ao demonstrar a luta dos próprios africanos nos movimentos de independência nos países e a força de movimentos como o Pan-africanismo e Negritude. São trazidas imagens de pessoas que se tornaram importantes referências na luta negra – como Marcus Garvey, Bob Marley e Nelson Mandela –,

além de estudos de caso de processos de independência de países africanos – como Costa do Ouro (Gana), Congo, Mocambique, Angola e Guiné-Bissau – e a luta contra o *Apartheid* na África do Sul.

No transcorrer do livro, são apresentados imagens e textos que fazem referências positivas aos negros (como as fotos do ex-presidente Obama e de Rosa Parks) e à luta dos afroamericanos contra o racismo nos EUA.

O livro finaliza relatando as sucessões presidenciais no Brasil até o governo de Dilma Rousseff, concluindo o capítulo falando da situação dos povos indígenas hoje. No que se refere à História do Brasil, percebe-se que, na narrativa do livro, a população negra está presente no Período Colonial e início da República, saindo de cena nos capítulos posteriores, estando somente em algumas citações espaçadas, como a imagem do artista Jair Rodrigues cantando a música “Disparada” em reação ao Regime Militar e uma reportagem (de uma atividade) que relata um caso de racismo com jogadores de futebol brasileiros no Paraguai. Em todo o processo de ditadura, passando pela “redemocratização” do Brasil e chegando até os dias atuais, os negros não aparecem mais na escrita do livro, o que demonstra uma falta de problematização das lutas e da situação socioeconômica da população negra atualmente.

Percebe-se que o material didático se utiliza de referenciais teóricos da História Nova, incorporando a ação e fala de sujeitos como os negros, as mulheres e os indígenas. Porém, a maior ênfase do livro concentra-se na História Política.

No Manual do Professor, o autor traz uma parte considerável dedicada à Educação das relações étnico-raciais. Trabalha textos sobre a luta pela inserção da História da África nos currículos e a importância de estudar as temáticas Afro e Indígena. Além disso, disponibiliza textos de apoio à implementação da Lei nº 11645/2008, que tratam de temas como a importância da oralidade para os povos africanos, com relatos de experiências de educação formal de entidades baianas do Movimento Negro dos anos 70, como a escola Mãe Hilda do Ilê Aiyê ou Escola criativa do Olodum. Discorre também sobre importância da Irmandade da Boa Morte, do Maracatu rural de Recife, além de listar diversos livros, *sites* e filmes para serem utilizados por professores e estudantes para desenvolvimento do assunto.

Observa-se que as Leis nº 10639/03 e nº 11645/08 têm impacto significativo nos livros didáticos de História, o que é perceptível no cuidado da escolha iconográfica, na apresentação de referências positivas de personalidades negras, na utilização de obras de africanistas e autores

renomados que tratam sobre a temática. Mesmo seguindo uma perspectiva eurocêntrica, há um maior espaço para se trabalhar o continente africano do que em livros didáticos de anos anteriores, bem como uma maior valorização da cultura e dos processos históricos de resistência dos negros na História do Brasil.

Porém, ainda se percebem, nas obras, a manutenção de alguns estereótipos e a ausência – como a necessidade – de um maior aprofundamento quanto à conceitos e políticas referente às questões raciais e ao desenrolar de suas consequências nos dias atuais, bem como de maior espaço para debate sobre as lutas e demandas da população negra no presente.

Diante dessas lacunas deixadas pelos livros didáticos, da falta de conexão das escolas com a realidade do estudante e o seu entorno (constatada na análise das dissertações que versam sobre a implementação da Lei nº 10639/03 em Feira de Santana), da falta de informação dos estudantes sobre a temática negra, principalmente numa perspectiva local (conforme observado no encontro com os discentes no Colégio Coriolano Carvalho) e do aparato acadêmico desenvolvido sobre a história do negro em Feira de Santana nos últimos anos, percebe-se a importância da produção de um material didático que trabalhe a temática negra numa perspectiva local.

Esse material pode se constituir num instrumento pedagógico, que contribuirá para um olhar mais crítico dos estudantes sobre a sua realidade ao problematizar a situação da população negra na cidade. Apresentar um olhar positivo sobre seus ancestrais, suas histórias e sobre as contribuições e experiências de vida da população negra permitirá uma maior valorização da cultura negra local, bem como trará referências que contribuirão na construção da identidade negra dos estudantes feirenses.

3- CONSTRUÇÃO DO MATERIAL DIDÁTICO

3.1- O MATERIAL DIDÁTICO E A LEI Nº 10639/03

Segundo Circe Bittencourt (2008, p. 298), os materiais didáticos são mediadores importantes no processo de construção do conhecimento e facilitadores da apreensão de conceitos. Nesse sentido, a escolha do material didático a ser trabalhado em sala de aula é um ponto estratégico fundamental na relação de ensino e aprendizagem, pois envolve diretamente o comprometimento do professor e da comunidade escolar com a formação do estudante. Ou seja, a escolha do material didático revela-se uma questão política.

Tendo em vista o contexto de implementação da Lei nº 10639/03, os livros didáticos e paradidáticos adotados nas escolas podem, por um lado, tornar-se instrumentos eficazes para o processo de ensino e aprendizagem das relações étnico-raciais, operando como signo da luta antirracista, valorizando a cultura afro-brasileira, sua estética, memória, conhecimentos e seus personagens, ou, por outro, atuar como reprodutores de uma realidade perversa, de um modelo excludente e preconceituoso de sociedade. Daí a importância da reflexão sobre o material didático e as suas abordagens frente ao ensino para as relações étnico-raciais.

Circe Bittencourt, ao analisar a grande diversidade de materiais didáticos utilizados no contexto escolar, divide-os em duas categorias: os documentos, definidos como materiais produzidos sem a intenção didática, mas que podem ser selecionados pelos professores e utilizados como uma ferramenta pedagógica em sala de aula, tais como os filmes, leis, cartas, fotografias, artigos de jornal e pinturas; e os suportes informativos, que, segundo a autora, correspondem a todo discurso produzido “com a intenção de comunicar elementos do saber das disciplinas escolares” (2008, p.296) e que são, portanto, construídos a partir de uma linguagem apropriada ao público escolar a que são direcionados. São exemplos de suportes informativos os livros didáticos e paradidáticos, atlas, dicionários, apostilas, vídeos e jogos educativos.

Munakata (1997, p.105), ao discutir a relação entre o livro didático e o paradidático, argumenta que, devido à limitação do livro didático e/ou à forma deturpada como os assuntos muitas vezes são veiculados nele, o paradidático pode ser empregado como complemento ou até substituição dos livros didáticos, podendo ser utilizado como material de consulta do professor ou como material de pesquisa e de apoio às atividades do educando. Segundo o autor,

O que define os livros paradidáticos é o seu uso como material que complementa (ou mesmo substitui) os livros didáticos. Tal complementação (ou substituição) passa a ser considerada como desejável, na medida em que se imagina que os livros didáticos por si sejam insuficientes ou até mesmo nocivos (MUNAKATA, 1997, p. 103).

O paradidático tem um papel importante no processo de ensino e aprendizagem, pois se constitui em um instrumento através do qual é possível verticalizar temas que precisam ser melhor trabalhados, explorar espaços e contextos específicos que o livro didático muitas vezes não consegue alcançar por conta de limitações que são próprias deste material e até mesmo reparar ausências ou problemas conceituais existentes no livro didático.

Apesar de a maioria dos estudos na área da educação para as relações étnico-raciais se debruçarem sobre a análise dos livros didáticos, alguns autores têm voltado a atenção para as formas de abordagem que os paradidáticos têm apresentado em relação a essas questões. Heloísa Lima, em seu artigo “Personagens negros: um breve perfil na literatura infanto-juvenil” (2005), chama a atenção para a leitura de imagens relacionadas à população negra que foram veiculadas em alguns livros da literatura infantojuvenil. Segundo a autora, a obra literária transmite mensagens não só por textos escritos, mas também por imagens, que constroem enredos e cristalizam as percepções sobre o mundo imaginado.

Os materiais analisados são edições de livros lançados entre os anos 40 e 80 do século XX, nos quais se pode observar a acentuada presença de estereótipos em relação ao negro. Lima demonstra que, nessas imagens, diversos personagens negros aparecem estereotipados, associados à escravidão, representados como seres passivos frente a repressão, desumanizados, com feições bobas e caricatas. Segundo a autora, essas características atribuídas às personagens negras, torna-se “uma das formas mais eficazes de violência simbólica” (p. 103) e certamente refletiram na formação dos estudantes de toda uma geração que utilizaram esses livros como fonte de aprendizado.

Fernando de Jesus, em sua dissertação “O Negro no Livro Paradidático” (2013), examina como foram tratadas as questões raciais em livros paradidáticos selecionados no Edital do Plano Nacional do Livro Didático – PNLD 2013 – Obras Complementares. Os três livros selecionados, “Capoeira” (Sônia Rosa), “Chiquinha Gonzaga” (Edinha Diniz) e “A Vida em Sociedade” (Raul Lody), tratam da temática negra e compuseram o acervo de paradidáticos oferecidos às escolas brasileiras no ano de 2013.

Na análise de Jesus, o livro “Capoeira”, lançado pela Pallas Editora, foi considerado adequado para o fim a que se destina, pois dispõe de ilustrações que privilegiam a ludicidade, desenvolve um linguajar de fácil entendimento e consegue apresentar a capoeira como elemento positivo da cultura negra. Além disso, a obra enfatiza o caráter democrático e o de resistência cultural da luta, ressaltando a especificidade histórica do surgimento da capoeira no contexto nacional. Porém, o autor avalia ser necessário colocar notas explicativas que informem aos leitores que a cultura é dinâmica e está em constante movimento, para evitar visões engessadas das maneiras de ser e agir dos sujeitos.

Já o livro “Chiquinha Gonzaga”, da Callis Editora, é considerado inadequado para uso cotidiano em sala de aula se usado como único meio de conhecimento. O autor aponta problemas nas ilustrações, que não realçam a negritude da personagem Chiquinha Gonzaga, e no enredo, que não problematiza o contexto escravista em que a personagem vive. A mãe de Chiquinha, Dona Rosa, mulher negra, sempre aparece dispersa em seus afazeres domésticos e é uma figura sem importância na narração da história. Nas falas e imagens, o autor percebeu que houve uma valorização do padrão burguês e, em algumas passagens, a linguagem do texto não está acessível ao público a que se destina. Assim, de acordo com Jesus, o livro necessita de revisão na escrita e nas ilustrações, para evitar identificações que estratifiquem os negros na condição de subalternidade e para que se tenha uma tônica de valorização de uma artista negra de sucesso, que foi Chiquinha Gonzaga, amplificando a identificação do povo negro com histórias positivas.

Em relação ao livro “A Vida em Sociedade”, Jesus analisa ser um material adequado para servir como ferramenta auxiliar no processo de ensino e aprendizagem nas escolas brasileiras. O livro traz textos e fotografias que valorizam as diferentes formas culturais marcadas em diversos países africanos, preparando o olhar do estudante para se familiarizar com diversas maneiras de se viver em sociedade. Além disso, busca valorizar a cultura e a estética africanas através das tradições, como também constrói aproximações entre o Brasil e os países africanos no que tange ao legado deixado da África para o Brasil.

Segundo o autor, o mercado editorial brasileiro, bem como as políticas de avaliação e adoção de livros didáticos e paradidáticos, proporcionou uma melhora física e de conteúdo dos materiais que chegam às escolas, comparando com os livros de décadas anteriores. Entretanto, no que se refere à incorporação da História da África e dos afrodescendentes, esses materiais ainda apresentam limitações. O autor revela a necessidade de uma maior atenção na seleção das

produções, por parte dos órgãos governamentais pois podem trazer diversos danos à formação da identidade dos estudantes.

Ana Beatriz Thomson, em sua dissertação “Os paradidáticos no ensino de história: ideias e experiências de professores da educação básica” (2016), trata do uso de paradidáticos por professores da educação básica em escolas públicas e particulares de Londrina, Paraná.

Segundo a autora, tais professores reconhecem o papel e a importância desses recursos para as aulas de História, pois acreditam que podem proporcionar maior ludicidade, acesso a diferentes contextos e, no caso dos literários, também podem ser utilizados como fontes históricas. De acordo com os docentes entrevistados, a experiência da utilização do paradidático em sala de aula enriquece o aprendizado e também transforma a sala em um ambiente mais descontraído e criativo, já que, através do material, os estudantes identificam uma outra forma de ver a história. Além disso, conforme os mesmos docentes, foi possível perceber que, através do trabalho com paradidáticos, há um interesse maior por parte dos estudantes, por permitir uma vinculação mais próxima com a realidade deles.

Ao analisar a utilização dos livros paradidáticos em escolas públicas e particulares, a autora constata que, na rede particular, o cotidiano “apertado” de conteúdo e as exigências curriculares acabam limitando a utilização de materiais diferenciados; então, esses livros acabam sendo utilizados esporadicamente, apenas como forma de variar os modelos metodológicos nas aulas. Já no contexto das escolas públicas, a adesão ao uso de paradidáticos mostrou-se com maiores possibilidades se considerada a questão curricular; contudo, nesses espaços, estão presentes outros fatores limitantes, como a questão do preço elevado dos livros e a pouca quantidade de obras disponibilizadas pelos programas nacionais de distribuição de materiais didáticos.

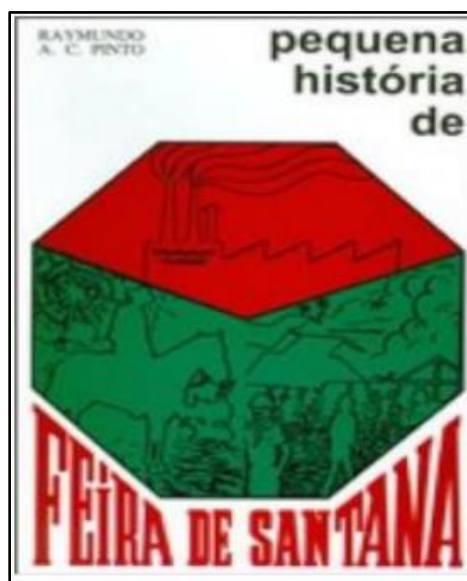
Em relação ao uso de paradidáticos relacionados à Lei nº 10639/03, Thomson revela que o contato dos docentes com materiais relacionadas à temática negra é escasso. Mais da metade dos professores entrevistados afirmaram não ter conhecimento sobre obras relacionadas à História da África e afro-brasileira ou apresentaram ideia superficial sobre elas, mas asseguram que seria uma boa opção para o trabalho.

Todos esses estudos foram importantes para a confecção do material didático, pois ajudaram a compreender não somente as possibilidades, mas também as dificuldades da utilização desse recurso em sala de aula, bem como auxiliaram a desenvolver uma percepção mais atenta à construção de imagens, conceitos e abordagens da temática negra nos livros paradidáticos.

No intuito de refletir sobre como a população negra é retratada nos materiais didáticos que versam sobre a História de Feira de Santana, analisarei brevemente alguns paradidáticos que abordam a história local de Feira, avaliando a forma como esses livros trabalham textos e ilustrações referentes à temática negra.

O livro “Pequena História de Feira de Santana”, de autoria do Bacharel em Direito e Professor de História Raymundo A. C. Pinto, foi lançado em 1971 e teve reedição em 2011 pela Fundação Senhor dos Passos. O livro contém 172 páginas e na reedição foi preservado o texto original, sendo modificados apenas erros de ortografia e alguns equívocos referentes a datas. Segundo o autor, a motivação para fazer o livro, na época, foi contemplar os programas de História que preconizavam o ensino de noções da História do Município, pois os estudantes e professores tinham dificuldade para encontrar materiais que cumprissem o referido programa.

Figura 10- Capa do livro Pequena história de Feira de Santana



Fonte: Pinto, Raymundo Antonio Carneiro. Pequena história de Feira de Santana. Feira de Santana. Fundação Senhor dos Passos, 2011. 178p.

A “Pequena história de Feira de Santana” é contada através de um diálogo entre um professor, denominado Raymundo, provavelmente personagem que representa o autor do livro, e um adolescente negro, denominado Zé Curioso, com idade de 12 anos e com o curso primário completo, embora ministrado de modo insuficiente, que se interessa em saber sobre a história da cidade e vai em busca do professor para sanar suas dúvidas.

O livro traz algumas inovações, como a história ser escrita em forma de diálogo (para facilitar a compreensão dos estudantes) e apresentar-se em ordem cronológica inversa, partindo do presente para o passado (no intuito de começar por assuntos que o estudante já conhece). Apesar das inovações, a narrativa da história é focada na memória política da cidade e na vida e ações dos intendentes, coronéis, comandantes e prefeitos do município.

Em relação à temática negra, em diversas passagens do livro, foram constatados diálogos nos quais fica evidente a ideologia de inferiorização das culturas não brancas, como no trecho em que o professor explica ao estudante conceitos de política e administração:

Em todo agrupamento humano, seja ele composto de pessoas de cultura bem inferior-como os indígenas, ou de indivíduos altamente civilizados, há sempre uns poucos que governam e a maioria que lhes deve obediência (2011, p. 34).

Em outra passagem, ao falar sobre a diversidade religiosa na cidade, citando as religiões de origem africana, Pinto relata que “Há muitos anos passados – como você deve saber – negros eram trazidos da África para serem escravos aqui. Grande número deles conservaram a sua primitiva religião.” (p. 41). Além dessas passagens, foram encontradas expressões de cunho racista como “aí as coisas ficam pretas” (p. 76), referindo-se a uma situação ruim, desconfortável.

Em todo o livro, só foram encontradas referências diretas ao negro em Feira de Santana no momento em que o autor produziu um breve relato sobre a vida de Lucas da Feira (p. 135-139), explicando que, apesar da fama ruim de bandoleiro e salteador, os estudos que surgiam na época demonstravam que o meio social e a condição de escravizado influenciavam no comportamento de Lucas, apontando também qualidades como coragem e liderança. Porém, em meio à contextualização, para o estudante, do período que envolvia Lucas da Feira, o professor generaliza e simplifica a situação do negro, afirmando que “Naquela época todas as pessoas de cor preta tinham de ser escravas” (p. 138).

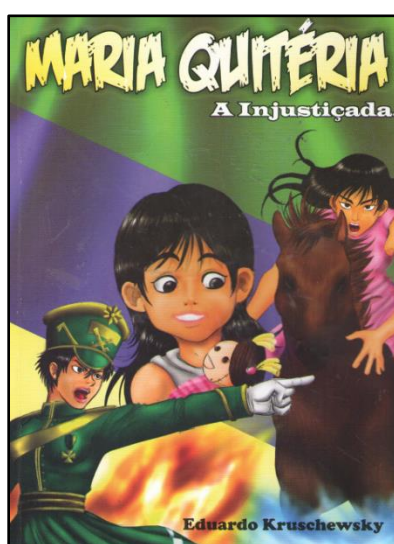
Apesar de o livro ter um garoto negro como um dos protagonistas da narrativa e falar da história de uma cidade onde a população é majoritariamente negra, o negro é invisibilizado em quase todo o texto e, por vezes, tratado de forma pejorativa. Segundo Ana Célia Silva (2004), referência importante nesta pesquisa, “A visibilidade real de ser maioria e a invisibilidade ideal projetada nos livros, nos outros materiais pedagógicos, instituições e meios de comunicação de massa desenvolvem um conflito de identidade e de existência entre os negros.” (p. 68).

Eduardo Kruschewsky é autor de dois livros que tratam sobre a história e personagens de Feira de Santana, são eles: “Maria Quitéria: A injustiçada” (publicado em 2008, com sua 3ª edição

em 2012) e “Feira de Santana: do nascimento à emancipação” (publicado em 2012, com 2ª edição em 2013). Os dois materiais didáticos apresentam ilustração no modelo história em quadrinhos, no estilo mangá.

O livro “Maria Quitéria: A injustiçada” trabalha a narrativa sobre a vida da personagem histórica Maria Quitéria (1792-1853), trazendo desde seu nascimento e infância no sítio Licolizeiro, em São José das Itapororocas (região do início do povoamento de Feira de Santana), sua luta na Guerra de Independência, até seu falecimento.

Figura 11- Capa do material didático Maria Quitéria: A Injustiçada



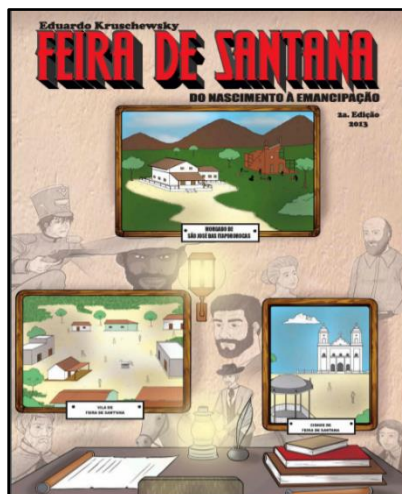
Fonte: KRUSCHEWSKY, Eduardo. Maria Quitéria: A Injustiçada. 3ª edição. 2012.

Em toda a narrativa, poucas vezes aparecem personagens negros. É relatado que, na fazenda onde Maria Quitéria nasceu, existiam cinco pessoas escravizadas, sendo uma delas José. Ele aparece trabalhando na fazenda e, em uma passagem rápida do enredo, trazendo a parteira, que também é negra, para o nascimento de Quitéria. É mencionado que o pai de Maria Quitéria teve filhos com mulheres escravizadas, mas eles não apareceram na história. E, por fim, a população negra é citada brevemente no final da Guerra de Independência, compondo a última divisão de soldados, descalços e extenuados, juntamente com os indígenas e voluntários. Ou seja, a população negra não tem participação efetiva na narrativa

O livro “Feira de Santana: do nascimento à emancipação” narra a história de surgimento da cidade de Feira de Santana, partindo do descobrimento do Brasil, passando pelo povoamento das

terras do sertão e a construção do Morgado de São José das Itapororocas, chegando à Fazenda de Santana dos Olhos D'Água, até sua consolidação como cidade, em 1873.

Figura 12- Capa do material didático *Feira de Santana: Do nascimento à emancipação*



Fonte: KRUSCHEWSKY, Eduardo. *Feira de Santana: do nascimento à emancipação*. 2a edição. 2013

Nas ilustrações e no enredo, os brancos são associados a desbravadores, povoadores e são colocados como os principais responsáveis pelo desenvolvimento da região. Os indígenas são postos como selvagens que vem o progresso dos brancos como uma ameaça, sem haver a devida problematização de todas as formas de opressão sofrida por esses povos pelos colonizadores. E a população negra aparece apenas em 4 momentos de toda a história: no primeiro, como negros(as) escravizados, com correntes, cabisbaixos, desembarcando nos portos de Salvador para servir de mão de obra; no segundo, aparece como uma figurante na ilustração da feira livre; por fim, em duas passagens que falam sobre Lucas da Feira, na primeira, o autor destaca personagens que marcaram a história local, trazendo Maria Quitéria como grande heroína das lutas de Independência da Bahia e logo depois Lucas da Feira, com os seguintes dizeres:

Mas, a Feira de Santana não só tinha heróis. Existiu ali um escravo que se tornou bandoleiro. O nome dele era Lucas Evangelista, mais conhecido como Lucas da Feira. Este homem durante anos causou terror à região de Feira, até ser preso e enforcado em praça pública (p. 28).

A última passagem em que aparece um personagem negro é a cena em que Lucas é enforcado por seus crimes.

Apesar das inovações trazidas nos materiais didáticos quanto à forma de apresentação dos textos ou das ilustrações, a população negra – expressivamente presente na formação de Feira de

Santana – é omitida tanto no processo histórico e cultural quanto econômico da cidade, posta apenas como um povo escravizado e descrita em citações depreciativas.

Zamboni (1991) ao investigar a dicotomia entre a forma e o conteúdo nos livros, no caso dos paradidáticos de História, diz que:

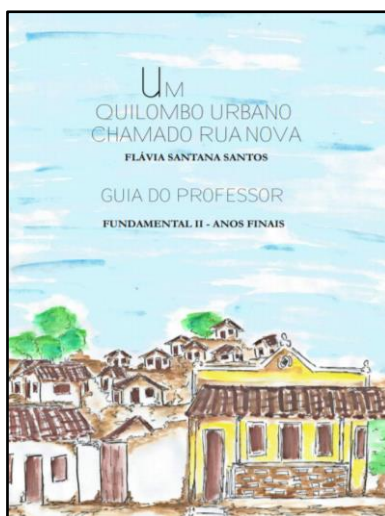
(...) apesar da ênfase com que é veiculada à relação entre paradidático e inovação pedagógica, ela não se concretiza em termos reais. Isto porque o simples emprego de uma técnica discursiva (seja história em quadrinhos, documentos ou narrativa ficcional) considerada a priori como inovadora, seja no sentido de não usual, seja no sentido de facilitadora da percepção, não define a produção da mudança cultural (...) (p. 201)

Portanto, apesar das inovações dos livros paradidáticos, a história veiculada continuou sendo aquela exaltadora de heróis, reforçadora dos laços de dominação e excludente da população negra.

Percebe-se a necessidade de ressignificação desses textos e imagens, pois a invisibilidade da população negra e a falta de protagonismo nas histórias podem fazer com que se internalize uma visão pejorativa sobre o negro.

Em 2016, a então mestranda Flávia Santana Santos produziu o material didático “Um Quilombo Chamado Rua Nova”, apresentado como produto final do Mestrado Profissional em História da África, da Diáspora e dos Povos Indígenas (UFRB).

Figura 13-Capa do material didático Um Quilombo Urbano chamado Rua Nova



Fonte: SANTOS. Flávia Santana. Um Quilombo Urbano chamado Rua Nova.2016

O paradidático, considerado pela autora como um romance histórico, é direcionado aos estudantes do ensino fundamental II (anos finais) e trabalha a temática negra aliada à história de formação do bairro da Rua Nova, destacando em seu enredo os aspectos sociais e culturais da

localidade, utilizando a memória dos próprios moradores do bairro como elemento principal de construção da narrativa.

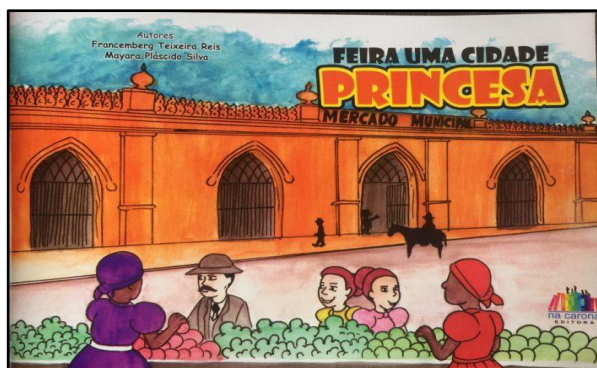
Segundo Santos, a escrita do paradidático foi pensada para preencher a lacuna deixada pela ausência de materiais didáticos e paradidáticos que primem por registrar histórias das populações pobres, aglomeradas nos subúrbios da cidade e que infelizmente não tiveram acesso à historicidade do seu lugar. Por isso, buscou construir uma narrativa do ponto de vista da população negra, trazendo as vozes que muitas vezes foram silenciadas em todo o processo histórico da cidade de Feira de Santana.

O livro descreve a história do bairro e das vidas dos moradores, demonstra a movimentação da população que trabalha no centro da cidade para o bairro Rua Nova, fala da relação dessas pessoas com a feira livre e também da cultura negra da localidade, além de problematizar a forma como foi construído o discurso discriminatório sobre o bairro Rua Nova.

Esse suporte pedagógico possibilita percebermos a trajetória da população negra na construção da cidade e na formação do bairro, trazendo o negro como protagonista do processo histórico de formação de Feira de Santana.

Em linha semelhante, o livro “Feira uma cidade Princesa”, produzido em 2018, também propõe dar visibilidade à participação da população negra na formação da história da cidade, o que se percebe tanto na sua narrativa quanto na sua iconografia. O material didático tem como público alvo os estudantes do ensino fundamental e foi dividido em dois momentos: Povoamento de Feira de Santana (de autoria de Francemberg Reis) e Feira Livre (de autoria de Mayara Pláscido Silva).

Figura 14- Capa do material didático Feira uma cidade princesa



Fonte: Reis, Francemberg T.; Mayara Pláscido Feira uma cidade Princesa. Feira de Santana. Editora Na Carona, 2018

Ao falar de povoamento, Reis inicia a narrativa a partir da história dos índios Paiaiás, vistos como os primeiros habitantes da região, problematizando a relação conflituosa destes com os colonos.

A população negra escravizada da região é vista como a principal força de trabalho, exercendo uma diversidade de ocupações na agricultura e pecuária e como escravos de ganho. A narrativa dá relevância às formas de resistência, por parte dos negros, contra a opressão do sistema escravista. Além da população escravizada, são demonstrados os trabalhadores livres ou libertos em funções de vaqueiros e roceiros.

A obra traz personagens que marcaram a memória local de Feira, como Maria Quitéria e Lucas da Feira, mas, diferente do livro “Feira de Santana: do nascimento à emancipação”, que demonstra um olhar meramente pejorativo sobre o personagem Lucas da Feira, as ações de Lucas são problematizadas e postas como reação contra a sua condição de escravizado.

Ao tratar da feira livre, é dada primazia à participação de figuras como os vaqueiros, tropeiros, ceramistas, negociantes, vendedores, ambulantes e quitandeiras, demonstrando a importância desse espaço para o desenvolvimento do município.

Ao referir-se ao Período Republicano, são destacados os ideais de civilidade presentes no município no período, as perseguições em relação aos costumes, a retirada da população negra, rural e sertaneja do centro da cidade e o deslocamento destes para os bairros suburbanos, revelando um projeto racista e excludente contra essa população. Na maioria das ilustrações, predominam imagens de pessoas negras e, em toda a narrativa, é perceptível a visão positivada da população negra enquanto parte fundamental do desenvolvimento da cidade.

Além dos paradidáticos supracitados, encontrei mais dois materiais que trabalham a história de Feira de Santana, apesar de não serem pensados para a sala de aula.

O livro “Quitéria e o bando de Cleonice” (2015), do autor Alberto Peixoto, é uma obra literária de ficção, mas que também trata de fatos históricos. A história se passa em Feira de Santana e trabalha simultaneamente as narrativas de vida de Cleonice e Maria Quitéria.

Cleonice é uma mulher escravizada, que, ao fugir de uma fazenda da região, esconde-se no Quilombo Matinha dos Pretos, onde encontra Saturnino, que mais tarde torna-se seu companheiro, além de outros negros. Lá se formou o Bando de Cleonice, grupo que se tornou conhecido por assaltar pessoas da vila de São José das Itaporocas. Em relação a Maria Quitéria, heroína

conhecida por sua historiografia, são trazidas histórias que retratam desde a sua infância na fazenda Licolizeiro até o momento em que ela se voluntaria para lutar na Guerra de Independência.

Figura 15- Capa do livro Quitéria e o Bando de Cleonice



Fonte: Peixoto, Antônio Alberto. Quitéria e o Bando de Cleonice. Feira de Santana. Bahia: Tonys, 2015.

As histórias das duas mulheres são contadas em capítulos intercalados, até o encontro das duas na Guerra de Independência da Bahia, quando Maria Quitéria oficialmente ingressa nas Forças Armadas usando a identidade de homem e Cleonice entra na batalha de maneira clandestina. As duas então se unem e combatem juntas os portugueses.

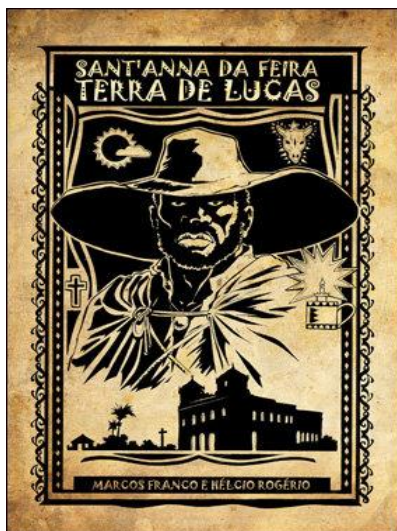
O livro é interessante, pois demonstra uma possibilidade criativa de trabalhar a história e memória de um personagem histórico da região ao mesmo tempo que, com a ficção, promove o reconhecimento e a valorização do protagonismo negro. Porém, nesse material, também foram encontrados alguns estereótipos, como a forma caricata do falar de Cleonice e dos negros que a acompanham.

O livro “Sant’Anna da Feira Terra de Lucas”, de Marcos Franco e Hélio Rogério, foi lançado em 2012, é escrito no formato de história em quadrinhos e narra a vida de Lucas da Feira.

A história tem início em 1846, quando é ordenada a prisão de Lucas. A trama se passa com ele já preso, recordando fatos de sua vida – como a infância na condição de escravizado, sua fuga da fazenda Saco de Limão e a formação do seu bando. Na história, são recordados momentos em

que Lucas da Feira foi um benfeitor e outros nos quais agia de forma violenta. Enquanto isso, no tempo presente, vê-se a captura, condenação e execução dele.

Figura 16- Capa do livro Sant'Anna da Feira: Terra de Lucas



Fonte: FRANCO, Marcos. Sant'Anna da Feira: Terra de Lucas. Feira de Santana, 2012.

Os dois livros citados possuem enredos instigantes, que trazem a figura do negro como protagonista nas histórias, mas possuem algumas adjetivações e cenas não apropriadas para certas idades e séries, sendo desaconselhável para menores de 16 anos, não se configurando, portanto, como suporte didático.

Percebe-se que, em alguns paradidáticos, ainda são encontrados silenciamentos em relação à história da população negra na cidade e cristalização de estereótipos em suas mensagens e ilustrações. Porém, outros demonstram grandes avanços na discussão sobre as contribuições do negro em Feira, trazendo uma perspectiva crítica.

Outro ponto a ser observado é a escassez de materiais didáticos sobre a história local de Feira de Santana que coadunem com a Lei nº 10639/09. Apenas dois, dos sete materiais encontrados, são considerados apropriados para a utilização em sala de aula, por promoverem positivamente a imagem da população negra e darem visibilidade ao protagonismo desta.

Dessa forma, a construção do material didático “A Feira Negra: construindo as nossas histórias” tem a perspectiva de contribuir com a divulgação da história do povo negro em Feira de Santana, fazendo com que os estudantes tenham referências próximas ao seu contexto e que desenvolvam cada vez mais a ideia de pertencimento histórico do negro à cidade, colaborando com

a desconstrução de estereótipos referentes à população negra e com a afirmação da identidade negra dos estudantes das escolas da cidade.

3.2- A CONSTRUÇÃO DO PARADIDÁTICO

A produção de um material didático envolve processos que passam por vivência escolar, análises conceituais, bibliográficas e conjunturais, seleção de temas, adequação de linguagem ao público alvo, definição da materialidade do livro, entre outros. E, no delinear desse caminho, diversos autores e experiências foram essenciais para a criação e desenvolvimento do material didático “A Feira Negra: construindo as nossas histórias”.

O contato com os estudantes na intervenção em sala de aula do Colégio Estadual Coriolano de Carvalho demonstrou, entre outros pontos, que é real a necessidade da utilização de materiais didáticos que abordem de forma positiva o papel da população negra dentro da história de Feira de Santana e que a abordagem a partir das situações vivenciadas pelo estudante facilita o desenvolvimento da discussão sobre a temática negra.

A falta de referências sobre a história da população negra na cidade e a predominância de estereótipos do senso comum sobre o povo negro foram identificadas em falas dos estudantes, evidenciando a necessidade de uma desconstrução da imagem negativa relativa a negros e negras a partir da valorização histórico-social desses indivíduos. Além disso, percebeu-se que, durante as atividades, os momentos de maior interação ocorreram quando foram trabalhadas imagens de locais e pessoas que fazem parte do cotidiano dos estudantes. Essa experiência mostrou que levar o dia a dia dos estudantes para a sala de aula, para o material didático, trabalhar o olhar sobre realidades próximas como o bairro e a feira livre, problematizar a questão negra no cotidiano, tudo isso torna o conhecimento mais significativo e mais acessível, auxiliando na construção da identidade negra dos estudantes.

A escuta dos professores também foi imprescindível para a construção do livro, considerado o fundamental papel que o docente exerce no processo de mediação do conhecimento. No dia da intervenção em sala de aula, tive a oportunidade de apresentar, rapidamente, a proposta do material didático para três professores de História, do Ensino Fundamental, no momento de intervalo entre as aulas. Os professores receberam a proposta de forma positiva, principalmente pela perspectiva do trabalho da identidade negra aliada à história local de Feira, e apresentaram possibilidades de utilização do material como projeto semestral.

Além de contribuir com o que prescreve a Lei nº 10639/03, as temáticas do material didático também foram pensadas no intuito de facilitar a articulação com as questões do cotidiano escolar como os assuntos geralmente trabalhados nos currículos e com as habilidades preconizadas pela Base Nacional Curricular Comum (BNCC) para o 8º e 9º anos. Assim, em consonância com esses parâmetros, estão presentes assuntos que permitem: identificar e relacionar aspectos das estruturas sociais da atualidade com os legados da escravidão no Brasil e discutir a importância de ações afirmativas; identificar as permanências na forma de preconceitos, estereótipos e violências sobre as populações negras; identificar os mecanismos de inserção dos negros na sociedade brasileira pós-abolição; e discutir a importância da participação da população negra na formação econômica, política e social do Brasil (no caso, na perspectiva local de Feira de Santana).

O levantamento e a análise das produções acadêmicas sobre o negro em Feira de Santana foram fundamentais para embasar e definir as questões a serem tratadas no livro, visto que os estudos acadêmicos encontrados versam principalmente sobre temáticas referentes a: história da escravidão no município; experiências negras nos primeiros anos da República; comunidades negras rurais; cultura e religiosidade negra. Foram referenciados principalmente autores como Freire (2007), Nascimento (2009), Jesus (2015), Silva (2012), Oliveira (2010), Mota (2008) e Miranda (2014), entre outros.

Para a confecção do material, além das teses e dissertações sobre a historiografia do negro na cidade de Feira de Santana, foram consideradas discussões como a de Henrique Cunha Júnior em “Bairros negros: identidade e educação”, que vê os bairros negros como territórios onde vivem populações de maioria negra as quais estabelecem relações sociais, manifestam suas culturas e seus modos de vida próprios da coletividade negra. O autor defende que as especificidades desses bairros negros devem ser consideradas e problematizadas no processo educacional.

As concepções de João José Reis, em seu livro “Negociações e Conflitos: resistência negra no Brasil” (1989), ajudaram a pensar as formas de resistência escrava em Feira de Santana. Em seu estudo, Reis sugere que, em meio à violência presente no escravismo, existia espaço de barganha e negociação, como a negociação da alforria, a construção de uma vida familiar como sinônimo de resistência, a possibilidade de cultivar uma roça complementar etc.

As discussões trazidas por Mayara Plácido e Clóvis Ramaiana foram importantes para perceber como se construíram os discursos dos ideais de civilidade em Feira de Santana e como

eles serviram de aparato para a repressão e marginalização da população pobre e negra do centro de Feira de Santana na primeira metade do século XX.

A leitura de autores que trabalham o tema quilombo – como Flávio dos Santos Gomes, em “Mocambos e Quilombos” (2015), que trata dos diversos aspectos dos quilombos e comunidades negras rurais atuais, Kabengele Munanga, em “O negro no Brasil de hoje”(2016), que tece comentários sobre as similaridades entre os quilombos africanos e os brasileiros, e Lourdes Carril, em “Quilombo, favela e periferia” (2006), que analisa a identificação da periferia com quilombo – foram estudos vitais para a construção do material didático.

Nesse âmbito, o livro foi dividido em quatro partes: o primeiro capítulo, “A Feira negra”, trabalha a relevância cultural e demográfica da população negra em Feira de Santana, abordando as possíveis origens dessa população na região, problematizando aspectos como o racismo na sociedade atual e as resistências no período escravista. O segundo capítulo, “A antiga Feira e o povo negro”, demonstra as experiências de trabalho e moradia da população negra na primeira metade do século XX e a repressão dos costumes no contexto de implementação dos ideais de civilidade no município. No terceiro capítulo, “Quilombos da Feira”, são apresentados dois territórios negros da cidade, o Distrito Matinha dos Pretos e o bairro Rua Nova, com as histórias, lutas e tradições da população dessas localidades. E o quarto e último capítulo, são apresentados grupos culturais, personalidades históricas, artistas, professores, escritores, pessoas atuantes em movimentos sociais de Feira de Santana, no intuito de divulgar algumas referências negras positivas da cidade.

Percebe-se que foram trabalhados diversos aspectos que constituem a Feira Negra, tais como a história da cidade que é intimamente ligada à população negra, os territórios urbanos e rurais que têm seu passado ligado à ancestralidade africana, e as pessoas e grupos culturais que representam parte da luta e da força desse povo. O objetivo do livro é oferecer múltiplos recursos para que os estudantes (re)conheçam referências históricas, espaciais e de personalidades negras, contribuindo assim com o desenvolvimento de um olhar crítico e aguçado sobre a negritude presente na cidade, para que, desse olhar, esses estudantes também possam criar as suas próprias referências.

Em relação à estrutura do livro, é importante comentar que todos os capítulos são iniciados com uma abordagem ligada à realidade de Feira, valorizando conhecimentos que os estudantes já

trazem consigo no que se refere à cidade. Além disso, no decorrer do texto, são levantadas questões no intuito de provocar a curiosidade e instigar a participação do(a) leitor(a).

No final de cada capítulo, foram propostos momentos de discussão e de atividades. No tópico *#Trocando uma ideia!* estão dispostas questões para debate em sala de aula, envolvendo temas como a invisibilidade do negro na história da cidade, a intolerância religiosa e a falta de valorização da cultura negra.

Já no tópico *#Construindo as nossas histórias!*, é proposta a criação de um perfil no *Instagram* através do qual os estudantes divulguem a história da população negra em Feira de Santana, postando imagens antigas e atuais referentes a essa temática, elaborando textos com reflexões sobre a importância da população negra no desenvolvimento da cidade, explorando e divulgando manifestações culturais, religiosas e personalidades negras do próprio bairro, construindo assim referências negras a partir de suas vivências.

Com objetivo de promover uma leitura mais convidativa, facilitando a compreensão do assunto, optou-se pelo uso da linguagem mais coloquial em todo o suporte didático.

Com relação à ideia de “suporte”, Munakata (1997) discute a influência que a obra recebe por conta da sua materialidade, ou seja, entre o ato de escrever e a chegada até o leitor, existe o suporte, que é o objeto que comunica a mensagem. A escolha do formato, ilustrações, tamanho do livro e diversas outras características influenciam na percepção do leitor sobre a obra. Munakata revela, portanto, que, além de pensar na estratégia de escrita e no público que se quer atingir, deve-se pensar nas nuances do suporte em que o texto se comunicará.

Assim, inicialmente, optei apenas pela produção de um material impresso, considerando o fato de que, mesmo com o amplo uso das tecnologias digitais no contexto atual, o principal recurso didático utilizado pelo professor do nível básico continua sendo o impresso, que não requer equipamento tecnológico para sua utilização.

Porém, após realizar os encontros com estudantes do Ensino Fundamental II – nos quais foi possível perceber, além da dificuldade dos estudantes para o acesso a materiais didáticos impressos, a utilização regular das tecnologias digitais, por parte de estudantes e professores, para estudo e como recursos dinamizadores das aulas – resolvi fazer também o material em formato *e-book*.

Em decorrência do avanço e da multiplicação das tecnologias de informação e comunicação, como também do crescente acesso a computadores e celulares, os estudantes estão cada vez mais inseridos nessa cultura digital, não somente como espectadores, mas também como

protagonistas. Considerando essa realidade, o livro traz a indicação de diversos *links* no tópico “Se liga” para os estudantes explorarem na internet maiores informações (vídeos, perfis no *facebook*, *youtube* etc) sobre os assuntos abordados no livro, e as atividades do material didático propõem a utilização de redes sociais para a exposição do conhecimento.

As imagens do livro foram pensadas no sentido de levar ao leitor diversas referências visuais da população negra de Feira de Santana. Utilizaram-se alguns documentos no corpo do texto, como recortes de jornais, trechos de carta de alforria, gráficos e fotografias antigas, abrindo possibilidades para o professor explorar esses recursos.

A ilustração da capa foi produzida por Gabriel Ferreira que é natural de Tanquinho, artista plástico negro, que já expos diversos trabalhos em Feira de Santana. Ele buscou demonstrar a representatividade negra no município recorrendo à imagem de um rosto feminino negro sobreposto ao mapa da cidade, simbolizando a Feira tomada pela negritude, em suas vias e localidades, em sua história e na demografia. A feição feminina pintada com as cores da bandeira da cidade (vermelho e verde) representa o rosto da Princesa do Sertão.

Figura 17-Ilustração da capa do material didático Feira Negra: Construindo as nossas histórias.



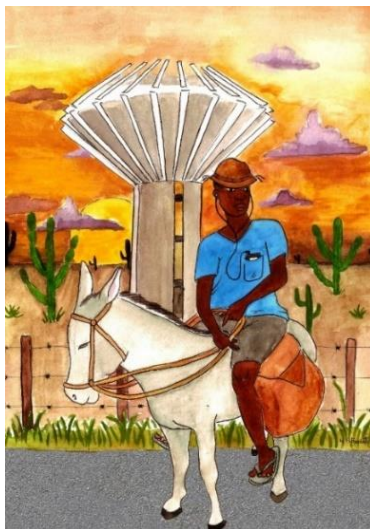
Fonte: Arquivo pessoal

Na abertura dos capítulos, também são apresentadas ilustrações, da artista Maria Strudth, que é negra, feirense e egressa do curso de Artes Visuais do Centro de Artes, Humanidades e Letras da UFRB. Para compor as imagens, Strudth usou elementos que representam os assuntos tratados no livro, montando um cenário convidativo para a introdução de cada capítulo.

No primeiro capítulo, que trata tanto da atualidade, como das origens da população negra cidade, a ilustração traz referências do presente/passado, rural/sertanejo/urbano, demonstrando o

negro como sujeito principal no cenário. Além disso a ilustração remete à representação dos tropeiros e a à ideia de começo de viagem sugerindo o início da trajetória pela história do livro.

Figura 18-Ilustração do primeiro capítulo do material didático



Fonte:Arquivo pessoal

A segunda e terceira ilustrações demonstram respectivamente o protagonismo da população negra na feira livre e na formação cultural da cidade (representado no samba de roda no Quilombo Rural Matinha dos Pretos).

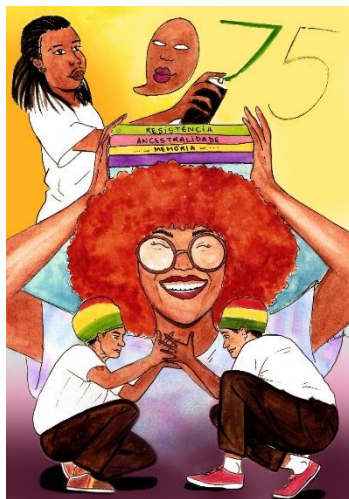
Figura 19-Ilustração da abertura do segundo e terceiro capítulo do material didático



Fonte: Arquivo pessoal

Por fim, na última ilustração, foram feitas colagens com personalidades negras que atuam em Feira de Santana desenvolvendo trabalhos que “conversam” com a juventude – como grafite, capoeira e *marketing* digital (*influencer digital*) –, no intuito de voltar o olhar do estudante para a discussão das referências negras feirenses e demonstrar o jovem também como protagonista da construção da história da população negra na cidade.

Figura 20-Ilustração de abertura do quarto capítulo do material didático



Fonte: Arquivo pessoal

O livro possui 73 páginas, composto nas tipografias Cardenio Modern, KH Blackline Script e Gotham, impresso em formato 14 x 21 cm, em papel chamblil reciclado 90g/m², pela Andarilha Edições e costurado pelas mãos do Alinhavos.

4- CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Caminhante, não há caminho, o caminho se faz ao caminhar”

Antônio Machado

A construção de um material didático é um grande desafio. Apesar de todo o suporte conceitual e pedagógico fornecido pelo mestrado, pelos professores das disciplinas e pelas conversas nos momentos de orientação, experienciar a confecção de um instrumento pedagógico foi um aprendizado cheio de sentimentos e conflitos, mas que se constituiu em um exercício muito importante, considerada a premente necessidade de se pensar estratégias que contribuam com a educação voltada para as relações étnico-raciais e com o combate ao racismo.

As análises no decorrer desta pesquisa permitiram a percepção de vários avanços relacionados à implementação da Lei nº 10639/03 na educação, como uma maior sensibilização da comunidade escolar sobre a importância das atividades voltadas à educação para as relações étnico-raciais e modificações nas abordagens dos livros didáticos. Porém, ainda estão presentes diversos entraves, como a insuficiência de materiais didáticos que contemplem a diversidade étnica local de Feira de Santana, a recorrente utilização de datas comemorativas como forma pontual e simplificada para trabalhar a temática negra, o pouco envolvimento da escola com as vivências dos estudantes (que são, em sua maioria, negros), assim como com as comunidades do seu entorno.

Dessa forma, o livro “A Feira Negra: construindo as nossas histórias”, por trabalhar o protagonismo negro na história cidade e por problematizar a situação vivida pela população negra atualmente, constitui-se num instrumento pedagógico que contribuirá para um olhar mais crítico dos estudantes sobre a sua realidade. A apresentação de uma visão positivada da história de seus ancestrais, das formas de lutas e de resistências, das contribuições para o desenvolvimento da cidade e da riqueza da cultura negra local auxiliará na construção da identidade negra dos estudantes.

Mas, para que isso aconteça, é necessário que esse material chegue às escolas, às mãos dos professores e dos estudantes. Assim, vislumbrando a real utilização do material, pretendo disponibilizar o livro em versão *e-book* e promover a socialização do trabalho entre professores de colégios em Feira de Santana. Além de divulgar o material, pretendo, sobretudo, convidar os professores e pesquisadores para que sejam protagonistas de projetos semelhantes, visando diminuir a carência de produções didáticas pedagógicas envolvendo a temática negra no município.

A confecção do material tem o intuito principal de abrir perspectivas para o desenvolvimento de mais trabalhos, almejando que outras estratégias, projetos, livros sejam produzidos, a fim de que sejam percebidas as potencialidades que o trabalho com a história da população negra em Feira de Santana pode oferecer.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Sílvio Luiz de. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte (MG): Letramento, 2018.
- ANDRADE, Celeste Maria Pacheco. **Origens do povoamento de Feira de Santana: um estudo de história colonial.** Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1990.
- ANUÁRIO ESTATÍSTICO DE FEIRA DE SANTANA.v.3. p. 606, Feira de Santana: CDL, 2012.
- ARAÚJO, Maria Santana de. **A Lei 10639/03 em Feira de Santana - Ba: Percursos e visões do Conselho Municipal e das escolas na efetivação das políticas afirmativas (2003/2012),** Dissertação Mestrado em Educação). Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2018.
- BAHIA. Secretaria de Cultura do Estado da Bahia. Assessoria de Comunicação. **Catálogo Carnaval Ouro Negro.** Salvador, 2011.
- BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de História: Fundamentos e métodos.**2ª edição. São Paulo: Cortez, 2008.
- BRASIL. **Lei 10.639 de 09 de janeiro de 2003.** Inclui a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Africana” no currículo oficial da rede de ensino. Diário Oficial da União. Brasília, 2003.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria Especial de Políticas de Promoção de Igualdade Racial. **Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino da História e Cultura Afro-brasileira e Africana.** Brasília, 2009.
- CALDAS, Jacson Lopes. **“Badoque, Muzuá, Arataca”:** Memórias e Histórias no Museu Casa do Sertão em Feira de Santana –Ba,1977-1999. Dissertação (Mestrado em História Regional e Local) -UNEB. Santo Antônio de Jesus, 2016.
- CARRIL, Lourdes. **Quilombo, favela e periferia: a longa busca da cidadania.** São Paulo: Annblume; Fapesp, 2006.
- CENSO DEMOGRÁFICO 2010: **Características da população e dos domicílios:** resultados do universo. In: IBGE. Sidra: sistema IBGE de recuperação automática. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/Tabela/3175#> . Acesso em: mar. 2020.
- DAMASCENO, Karine Teixeira. **Mal ou bem procedidas:** cotidiano de transgressão das regras sociais e jurídicas em Feira de Santana, 1890-1920. Dissertação, (Mestrado em História Social.) UNICAMP, Campinas, 2011.

DOMINGUES, Petrônio. **Movimento negro brasileiro**: alguns apontamentos históricos. Revista Tempo, Rio de Janeiro, v. 12, n. 23, 110-122, out./dez. 2007.

DOMINGUES, Petrônio. **O mito da democracia racial e a mestiçagem no Brasil (1889-1930)**. Diálogos latino-americanos, São Paulo, n. 10, 118-131, 2005.

FEIRA DE SANTANA, Prefeitura Municipal de Feira de Santana. Secretaria de Educação. **Plano Municipal de Educação**. Lei nº 3651, de 16 de dezembro de 2016. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/plano-municipal-de-educacao-feira-de-santana-ba> . Acesso em 20 de maio de 2020.

FRANCO, Marcos. **Sant'Anna da Feira, Terra de Lucas**. Feira de Santana, 2012.

FREIRE, Luiz Cleber Moraes. **Nem tanto ao mar nem tanto à terra**: Agropecuária, escravidão e riqueza em Feira de Santana, 1850-1888. Feira de Santana: UEFS Editora, 2011.

FREIRE, Paulo. **Conscientização**: Teoria e prática da libertação. Uma introdução ao pensamento de Paulo Freire. 3. ed. São Paulo: Centauro, 2006.

GOMES, Flávio dos santos. **Mocambos e Quilombos**: uma história do campesinato negro no Brasil. 1ª edição. São Paulo: Claro Enigma, 2015.

GOMES, Nilma Lino. (Org). **Práticas pedagógicas de trabalho com relações étnico-raciais na escola na perspectiva da Lei nº 10.639/03**. Brasília: MEC/Unesco, 2012.

GOMES, Nilma Lino; JESUS, Rodrigo Ednilson de; ALVES, Aline Neves Rodrigues. As escolas e suas práticas. In: GOMES, Nilma Lino (org). **Práticas pedagógicas de trabalho com relações étnico-raciais na escola na perspectiva da Lei nº 10.639/03**. Brasília: MEC/Unesco, 2012.

GOMES, Nilma Lino. **O Movimento Negro educador**: saberes construídos nas lutas por emancipação. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

Hall, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11ª. ed. -Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HASENBALG, Carlos. **Discriminação e desigualdade racial no Brasil**. 2ª ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

HORA, Ana Paula Cruz Carvalho da. **Negócios entre Senhores**: O Comércio de Escravos em Feira de Sant'anna. Dissertação (Mestrado em História Regional e Local). UNEB, Santo Antônio de Jesus, 2014.

JESUS, Fernando Santos de. **O negro no livro paradidático**. Dissertação (Mestrado em Relações Etnicorraciais). CEFET/RJ, Rio de Janeiro, 2013.

JESUS, Maria Priscila dos Santos de. **Educação e Relações Raciais**: Um olhar sobre a educação de jovens e adultos no bairro da Rua Nova na cidade de Feira de Santana. Dissertação (Mestrado em Educação e Contemporaneidade) - UNEB, Salvador, 2013.

JESUS, Yves Samara Santana de. **Família Escrava na Freguesia de São José das Itapororocas – Feira de Santana (1785-1826)**. Dissertação (Mestrado em História Regional e Local)- UNEB, Santo Antônio de Jesus-BA, 2015.

JÚNIOR, Durval Muniz de Albuquerque. **A Invenção do Nordeste e outras artes**. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2009.

KRUSCHEWSKY, Eduardo José de Miranda. **Feira de Santana**: do nascimento à emancipação 2ª Edição, 2012.

KRUSCHEWSKY, Eduardo José de Miranda. **Maria Quitéria**: A Injustiçada. Edição independente, 2008.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Tradução Bernardo Leitão; 5ª edição; Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, 1990.

LIMA, Heloisa Pires. **Personagens Negros**: Um Breve Perfil na Literatura Infanto-Juvenil. In: Superando o Racismo na escola. 2ª edição revisada. Kabengele Munanga, organizador. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

MENDES, Crislinda de Oliveira Santos. **Nem tão negra assim**: as narrativas sobre jovens estudantes sobre identidade e reconhecimento, Dissertação, (Mestrado em Educação), UEFS, Feira de Santana, 2019.

MOTA, Fabricio. **Guerreir@s do terceiro mundo**: identidades negras na música reggae. Sons da Bahia, v. 2, Salvador: Pinaúna, 2012.

MUNAKATA, Kazumi. **Produzindo livros didáticos e paradidáticos**. (Tese), PUC- SP, São Paulo, 1997.

MUNANGA, Kabengele (Org.). **Superando o racismo na escola**. 3. ed. Brasília: Secretaria de Educação Fundamental, 2001.

MUNANGA, Kabenguele. **Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia**. In: 3º Seminário Nacional Relações Raciais e Educação-PENESP-RJ, 2003.

MUNANGA, Kabenguele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

MUNANGA, Kabenguele. **Negritude**: Usos e Sentidos. 2ª ed. São Paulo: Ática, 1988.

NASCIMENTO, Flaviane Ribeiro. **Viver por si**: histórias de liberdade no agreste baiano oitocentista (Feira de Santana, 1850-1888). Dissertação (Mestrado em História Social do Brasil) - UFBA, Salvador, 2012.

MUNANGA, Kabenguele, Nilma Lino Gomes. **O negro no Brasil de hoje**. 2ª edição. São Paulo; Global, 2016.

OLIVEIRA, Clóvis Frederico Ramaiana Moraes. **Canções da cidade amanhecendo**: urbanização, memórias urbanas e silenciamentos em Feira de Santana 1920 - 1960. Tese (Doutorado em História) - Brasília, Universidade de Brasília, 2011.

OLIVEIRA, Daiane Silva. **Instrução de pobres e negros em Feira de Santana**: as escolas do professor primário Geminiano Alves da Costa (1890 a 1920). Dissertação (Mestrado em História) - UEFS. Feira de Santana, 2016.

OLIVEIRA, Josivaldo Pires de. **“Adeptos da mandinga”**: candomblés, curandeiros e repressão policial na Princesa do Sertão (Feira de Santana-BA, 1938-1970). Tese (Doutorado em Estudos Étnicos e Africanos) -UFBA, Salvador, 2010.

OLIVEIRA, Marli Solange. **A representação dos negros nos livros didáticos de história**: mudanças ou permanências após a promulgação da Lei 10.639/03. Dissertação (Mestrado em educação) Belo Horizonte, Universidade Pontifícia Católica de Minas Gerais, 2009.

PEIXOTO, Antônio Alberto. **Quitéria e o bando de Cleonice**. Feira de Santana. Bahia: Tonys, 2015.

PEREIRA, Alexandra Vieira de Carvalho Santana. **Aloisio Resende**: Um poeta negro revoltado contra o destino (Feira De Santana, 1900-1941). Dissertação (Mestrado em Estudos Étnicos e Africanos) - UFBA, Salvador, 2009.

PEREIRA, Amilcar Araújo. **O mundo negro**: a constituição do movimento negro contemporâneo no Brasil (1970-1995). Tese (Doutorado em História) -Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Niterói, 2010.

PEREIRA, Fábio Pereira. **A História nos dias de hoje**- Abolição e pós abolição na escrita do livro didático de História a partir do guia de livros didáticos /PNLD/2014. In: Caminhos para a efetivação da lei 11645-2008, Leandro Antônio de Almeida (Organizador). EDUFRB, Belo Horizonte, Fino Traço, 2016.

PINTO, Raymundo Antônio Carneiro. **Pequena história de Feira de Santana**. Feira de Santana. Fundação Senhor dos Passos, 2011.

POPPINO, Rollie E. **Feira de Santana**. Trad. Arquimedes Pereira Guimarães. Salvador: Itapuã, 1968.

REGINALDO, Lucilene. **Vagas informações, fortes impressões**: A África nos livros didáticos de História. In: Humanas ano 1, nº 2, 99-121, jun/dez. 2002.

Reis, Francemberg Teixeira; Silva, Mayara Plácido. **Feira uma cidade princesa**. Feira de Santana: Editora Na Carona, 2018.

SAMPAIO, Maria Cristina de Jesus. **O currículo vivido e os repertórios culturais negros nas escolas municipais da Matinha dos Pretos - BA**: diálogos com a Lei 10.639/03. Dissertação, (Mestrado em Educação), UEFS, Feira de Santana, 2013.

SANTA BÁRBARA, Reginilde Rodrigues. **O caminho da autonomia na conquista da dignidade**: sociabilidades e conflitos entre lavadeiras em Feira de Santana-Bahia (1929-1964). Dissertação - UFBA, Salvador, 2007.

SANTANA, Keilane Souza de. **Trajetórias de empregadas domésticas em Feira de Santana (1883 - 1932)**, Dissertação (Mestrado em História) UEFS, Feira de Santana. 2017.

SANTOMÉ, J. T. **As culturas negadas e silenciadas no currículo**. In: SILVA, Tomaz Tadeu (Org.). Alienígenas na sala de aula. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995. 159-177.

SANTOS, Milton. **As Cidadanias mutiladas**. In: LENER, Junior. O preconceito. São Paulo. Imprensa Oficial do Estado, 1996/1997.

SANTOS, Flávia Santana. **Um Quilombo Chamado Rua Nova**. UFRB, Cachoeira, 2016.

SANTOS, Igor Gomes. **Eurico Alves Boaventura**: uma “democracia mestiça” para uma “civilização de uma classe só”. In: SILVA, Aldo José Morais (Org.) História, Poesia, Sertão: Explorando a Obra de Eurico Alves Boaventura. Feira de Santana, BA: UEFS Editora, 2010.

SANTOS, Igor Gomes. **A Horda Heterogênea crime e criminalização de “comunidades volantes” na formação da nação**, Bahia (1822-1853). (Tese) - Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2017.

SANTOS, Sales A. dos. **A Lei nº 10.639/03 como fruto da luta anti-racista do Movimento Negro**. Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639- 2003. Brasília: MEC: SECAD, 2005.

SANTOS. Sales Augusto dos. **Movimentos Negros, Educação e ações afirmativas**. 2007. (Tese)- Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças**: cientistas, instituições e questão racial no Brasil -1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

Silva, Eduardo; Reis, João José. **Negociações e Conflitos**: resistência negra no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

SÉ, Frederico Nascimento Sento. **O Mito Fundador e a negação do negro na obra fidalgos e vaqueiros.** In: SILVA, Aldo José Morais(Org.) História, Poesia, Sertão: Explorando a Obra de Eurico Alves Boaventura. Feira de Santana, BA: UEFS Editora, 2010.

SILVA, Ana Célia da. **A discriminação do negro no livro didático.** 2ª ed. Salvador: EDUFBA, 2004.

SILVA, Ana Célia da. **A representação social do negro no livro didático: o que mudou? por que mudou?** Salvador: EDUFBA, 2011.

SILVA, Gabriela do Nascimento **Na Terra de Nanã: Candomblés, Territorialidade e Conflito em Feira De Santana (1890-1940).** Dissertação (Mestrado em História Regional e Local). Santo Antônio de Jesus/BA – 2016.

SILVA, Luís Carlos Borges da. **A importância do estudo de história regional e local na educação básica.** In: XXVII Simpósio Nacional de História, 2013, Natal- RN, 2013.

SILVA, Mayara Plácido. **Experiências de trabalhadores/as pobres em Feira de Santana (1890-1930).** Dissertação (Mestrado em História) - UEFS, Feira de Santana, 2012.

SILVA, Mayara Plácido. **'Revolução sem sangue' na 'Decantada Pátria de Lucas' - Experiências de trabalhadores/as negros/as e migrantes no pós- abolição.** Feira de Santana (1890-1930). Tese (Doutorado em História) - UFBA, Salvador, 2017.

SILVA, Renata Carvalho da. **Cultura, movimento e hip-hop: produções alternativas e resistência cultural em Feira de Santana.** Dissertação (Mestrado em Desenho, Cultura e Interatividade,). UEFS, Feira de Santana, 2014.

SILVA, Rosangela Souza da. **Racismo e Discriminação Racial no Cotidiano Escolar: Dizeres e Fazer de uma Escola Pública de Nível Médio em Feira de Santana.** Dissertação (Mestrado em Educação) - Salvador, UNEB, 2005.

SOUZA, Elane Bastos de. **Terra, território quilombo: à luz do povoado de Matinha dos Pretos (BA).** Dissertação (Mestrado em Geografia) - UFBA, Salvador, 2010.

SOUZA, Railda Neves. **A perspectiva afrocentrada do ensino de história no CEUP: após mais de uma década da Lei n. 10.639/03.** Dissertação (Mestrado em História da África da Diáspora e dos Povos Indígenas) - UFRB, Cachoeira, 2016.

SOUZA, Railma dos Santos. **Memória e história quilombola: experiência negra em Matinha dos Pretos e Candeal (Feira de Santana/BA).** Dissertação (Mestrado em História da África, da Diáspora e dos Povos Indígenas) - UFRB, Cachoeira, 2016.

THOMSON, Ana Beatriz. **Os paradidáticos no ensino de história: ideias e experiências de professores da educação básica.** Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2016.

ZAMBONI, Ernesta. **Que História é essa?** Uma proposta analítica dos livros paradidáticos de história. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1991.

ANEXO

Tabela 4- Porcentagem da população residente (bairro) por cor (2010)

Bairro/cor	%Branca	%Preta	%Parda	%Amarela	%Indígena	Sem declaração
Centro	27,9	18,77	52,62	0,57	0,14	-
Queimadinha	22,76	19,92	56,23	0,82	0,26	0,02
São João (antigo Campo do Gado Velho)	25,34	19,25	53,81	1,5	0,09	-
CASEB	24,53	20,64	54,06	0,57	0,19	-
Ponto Central	35,59	14,76	48,17	1,44	0,04	-
Lagoa Grande	15,64	25,93	57,18	1,05	0,2	-
Parque Getúlio Vargas	28,71	13,3	57,26	0,56	0,17	-
Capuchinhos	42,04	10,91	45,93	0,96	0,16	-
Santa Monica	33,41	16,73	48,75	0,99	0,13	-
Brasília	28,09	15,68	55,19	0,77	0,27	-
Serraria Brasil	27,8	15,3	56,2	0,62	0,08	-
Olhos D'Água	20,42	20,29	57,91	1,28	0,11	-
Chácara São Cosme	19,59	20,22	58,84	1,24	0,12	-
Jardim Acácia	22,89	17,3	58,97	0,57	0,27	-
Tomba	18,1	24,9	55,94	0,87	0,18	-
Muchila	24,69	17,41	56,79	1,01	0,1	-
Pedra do Descanso	24,04	18,79	56,13	1,01	0,03	-
Calumbi	20,65	25,42	52,93	0,93	0,07	-
Rua Nova	11,49	30,57	57,21	0,67	0,06	-
Jardim Cruzeiro	23,66	19,12	55,29	1,16	0,76	-
Cruzeiro	29,48	20,49	48,58	1,32	0,13	-
Sobradinho	30,36	16,51	51,5	1,38	0,26	-
Baraúna	22,91	20,49	55,86	0,63	0,11	-
Cidade Nova	33,73	9,81	55,39	0,97	0,1	-
Mangabeira)	22,78	21,05	54,89	1,05	0,23	-
Conceição	18,2	24	56,23	1,21	0,35	-
Santo Antônio dos Prazeres	14,27	23,19	61,34	1,15	0,05	-
Sim	26,41	22,15	49,56	1,22	0,67	-
Lagoa Salgada	24,22	27,19	47,81	0,73	0,05	-
35° BI	15,59	23,63	59,9	0,75	0,12	-
CIS	13,45	29,21	55,55	0,81	0,98	-
Nova Esperança	11,74	22,87	64,66	0,67	0,06	-
Gabriela	17,87	26,39	54,25	1,2	0,28	-

Pampalona	17,24	25,81	55,78	1,03	0,13	-
Campo Limpo	18,75	24,04	55,85	1,05	0,3	-
Parque Ipê	24,73	14,98	59,46	0,7	0,13	-
Aviário	11,33	34,13	53,12	1	0,41	-
Campo do Gado Novo	8,94	32,34	58,6	0,12	-	-
Asa Branca	10,16	28,13	60,61	1,01	0,09	-
Novo Horizonte	16,2	21,6	59,26	2,13	0,81	-
Papagaio	16,73	23,01	60,03	0,2	0,03	-
Limoeiro	14,21	32,3	52,17	1	0,32	-
Subaé	9,82	30,08	59,83	0,22	0,05	-
Aeroporto	9,1	23,92	66,98	-	-	-

Fonte: Tabela 3175 - População residente, por cor ou raça, segundo a situação do domicílio, o sexo e a idade. In: CENSO DEMOGRÁFICO 2010: Características da população e dos domicílios: resultados do universo. IBGE. Sidra: sistema IBGE de recuperação automática. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/Tabela/3175#> . Acesso em: mar. 2020.